PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL Consoante a Lei 11.101/2005

CONSTRUTORA TERRA SANTA LTDA

PROCESSO N° 0006371-19.2016.8.14.0045

2ª VARA CÍVEL e EMPRESARIAL - COMARCA DE REDENÇÃO (PA)

Setembro de 2016

1. NOTA DE ABERTURA 4

1.1. DA TEMPESTIVIDADE 4

2. ASPECTOS ORGANIZACIONAIS DA RECUPERANDA 5

2.1. DEFINIÇÃO DA ATIVIDADE EMPRESARIAL 5
2.1.1. Atividades secundárias: 5
2.2. QUADRO SOCIETÁRIO 6
2.2.1. Estrutura Organizacional 7
2.3. HISTÓRICO DA EMPRESA 7
2.3.1. Time line 10
2.3.2. Missão 10
2.3.3. Visão 10
2.3.4. Negócio 11
2.3.5. Premiações e Certificações 11
2.4. MERCADO 11
2.4.1. Principais produtos e serviços 11
2.4.2. Principais Clientes 18
2.4.3. Principais fornecedores 19
2.4.4. Principais concorrentes 21
2.4.5. Parâmetros de comercialização atual 23
2.4.5.1. Força de Vendas 23
2.4.5.2. Políticas de compras (no cenário recuperacional) 23
2.4.5.2.1. Aspectos de comercialização 23
2.4.5.2.2. Aspectos de Distribuição Geográfica de Compras 24
2.4.5.3. Políticas de vendas 24
2.4.5.3.1. Aspectos de comercialização 24
2.4.5.3.2. Aspectos de Distribuição Geográfica de Vendas 25
2.4.5.4. Estratégias de marketing 25
2.4.5.5. Principais Vantagens Competitivas da Empresa 26
2.5. ANÁLISE DE LOCALIZAÇÃO 26
2.5.1. Redenção PA 27
2.6. OPORTUNIDADES E AMEAÇAS PARA O NEGÓCIO 27
2.7. ANÁLISE ECONÔMICA DO SETOR 28
2.7.1. Construção civil vive crise sem precedentes no Brasil 29
2.7.1.1. Desempenho da indústria da construção 33
2.7.1.2. Cenário menos pessimista para os próximos meses 34
2.7.1.3. Nível de atividade e emprego reduz ritmo de queda 34
2.7.1.4. Empresários cada vez menos pessimistas 35
2.7.1.5. Número de estabelecimentos na construção civil 37
2.7.2. O Estado do Pará 39
2.7.2.1. A Economia do Estado do Pará 40
2.7.2.2. PIB da região Norte, por Estados 42
2.7.2.3. Evolução do PIB 43
2.7.3. O município de Redenção – PA 43
2.7.3.1. Redenção é destaque em poder de consumo 45
2.7.3.2. Raio x da construção civil no Pará 46
2.7.3.3. Obra pública também enfrenta dificuldades e paralisação de projetos 47
2.7.4. Perspectivas para a economia paraense em 2016 50
2.7.5 - Indicadores da construção civil 56
2.7.6. Programa Minha Casa Minha Vida 60

3. PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL 61

3.1. OS MOTIVOS DA CRISE 61
3.2. PRIMEIRA RELAÇÃO DE CREDORES 63
3.2.1. Dívidas extraconcursais 64
3.3. PLANO DE REESTRUTURAÇÃO OPERACIONAL 64
3.4. PLANO DE REESTRUTURAÇÃO FINANCEIRA 66
3.4.1 Proposta de pagamento aos credores sujeitos à recuperação judicial e aderentes 66

3.4.1.1. Concessão de prazos e condições especiais de pagamento das obrigações vencidas e vincendas 66
3.4.1.2. Equalização de encargos financeiros 68
3.4.1.3. Novação de dívidas com substituição das garantias 69
3.4.1.4. Venda de ativos para recomposição do capital de giro e abreviação do prazo de pagamento aos credores 70
3.5. CENÁRIO FALIMENTAR 71

4. LAUDO ECONÔMICO-FINANCEIRO E DEMONSTRAÇÃO DA VIABILIDADE ECONÔMICA (ART. 53, II E III, LRF) 72

4.1. PREMISSAS 72

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS 73

6. CONCLUSÃO 74

DOC 01 LAUDO ECONÔMICO-FINANCEIRO (PLANILHAS TÉCNICAS) 76

1. DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA SEM A RECUPERAÇÃO JUDICIAL 76
2. HISTÓRICO – DESEMPENHO E RECEITA 76
3. PROJEÇÃO DE RECEITAS 77
4. CUSTOS FIXOS E VARIÁVEIS 78
5. PROJEÇÃO DE FLUXO DE CAIXA E CAPACIDADE DE PAGAMENTO COM A DEVIDA INDICAÇÃO DE GERAÇÃO DE RECURSOS NECESSÁRIOS À QUITAÇÃO DE TODOS OS DÉBITOS DA EMPRESA. 79
6. CRONOGRAMA DE PAGAMENTO POR CLASSE 79

DOC 02 LAUDO DE AVALIAÇÃO DOS BENS E ATIVOS (ART. 53 LRF) 84

1. Nota de abertura

A empresa Construtora Terra Santa Ltda, comercialmente denominada "Construtora Terra Santa", pessoa jurídica de direito privado, regularmente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.386.620/0001-85, denominada doravante "RECUPERANDA", com sede em Redenção - Pará, pelos motivos apresentados neste Plano de Recuperação Judicial, que passa a ser ora designado como PLANO, requereu a proteção legal da Recuperação Judicial em 28/04/2016 e teve seu processamento deferido pelo Exmo. Dr. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Redenção - PA, Dr. Jun Kubota, processo n° 0006371-19.2016.8.14.0045, conforme decisão proferida em 24 de junho de 2016, publicada no DJe-PA 5996/2016, de 27 de junho de 2016.

Nos termos do artigo 53 da Lei 11.101/2005 – Lei de Recuperação de Empresas e Falências, doravante denominada LRF, a RECUPERANDA apresenta seu PLANO com medidas de caráter administrativo, operacional, econômico-financeiro e jurídico, necessárias à superação da situação de crise econômico-financeira.

Convergindo para uma distribuição equilibrada do ônus da recuperação judicial, estão aqui pormenorizados os meios de recuperação a serem empregados, as condições para pagamento dos credores e as devidas demonstrações de viabilidade econômico-financeira.

Atendendo ao disposto no inciso III do art. 53 da LRF, anexamos, por fim, o laudo de avaliação dos bens e ativos da RECUPERANDA (Doc. 02).

1.1. Da tempestividade

> Art. 53, Lei 11.101/2005. "*O Plano de recuperação será apresentado pelo devedor em juízo no prazo improrrogável de* ***60 (sessenta) dias da publicação da decisão que deferir o processamento da recuperação judicial****, sob pena de convolação em falência*". (grifo nosso)
>
> Art. 189, Lei 11.101/2005. "*Aplica-se a Lei n. 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, no que couber, aos procedimentos previstos nesta Lei*".
>
> Art. 219, Lei n. 13.105, de 16/03/2015 – Novo Código de Processo Civil. "*Na contagem de prazo em dias, estabelecido por lei ou pelo juiz,* ***computar-se-ão somente os dias úteis***". (grifo nosso)

Data da publicação da decisão do processamento = 27/06/2016
Data final para apresentação do Plano = 21/09/2016

2. Aspectos organizacionais da Recuperanda

2.1. Definição da atividade empresarial

41.20-4-00 – Construção de Edifícios

2.1.1. Atividades secundárias:

43.13-4-00 - Obras de terraplenagem
42.11-1-01 - Construção de rodovias e ferrovias
42.12-0-00 - Construção de obras de arte especiais
42.13-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas
36.00-6-01 - Captação, tratamento e distribuição de água
37.01-1-00 - Gestão de redes de esgoto
37.02-9-00 - Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes
41.10-7-00 - Incorporação de empreendimentos imobiliários
42.11-1-02 - Pintura para sinalização em pistas rodoviárias e aeroportos
42.21-9-02 - Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica
42.21-9-04 - Construção de estações e redes de telecomunicações
42.22-7-01 - Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação
42.22-7-02 - Obras de irrigação
42.23-5-00 - Construção de redes de transportes por dutos, exceto para água e esgoto
42.92-8-01 - Montagem de estruturas metálicas
42.92-8-02 - Obras de montagem industrial
42.99-5-01 - Construção de instalações esportivas e recreativas
43.11-8-01 - Demolição de edifícios e outras estruturas
43.11-8-02 - Preparação de canteiro e limpeza de terreno
43.12-6-00 - Perfurações e sondagens
43.19-3-00 - Serviços de preparação do terreno não especificados anteriormente
43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica
43.22-3-01 - Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás
43.22-3-03 - Instalações de sistema de prevenção contra incêndio
43.30-4-01 - Impermeabilização em obras de engenharia civil
43.30-4-02 - Instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material
43.30-4-03 - Obras de acabamento em gesso e estuque
43.30-4-04 - Serviços de pintura de edifícios em geral

43.30-4-05 - Aplicação de revestimentos e de resinas em interiores e exteriores
43.91-6-00 - Obras de fundações
43.99-1-01 - Administração de obras
43.99-1-02 - Montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporárias
43.99-1-03 - Obras de alvenaria
43.99-1-04 - Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras
43.99-1-05 - Perfuração e construção de poços de água
43.99-1-99 - Serviços especializados para construção não especificados anteriormente
68.10-2-01 - Compra e venda de imóveis próprios
68.10-2-03 - Loteamento de imóveis próprios
71.11-1-00 - Serviços de arquitetura
71.12-0-00 - Serviços de engenharia
71.19-7-01 - Serviços de cartografia, topografia e geodésia
71.19-7-02 - Atividades de estudos geológicos
71.19-7-03 - Serviços de desenho técnico relacionados à arquitetura e engenharia
71.19-7-99 - Atividades técnicas relacionadas à engenharia e arquitetura não especificadas anteriormente
77.11-0-00 - Locação de automóveis sem condutor
77.31-4-00 - Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador
77.32-2-01 - Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes
77.32-2-02 - Aluguel de andaimes
77.33-1-00 - Aluguel de máquinas e equipamentos para escritórios
77.39-0-99 - Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador
78.30-2-00 - Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros
81.30-3-00 - Atividades paisagísticas
82.99-7-01 - Medição de consumo de energia elétrica, gás e água

2.2. Quadro societário

O quadro societário da empresa denominada RECUPERANDA, apresenta a seguinte composição societária:

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

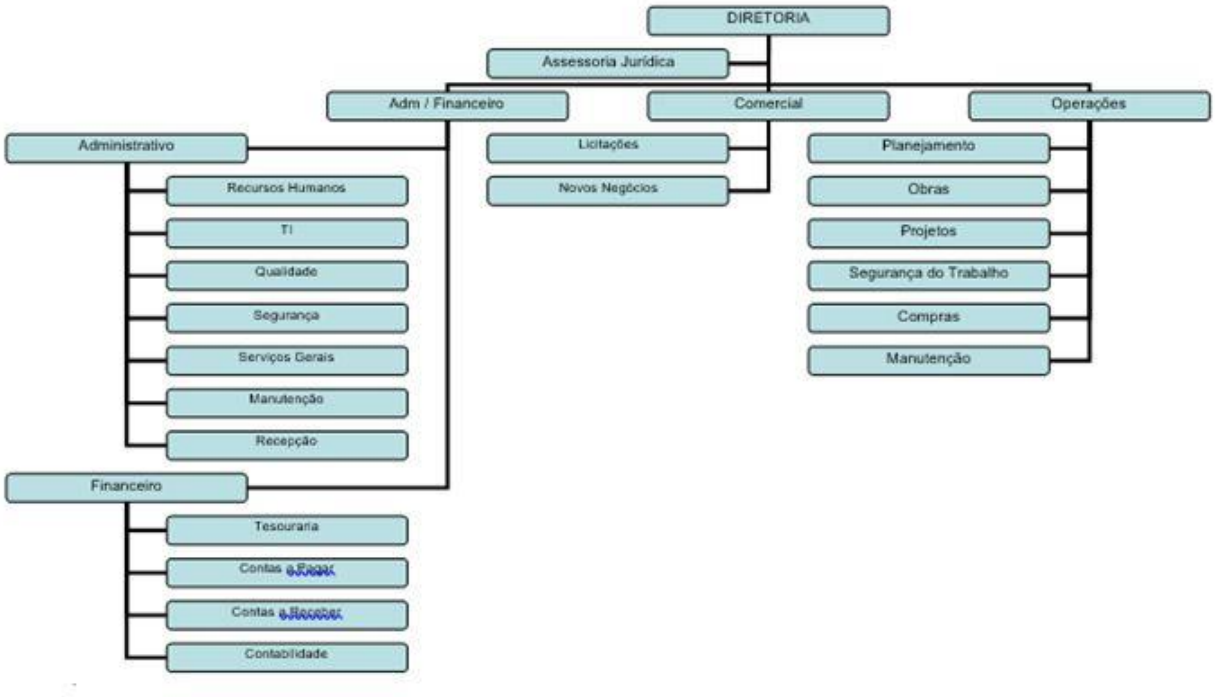
CNPJ: 09.386.620/0001-85
NOME EMPRESARIAL: CONSTRUTORA TERRA SANTA EIRELI
CAPITAL SOCIAL: R$ 10.000.000,00 (Dez milhões de reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	FABIANA SANTOS ALVES
Qualificação:	65-Titular Pessoa Física Residente ou Domiciliado no Brasil

Sócios	Quotas	VL. Unitário (R$)	Valor Total	(%)
Fabiana Santos Alves	10.000.000	1,00	10.000.000,00	100
Total →	10.000.000	1,00	10.000.000,00	100

2.2.1. Estrutura Organizacional



2.3. Histórico da Empresa

A Construtora Terra Santa é uma empresa sólida, que prima pela qualidade em todas as etapas da obra. Com uma equipe multidisciplinar e especializada, é considerada uma das empresas mais bem conceituadas no ramo da construção civil.

A Construtora Terra Santa é comprometida com a sua região, tanto que, atua na prestação de serviços para empresas públicas e privadas, com o intuito de ser força motriz do desenvolvimento da região sudeste do Pará. Em cada obra há uma história de talento, de esforço e empenho de seus colaboradores, o que proporciona sempre a infraestrutura fundamental para o desenvolvimento da região. Assim, vem cumprindo sua missão de participar da construção de um futuro melhor, com soluções de engenharia que garantam a satisfação dos seus clientes e da sociedade. Ademais, possui um ambiente empresarial que proporciona a valorização de seus colaboradores, a remuneração do capital dos acionistas e a perpetuação da empresa.

A empresa iniciou suas atividades em 2008, a partir de uma visão empreendedora de seus sócios, que identificaram potencialidade no ramo da construção civil, com ênfase em moradias (condomínios residenciais em padrão econômico), na região do sudeste do Pará.

Nos 04 (quatro) primeiros anos, atuou exclusivamente no segmento de moradias. A partir de 2012, percebendo as oportunidades de negócios, passou a atuar também com obras públicas, nas modalidades de infraestrutura e obras institucionais.

Os projetos para condomínios residenciais voltados ao público de classe “C” na cidade de Redenção obtiveram excelente aceitação.

Até o ano de 2013 e início de 2014, a empresa já havia construído e entregue 832 unidades residenciais, contando com projetos em condomínios residências e moradias para o programa “Minha Casa Minha Vida”, gerando aproximadamente 700 empregos diretos e indiretos.

Com uma expressiva credibilidade da região, a empresa estruturou um número representativo de investidores para financiar este projeto, alternativamente a captação junto às instituições financeiras, com taxas melhores porém extremamente lentas e burocráticas.

Em 2014, a empresa começou a perceber uma queda no desempenho das vendas, queda esta inicialmente observada na época da Copa do Mundo e eleições presidenciais. Porém, passados os eventos, não houve melhora no mercado, acentuando ainda mais o desempenho negativo das vendas.

Desta forma, buscando se desviar da crise, a empresa realizou estudos de mercado, onde decidiu mudar seu foco de atuação para os públicos “A” e “B”. Com isso, se estruturou o projeto de 106 casas de alto padrão, denominado Condomínio Terra Brasil. O projeto contempla 04 etapas, em uma área de 69.321,17 m², sendo a 1ª etapa com 37 casas (já realizadas e entregues), a 2ª etapa com 20 casas em andamento. As 3ª e 4ª etapas estão previstas para os anos vindouros. O projeto trazia uma concepção inovadora de construção e moradias para a região.

Com uma estimativa de investimentos expressivos na ordem de R$ 48.832.000,00 e VGV de aproximadamente R$ 69.673.000,00, a empresa identificou a necessidade de buscar recursos de terceiros, através de instituições financeiras. Desta forma, iniciou-se os tramites de pleito junto ao Banco do Brasil. A fim de não paralisar o projeto, a empresa iniciou os investimentos com recursos próprios e de investidores, enquanto a instituição financeira retro mencionada realizava a análise da operação de crédito.

Com a 1ª fase praticamente concluída e a análise do financiamento, de forma lenta e burocrática, se arrastando pelo segundo ano, o Banco do Brasil anunciou a negativa da concessão do crédito, gerando assim uma condição de instantâneo esgotamento financeiro. Esse cenário se agravou ainda mais, quando outros bancos e investidores não mostraram mais interesse em aportar novos recursos, bem como em repactuar os valores já aportados. Com o agravamento da crise econômica em nosso país, as vendas de imóveis em estoque da empresa também passaram a ocorrer de forma lenta, gerando dificuldade nos negócios da empresa.

É importante ressaltar que, somado ao descompasso de fluxo de caixa vivenciado pela empresa na ocasião da negativa do financiamento para o projeto do Condomínio Terra Brasil, além de outros fatores, tais como: a retração de outros bancos e dos investidores para com o negócio; a crise econômica generalizada em nosso país, que proporciona principalmente desemprego e perda de poder de compra por parte dos consumidores; o desaquecimento da construção civil para novos projetos; a escassez de recursos para programas sociais, tais como o “Minha Casa Minha Vida”; os baixos investimentos em infraestrutura por parte dos órgãos públicos; além das expressivas dificuldades de crédito, são hoje fatores que ocasionaram total descompasso no fluxo de caixa da empresa.

As obras da segunda etapa do referido condomínio, bem como as obras públicas (pavimentação asfáltica e de presídio) estão em andamento. A região é promissora e existem ainda expectativas de melhoras no cenário econômico a médio prazo. Dessa forma, a RECUPERANDA acredita que, com a reestruturação da empresa a partir do Plano de Recuperação Judicial, o seu negócio será reorganizado, o que poderá gerar mais empregos e, assim, contribuir para o desenvolvimento econômico da região.

2.3.1. Time line

- 2008 – Início e construções no complexo fazenda Santa Bárbara
- 2009 – Construções no complexo fazenda Santa Bárbara e Condomínio Cedro
- 2010 – Condomínio Cedro
- 2011 – Condomínio Cedro e Condomínio Ipê. Condomínio Tropical
- 2012 – Condomínio Castanheiras e obras públicas (Creche, Praça urbana, pavimentação em zonas urbanas)
- 2013 – Condomínio Terra Brasil, 500 casas programa Minha Casa Minha Vida / Ministério Público
- 2014 – Condomínio Terra Brasil, Pavimentação Asfáltica CBUQ em avenida urbana, Pavimentação de Aeródromo em zona rural.
- 2015 – 2ª Etapa Condomínio Terra Brasil
- 2016 - 2ª Etapa Condomínio Terra Brasil. Pavimentação Asfáltica TSD em Redenção e SUSIPE (Presídio da cidade de Redenção)

2.3.2. Missão

Oferecer soluções habitacionais de qualidade, construindo com o investidor uma relação de segurança, transparência e ética.

2.3.3. Visão

Ser reconhecida como a melhor opção de investimentos pela solidez e qualidade em soluções habitacionais, construindo com transparência, qualidade e retidão, e com isso criar soluções habitacionais inovadoras.

2.3.4. Negócio

Incorporação e Construção; Prestação de serviços na área da construção civil.

2.3.5. Premiações e Certificações

- Os mais mais do ano de 2015
- Empresário do ano
- ISO 9001
- PBQP H – Nível A

2.4. Mercado

2.4.1. Principais produtos e serviços

A empresa tem como principal atividade a realização de obras civis, principalmente a construção de residenciais e feitura de obras públicas. Dentro dessas duas linhas de produtos retro mencionadas, a empresa trabalha ainda com algumas subáreas da engenharia, sendo elas:

- Obras residenciais
  - Condomínios Residenciais em padrão econômico
  - Condomínios Residenciais alto padrão
- Obras públicas de Infraestrutura

- Obras Institucionais, Comerciais e Industriais
- Pavimentação Asfáltica e Terraplanagem
- Condomínios Residenciais do programa Minha Casa Minha Vida (Contratado pelo Governo Federal)

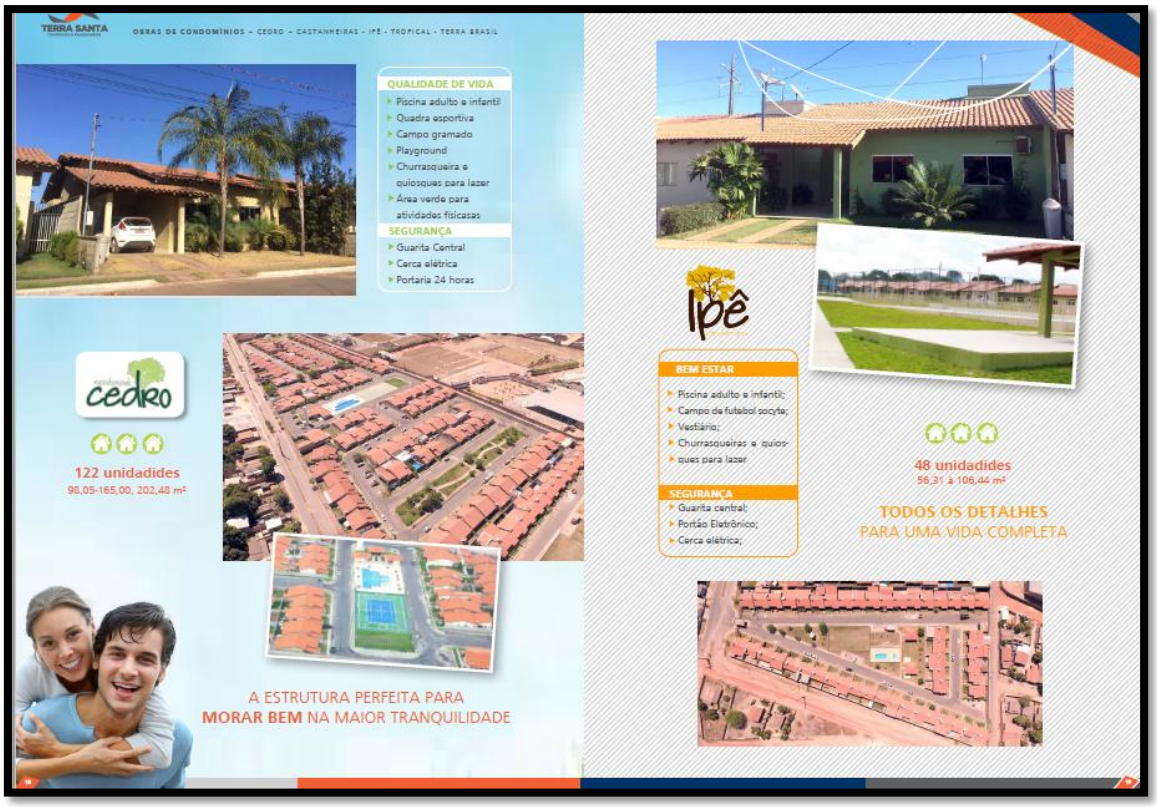
A partir do pedido de recuperação judicial, a RECUPERANDA continuará atuando no mesmo segmento, com o mesmo mix de produtos ofertados atualmente, mantendo os mesmos critérios de pesquisa e identificação de necessidades do mercado, respeitando criteriosamente sua capacidade financeira.

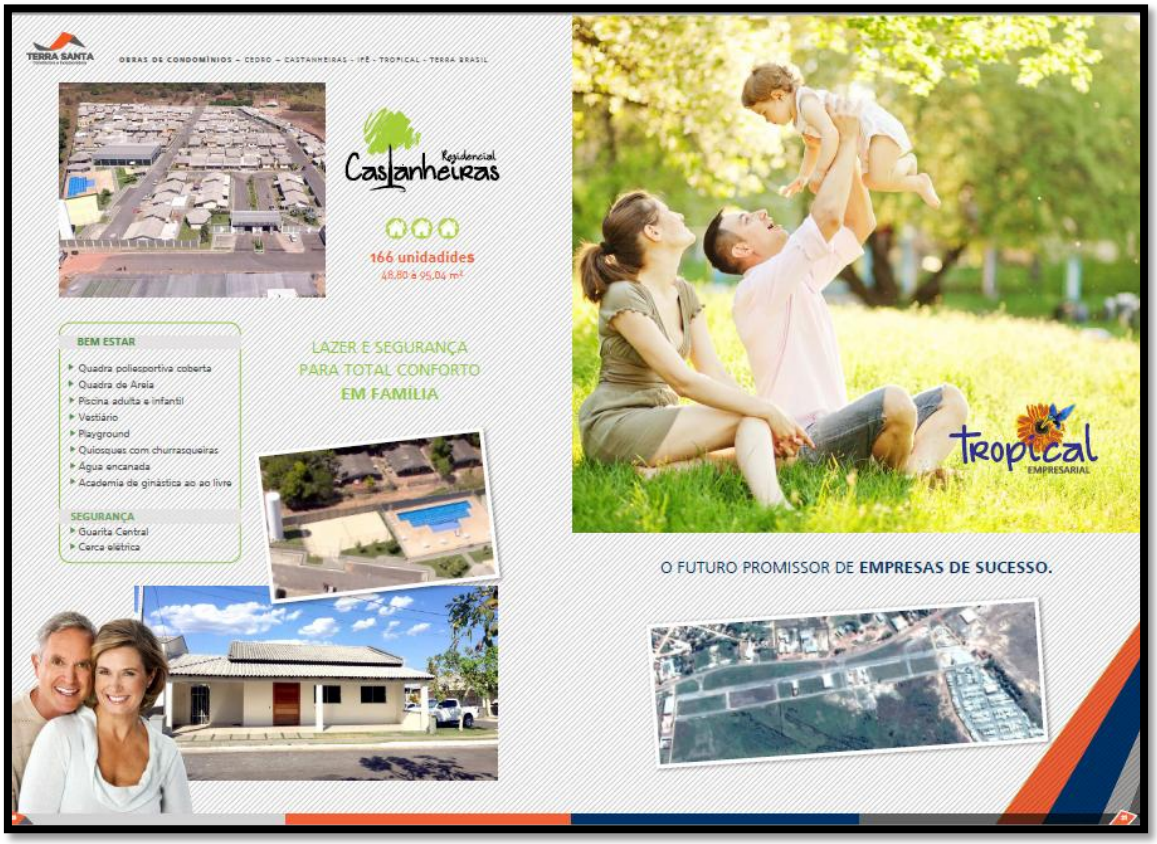
Segue adiante a relação dos principais serviços/produtos que a empresa já realizou e, em execução:

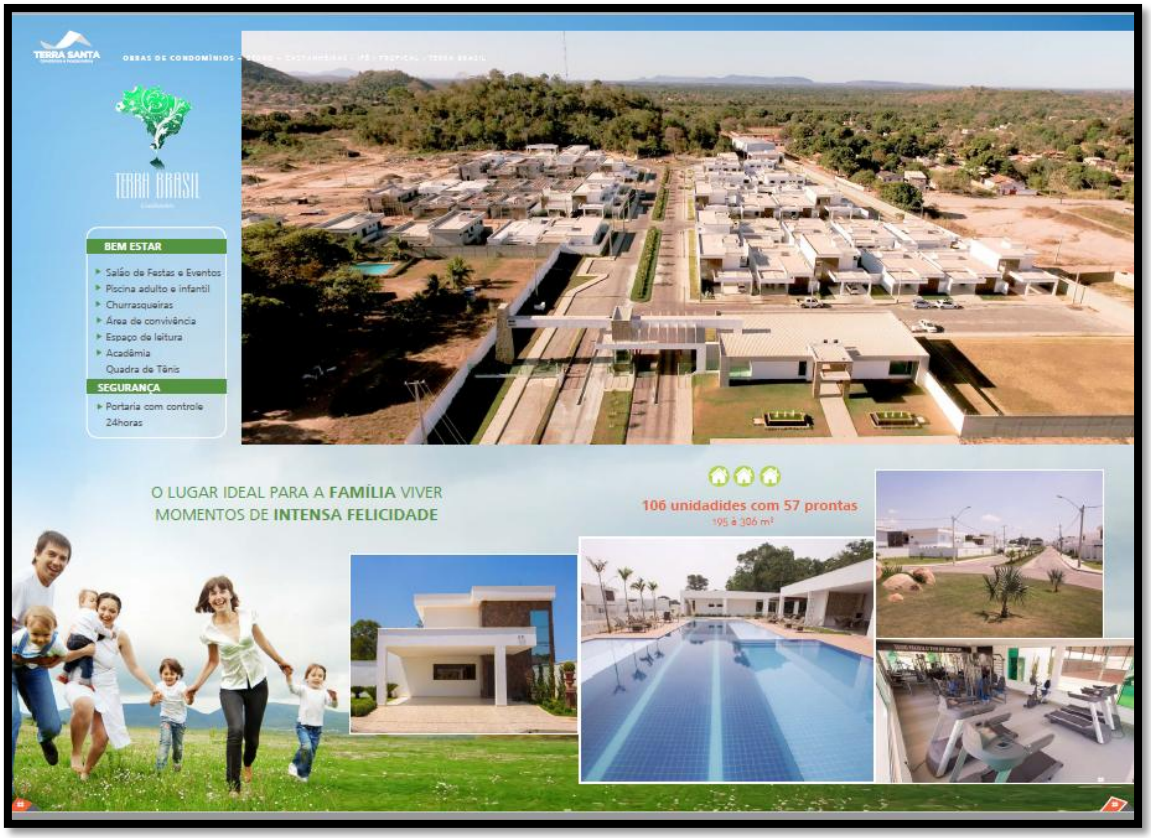
Tipo do produto	Nome	Unidades	Características	Status
Condomínio Residencial	Residencial Cedro	122 casas	98,05; 165; 202,48 m²	Executado
Condomínio Residencial	Ipê Condomínio	48 casas	56,31 a 106,44 m²	Executado
Condomínio Residencial	Residencial Castanheiras	166 casas	48,80 a 95,04 m²	Executado
Condomínio Empresarial (lotes para empresas)	Tropical Empresarial	63 lotes	750 m²	Executado
Condomínio Residencial	Terra Brasil	106	195 a 306 m²	1ª Fase - Executado – 37 casas 2ª Fase - Em Execução – 20 casas 3ª Fase – A Executar – 25 Casas 4ª Fase – A Executar – 24 Casas
Condomínio Residencial	Programa Minha Casa Minha Vida	498	42 m²	Executado
Obra Pública	Ministério Público	01	1.100 m² de área construída	Executada
Obra Pública	Centro Poliesportivo Pau D´arco	01	10.000 m²	Executada
Obra Pública	Saneamento Básico em Pau D´arco	01	12.000 metros lineares	Executada
Obra Pública	Creche em Pau D´arco	01	800 m²	Executada
Obra Pública	Centro de Recuperação	01	2.200 m² (306 vagas)	Em Execução

	Regional de Redenção			
Paviment. Asfáutica / Terrapl.	Diversos projetos em vários municípios		300.000 m²	Executado / Em Execução

Ilustrações Gráficas dos Principais Produtos / Serviços






TERRA SANTA
TERRA BRASIL
BEM ESTAR
Salão de Festas e Eventos
Piscina adulto e infantil
Churrasqueiras
Área de convivência
Espaço de leitura
Acadêmia
Quadra de Tênis
SEGURANÇA
Portaria com controle 24horas
O LUGAR IDEAL PARA A FAMÍLIA VIVER MOMENTOS DE INTENSA FELICIDADE
106 unidadides com 57 prontas
195 a 306 m²

TERRA SANTA
OBRAS PÚBLICAS - MINISTÉRIO PÚBLICO - MINHA CASA MINHA VIDA
CENTRO POLIESPORTIVO PAU D'ARCO - OBRAS E PAVIMENTAÇÃO
ESTADO DO PARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
Procuradoria Geral de Justiça
OBRAS CONSTRUÍDA NO PRAZO 24 MESES
MINISTÉRIO PÚBLICO
Um projeto diferenciado com uma arquitetura moderna e arrojada. Construído nos padrões e normas exigidos para atender os procuradores da região sul do Pará. A obra conta com 1.100m2 de área construída em uma parceria da Terra Santa Construtora e o Ministério Público do Pará.
MINHA CASA MINHA VIDA
A Terra Santa realizou a implantação de toda a infraestrutra e pavimentação do loteamento onde foram construídas 498 casas do programa "Minha Casa Minha Vida" do Governo Federal.
Por meio de uma ótima gestão e planejamento a obra recebe hoje 498 famílias, todas integradas e satisfeitas com a qualidade da construção. O projeto conta com uma completa área de lazer com quadras, playground, centro de convivência para moradores,além de toda a infraestrutura urbana pública como: estação de tratamento de esgoto, rede de água e energia.
Minha Casa Minha Vida
CAIXA

TERRA SANTA
OBRAS PÚBLICAS - MINISTÉRIO PÚBLICO - MINHA CASA MINHA VIDA
CENTRO POLIESPORTIVO PAU'DARCO - OBRAS E PAVIMENTAÇÃO
CENTRO POLIESPORTIVO PAU D'ARCO
UMA OBRA DE EXTREMA IMPORTÂNCIA PARA A INCLUSÃO E O INCENTIVO AO ESPORTE DA REGIÃO REALIZADA NO DEVIDO PRAZO PELA TERRA SANTA CONSTRUTORA E INCORPORADORA.
Creche em Pau D'arco
OBRAS E PAVIMENTAÇÃO
COM SEU SERVIÇO DE EXCELÊNCIA A TERRA SANTA CONSTRUTORA E INCORPORADORA CONTRIBUI COM O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO SUL DO PARÁ.

Quadra de tênis coberta
TERRA SANTA
OBRAS EM ANDAMENTO - 2ª ETAPA CONDOMÍNIO TERRA BRASILOBRAS E PAVIMENTAÇÃO URBANA E ASFÁLTICA
CENTRO DE RECUPERAÇÃO REGIONAL DE REDENÇÃO - CRRR
OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO URBNA E ASFÁLTICA
Pavimentação asfáltica em zona rural
SUSIPE
SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA PENITENIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ
CENTRO DE RECUPERAÇÃO REGIONAL DE READENÇÃO - CRRR
Pavimentação asfáltica em zona urbana
MAIS UMA VEZ A TERRA SANTA IMPRIMIU SUA QUALIDADE E PROFISSIONALISMO EM UMA OBRA DE GRANDE PORTE. ISSO SÓ VEM A COMPROVAR A EFICIÊNCIA EM TODAS AS ETAPAS DO TRABALHO REALIZADO.
UMA OBRA EXECUTADA COM UM CUIDADO ESPECIAL PARA PROMOVER A SEGURANÇA PÚBLICA REALIZADA PELA SUSIPE EM PARCERIA DIRETA COM A TERRA SANTA CONSTRUTORA.

2.4.2. Principais Clientes

Os principais clientes da empresa são compostos por diferentes perfis, variando de acordo com a característica do produto ou serviço em questão.

No caso das obras privadas, com ênfase nos condomínios de alto padrão, o público alvo está estruturado por clientes pertencentes às classes sociais denominadas "A" e "B. Eles possuem, em maior predominância, as seguintes características:

- Ocupação: Empresários, Fazendeiros, Médicos, Engenheiros, Advogados, entre outros;
- Fatores de influência para compra: amigos e família;
- Motivos de compra:
    - Principalmente como opção de moradia, em função de terem negócios ou família no município de Redenção – PA; busca de qualidade de vida, segurança, lazer e conforto de alto nível;
    - Investimentos;

No caso das obras privadas, com ênfase nos condomínios de padrão econômico, o público alvo está estruturado por clientes pertencentes principalmente a classe social "C". Eles possuem, em maior predominância, as seguintes características:

- Ocupação: Profissionais Autônomos, Professores, Servidores Públicos, Militares, Comerciantes, entre outros;
- Fatores de influência para compra: amigos e família;
- Motivos de compra:
    - Principalmente como opção de primeira moradia, em função de trabalharem ou possuirem família no município de Redenção – PA; busca de moradia própria, segurança, oportunidade de compra através do programa "Minha Casa Minha Vida", com subsídios que viabilizam a saída do imóvel locado;
    - Investimentos;

Nas modalidades de Obras Públicas, seja edificações, pavimentações e/ou terraplanagem, e de residências para o programa "MCMV", o público alvo são órgãos governamentais (municipais, estaduais e federais), com ênfase no sudeste do estado do Pará. As captações, nesses casos, ocorrem por meio de processos licitatórios.

2.4.3. Principais fornecedores

Pelo fato da empresa trabalhar com significativo mix de serviços no setor da construção civil, o volume de compra por fornecedores é bastante pulverizado, ou seja, são inúmeras empresas que compõem o dia a dia de fornecimento de insumos.

Os principais fornecedores da Recuperanda consistem em empresas que fabricam produtos destinados à cadeia produtiva da construção civil, tais como equipamentos, tecnologia, materiais de expediente, ferramentas, ferragens, madeiras, materiais elétricos, tubos e conexões, tintas, cimento, areia, brita e materiais para construção em geral.

Atualmente 50% das compras são realizadas no estado do Pará, sendo as demais em outros estados, tais como Goiás, São Paulo, Ceará, Tocantins e Maranhão. Essa estrutura de participação de compra por estados se deve à política de buscar a compra de insumos diretos dos fabricantes, a fim de se obter melhores condições e preços. Desta forma, observa-se que expressiva parte das indústrias estão situadas em outros estados.

A Recuperanda utiliza uma política de compras denominada de "fornecedores preferenciais", ou seja, mantém uma política especial com seus principais fornecedores, com o intuito de estabelecer parcerias e melhores condições de preços, prazos de pagamento e de entregas. No entanto, registra-se um vasto volume de outras opções, caracterizando assim uma expressiva disponibilidade de fornecimento.

Dentre os principais fornecedores locais, podemos destacar os seguintes:

Razão Social	CNPJ	Endereço
Motobras Mat. para Construção	04.854.089/0001-04	AvenidaMinistro Oscar Thompson Filho,Nº32,Entroncamento, Cep:68552-140, Redenção Pá
Fermaq Ferramentas e Maquinas	07.342.393.0001/60	Avenida Araguaia, nº 3375 Redenção/PA - Ademar Guimaraes CEP 68552431
Comercial DkLtda	10.605.494/0001-91	Avenida Brasil Setor: Novo Horizontenº210 Cep:68551-240 Redenção Pará
Armazém goiás	04.134.300.0001/14	Avenida Brasil, nº 2608 Redenção/PA - Centro CEP 68553052
Reimac Red. Impls. E Maqs.Agrics. Ltda	04.741.161/0009-44	Avenida Araguaia,Nº2740, Vila Paulista, Cep:68552-155 RedençãoPá
Comercio De Ferragens Brasil Ltda-Me	11.810.988/0001-70	Avenida Araguaia Setor: Ademar Guimarães Nº2995 Cep:68552-000 Redenção Pará
Ciplan Cimento S/A	00.057.240/0001-22	Rodovia Df 205 Km 2 Setor Habitacional Fercal S/N Cep: 73151-010 BrasíliaDf
Coferpa Comercio De Ferros Ltda - Epp	16.813.213/0001-72	Avenida Santos Dumont Setor: Aeroporto Municipal Cep:68552-431 Redencao Pará
Construmir Serviços De Construção Ltda	05.950.871/0001-90	Avenida Patrícia Farias Setor: Jardim América S/N Cep:68550-000 RedençãoPá
Draga FanpsLtda	08.148.000/0001-45	Av. Carajás S/NVila Bacabal Cep:68540-000 Conceição Do Araguaia
Martins & Queiroz LtdaEpp	08.490.947/0001-30	Avenida Araguaia, Nº1536, Jardim Cumaru, Redenção - Pá, 68551-000
Carvalho E Bernardes Ltda	05.152.138/0001-20	Avenida Araguaia Setor: EntrocamentoCep: 68550-000 Redenção Pará

Dentre os principais fornecedores situados em outros estados, podemos destacar os seguintes:

Tocantins Industria E Comercio De Tintas Ltda	05.687.326/0001-52	Rodovia Br-153,Nº676, Zona Rural, Cep:77402-210, Gurupi-To
Fortlev Nordeste Industria E Comercio De Plasticos Ltda	10.921.911/0001-05	Via Central,S/N , Polo Petroquímico Cep: 42810-420 Camaçari - Ba
Cotril Maquinas E Equip. Ltda	25.760.216/0001-86	Avenida Perimetral Norte Setor Goiânia 2 Nº10966 Cep:74665-510 Goiania Go
Isoeste Ind. E Com. De Isolantes Termicos	00.289.348/0001-40	Via Interna, S/N , Distrito Agroindustrial De Anápolis, Anápolis- Go Cep: 75132-115
Cs3 Marmores E Granitos Ltda	07.599.291/0001-25	Cor.Sossego S/N Zona Rural Cep:29360-000 Castelo/Es
Castelatto Ltda	05.152.138/0001-20	Rua Antônio Cunha Leite Nº 307 Setor:Estância Santa Maria Do Portão Cep: 12948-110 Atibaia Sp
Perfinasa-Perfilados E Ferros N.S. Aparecida Ltda	02.270.981/0004-65	Avenida Independência,Nº 6903, Setor Dos Funcionários,Cep:74543-020 /Goiania
Precon Goias Industrial Ltda	02.116.952/0001-09	Daia Qd.06 , Distrito Agroindustrial De Anápolis, Cep:75133-600 / Anapolis-Go
Ciplan Cimento S/A	00.057.240/0001-22	Rodovia Df 205 Km 2 Setor Habitacional Fercal S/N Cep: 73151-010 Brasilia Df
Centro Oeste Asfaltos Ltda-Gurupi	01.593.821/0003-03	Parque Agro Industrial Qd.04 Lt 01 Setor :Parq Industrial Cep: 77402-970 Gurupi To
Distribuidora Brasileira De Asfalto S/A	26.917.005/0001-77	Via Primária 8 Distrito Agro Industrial De Aparecida De Goiânia Cep:74993-430 Aparecida De Goiânia Go
Unividros Ltda-Me	06.158.063/0002-38	Avenida Joaquim Teotonio Segurado , Plano Diretor Sul , Palmas - To, Cep:77015-380

2.4.4. Principais concorrentes

A empresa possui como seus principais concorrentes diretos, empresas que atuam no setor da construção civil, com ênfase nos segmentos de infraestrutura e construções residenciais – classificadas como construtoras, engenharias, empreiteiras e correlatos. As mesmas se diferenciam por vários fatores, tais como: estrutura física, localização,

serviços agregados, composição de preços, experiência em obras, eficiência, padrão de qualidade, mix de serviços e produtos, foco de atuação, tempo de mercado, entre outros.

Apesar de ser considerado um segmento bastante competitivo em nível nacional, com o registro de diversas construtoras que investem grandes montas nestes segmentos de atuação da Recuperanda, a região sudoeste do estado do Pará não oferece uma concorrência expressiva. É composto na maioria por pequenas construtoras, em sua maioria sem estrutura técnica ou financeira para atuarem nos segmentos retro mencionados. Elas atuam em maior predominância com obras de pequeno porte ou individuais. Nesse caso, apesar de não serem concorrentes diretas em função de atuarem em modalidades de obras individuais, podemos citar as Construtoras ETE e Construtora LUDMILA.

No que tange às obras privadas, com ênfase nos condomínios de alto padrão e padrão econômico, não se registra no raio de 500 km, concorrentes com portes ou foco de atuação similares a da Recuperanda. Este fator, foi de extrema importância para o crescimento da empresa desde sua data de fundação. Apesar da possibilidade de construtoras de portes similares ou maiores situadas em outros estados poderem atuar na região em questão, não se observou até o presente momento o seu estabelecimento na região em questão. Até o presente momento, a única construtora que opera com construção de condomínios residenciais no município de Redenção (PA), é a Construtora Terra Santa, caracterizando assim ausência de concorrência.

Com relação às obras públicas, a situação é similar, ou seja, não há expressividade de construtoras locais estruturadas adequadamente para atuarem na região em questão. Nesta modalidade, observa-se uma predominância de construtoras sediadas em outros estados que eventualmente tenham interesse e vençam o processo licitatório para demandas na região sudeste do Pará. No entanto, ainda são consideradas inexpressivas essas participações.

2.4.5. Parâmetros de comercialização atual

2.4.5.1. Força de Vendas

A Recuperanda utiliza as seguintes estratégias de comercialização:

- Condomínios Residenciais
    - Parcerias com imobiliárias (Pessoas jurídicas) da região, tais como Imobiliária Santana e Imobiliária AFIF.
    - Parcerias com corretores de imóveis (Pessoas físicas) da região.
    - Remuneração para aos parceiros de vendas: 3,0% (três por cento).
    - Canais de Vendas: Stands de venda e ações comerciais das imobiliárias e corretores parceiros.

- Obras Públicas:
    - 100% através de Licitações Públicas.
    - Canais de captação: São monitoradas diariamente obras disponíveis em processos licitatórios nos estados do Pará. O monitoramento é feito através do Diário Oficial, site "Compras Net" e ainda através de empresa terceirizada que trabalha com o referido monitoramento.

2.4.5.2. Políticas de compras (no cenário recuperacional)

2.4.5.2.1. Aspectos de comercialização

Compras a vista = 100% e compras a prazo = 0%.

Considerando a atual situação vivenciada pela Recuperanda, 100% das compras são realizadas à vista. No entanto, mesmo a empresa retomando o volume de comercialização desejável e viável, estima-se que ela manterá em 100% a sua política de compras na modalidade a vista. Isto se justifica pela necessidade de se obter melhores condições negociais e por circunstâncias do processo de recuperação judicial.

No cenário anterior à crise vivenciada pela empresa, a política de compras da empresa estava estruturada da seguinte forma: 1% a vista – 99% a prazo - Prazo Médio: 60 dias para pagamento.

2.4.5.2.2. Aspectos de Distribuição Geográfica de Compras

- Estado do Pará: 50%
- Outros estados: 50% (SP, MA, TO, GO).

2.4.5.3. Políticas de vendas

2.4.5.3.1. Aspectos de comercialização

- Obras Privadas (Condomínios Residenciais)

Vendas a vista = 20%, sendo o pagamento diluído entre a data da compra e entrega do imóvel. Os demais 80%, ou seja, o saldo final é pago na entrega da chave. Nesta etapa o cliente quita com recursos próprios ou realiza financiamento bancário.

- Obras Públicas

  Vendas a vista: 0%;
  Vendas a prazo: 100%; É realizada medição de obras mensalmente. Após a medição, a empresa recebe em 30 dias. Prazo médio: 60 dias.

Esta concessão de prazos é uma prática de mercado adotada por todas as empresas que atuam neste ramo, onde, nesse caso, a empresa se obriga a manter as mesmas condições para se posicionar de forma competitiva e manter a capacidade de geração de novos negócios.

É importante ressaltar que a necessidade de compras estruturadas em 100% a vista em função de melhores condições negociais e principalmente pela situação do processo de recuperação judicial, acrescida de vendas com expressividade em recebimento a prazo, gera uma expressiva necessidade de capital de giro para a viabilidade da operação. Este montante, o qual será demonstrado a seguir nas planilhas financeiras, passa a ser um dos fatores essenciais para viabilizar a recuperação da empresa em questão. Sendo assim, a necessidade de capital de giro para recuperação da empresa será criteriosamente apresentada em seguida neste plano.

2.4.5.3.2. Aspectos de Distribuição Geográfica de Vendas

- Estado do Pará: 100 %
- Outros estados: 0,0 %

2.4.5.4. Estratégias de marketing

As principais estratégias de marketing utilizadas pela empresa estão estruturadas basicamente em 4 (quatro) pilares:

a) Produtos: Mix de produtos. No caso das obras privadas (condomínios residenciais), com alto padrão de qualidade e desenvolvido de acordo com as necessidades/demandas da região de atuação, é relevante o valor da marca, que retrata segurança, garantia de entrega e fatores que demonstram qualidade de vida e conforto. No caso de obras públicas, a empresa busca atender aos prazos e especificações da obra, dentro de um desejável padrão de qualidade.
b) Preço: A empresa realiza constantemente pesquisas de mercado em referência ao metro quadrado da região, bem como busca atuar com valores que possam enquadrar em programas de financiamentos. É política da empresa trabalhar, como parâmetro, a expectativa média de lucratividade em torno de 20%. Considerando a vantagem competitiva de não haver até o presente momento concorrência direta para a modalidade de produtos de condomínios residenciais de alto padrão, a empresa se permite ponderar na estruturação de preços, em que há a relação pontual e circunstancial de oferta x demanda para cada produto lançado. Porém, é importante mencionar que, no atual período de crise econômica, mesmo com concorrência inexistente, o consumo está expressivamente em baixa, desestimulado, principalmente, pela perda de poder econômico por parte da população. Com relação às obras públicas, onde ocorrem os processos licitatórios, a empresa também busca uma expectativa de 15% a 20% de margem de lucro.
c) Promoção: No caso das obras privadas, é previsto um orçamento global de até 3,0% sobre o custo total de investimentos do referido produto. Nos períodos de lançamento, ações promocionais são mais expressivas e impactantes. Posteriormente, a Recuperanda realiza ações de manutenção, com menos inserções. Além disso, a Recuperanda desenvolve diversas ações promocionais com o propósito de prospectar clientes, tais como: panfletos, inserções em rádios e TVs, mídia impressa e digital, faixas, carros de som, outdoor, entre outros. São realizadas ainda campanhas junto à equipe de vendas, através de

premiações por metas alcançadas. No caso das obras privadas, a empresa basicamente trabalha com fixação de placas e outdoors para identificação, buscando agregar o valor de importantes obras à sua marca.

d) Pontos de Venda: No caso das obras privadas, a Recuperanda utiliza como meio de venda de stands, bem como ações comerciais de imobiliárias e corretores de imóveis parceiros.

2.4.5.5. Principais Vantagens Competitivas da Empresa

- Inexistência de concorrentes significativos e / ou de porte equivalente;
- Alto nível de relacionamento do gestor administrativo para geração e estruturação de negócios;
- *Know How* da empresa nos serviços que oferta;
- Maquinários novos e quantitativos em sua frota;
- Equipe qualificada, com profissionais graduados nos diversos setores da empresa;
- Reconhecimento da Marca pela qualidade dos produtos e serviços entregues;
- Titular de terrenos estrategicamente localizados, valorizando os empreendimentos neles projetados.

2.5. Análise de Localização

A empresa está localizada na Av. Brasil, nº 639, Jardim Cumarú, CEP 68550-325 – Redenção - PA.

No que se refere à análise de localização para o segmento de atuação em questão, os fatores significantes referem-se, principalmente, às demandas e potencialidades oferecidas pela região. Delimitando a região Sudeste do Pará como foco de atuação da Recuperanda, podemos observar que lá são oferecidas expressivas oportunidades de negócios, principalmente, fundamentadas nas carências e demandas reprimidas, bem como pelo histórico e expectativas de crescimento e desenvolvimento da região.

Outro fator a se considerar no que tange à localização, é a inexistência de concorrência local. Conforme já mencionado neste plano, no que se refere às obras direcionadas a condomínios residenciais de alto padrão e padrão econômico, não se registra no raio de 500 km, concorrentes com portes ou foco de atuação similares a da empresa em tela.

Sendo assim, o fator localização é considerado estratégico para a retomada econômica da Recuperanda, mediante a restruturação financeira que a ela está realizando, a qual pode ser fator decisivo para a geração de futuros negócios e, consequentemente, novas fontes de receita com margens satisfatórias.

2.5.1. Redenção PA

O município de Redenção pertence à Mesorregião Sudeste Paraense e à Microrregião Redenção. Apresenta uma área territorial de 3.823,809 km2.

A sede municipal apresenta as seguintes coordenadas geográficas: 08º 01' 39" de latitude Sul e 50º 01' 42" de longitude a Oeste de Greenwich.

Redenção limita-se com os seguintes municípios:

- Norte: Pau D'arco
- Sul: Santa Maria das Barreiras
- Leste: Conceição do Araguaia
- Oeste: Cumaru do Norte

2.6. Oportunidades e Ameaças para o negócio

Oportunidades

a) Déficit habitacional no cenário nacional, estadual e municipal, favorecendo a construção e venda de imóveis habitacionais;
b) Alto índice de violência e crimes no cenário nacional, estadual e municipal, favorecendo o interesse crescente por empreendimentos de condomínios fechados;
c) Incentivo governamental de apoio para crédito imobiliário, tais como: Programa minha casa minha vida – PMCMV; Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo – SBPE, Liberação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, além dos casos de Crédito Direto ao Consumidor – CDC;
d) Estoque de terrenos em área de tendência de crescimento;
e) Gestão de negócio com exponencial tendência para parcerias, minimizando custos e potencializando resultados;
f) Previsão de alto índice para a realização de obras públicas no cenário estadual e municipal, com base no histórico regional e evidentes mudanças de governo estadual e municipal.
g) Retomada do crescimento econômico.

Ameaças

a) Mudança repentina da política habitacional no cenário nacional;
b) Ingresso de potenciais concorrentes na região de atuação;
c) Excesso burocrático para concessão de crédito imobiliário aos mutuários investidores em imóveis habitacionais;
d) Permanência da crise econômica nacional.

2.7. Análise econômica do setor

A Recuperanda atua no setor da construção civil, direcionando as obras para condomínios residenciais e obras públicas.

Desta forma, será apresentado a seguir diversos estudos, considerando variáveis externas ao negócio em questão, que visam contribuir para o entendimento das dificuldades financeiras que a empresa atravessa, bem como possibilitar análise de perspectivas futuras do negócio. Dentre elas, serão apresentados índices estatísticos,

gráficos, performance, histórico de crescimento, cenário atual e perspectivas do setor e região de atuação da RECUPERANDA.

2.7.1. Construção civil vive crise sem precedentes no Brasil

O mercado brasileiro de construção civil vive uma crise sem precedentes. Segundo levantamento de MELHORES E MAIORES, a rentabilidade do setor caiu de 11,2% em 2013, para 2,3% em 2014. Apenas três das 23 empresas de construção classificadas entre as 500 maiores do país conseguiram crescer no último ano. A Odebrecht, a maior delas, teve queda de 32% nas vendas.

Se não fosse má notícia suficiente, especialistas e executivos do setor ouvidos por EXAME são unânimes em afirmar que a recuperação da crise será lenta e deverá começar apenas em 2017. “Muitas empresas ficarão pelo caminho. Mas mesmo as outras companhias terão até cinco anos difíceis pela frente”, diz Claudio Porto, presidente da consultoria Macroplan.

O mercado de construção civil, obviamente, não é o único que sofre com a retração econômica do país. Outros setores, como a autoindústria, tiveram em 2014 um ano ainda pior, com retração de 15% nas vendas. As fabricantes de eletroeletrônicos encolheram 9%. Todos eles sofrem de uma nefasta combinação de inflação perigosamente alta, desemprego crescente, aumento dos juros, restrição no crédito, falta de confiança no governo.

Mas o mercado de construção tem peculiaridades que tornam sua situação particularmente complexa. O próprio setor contribuiu para sua derrocada, tanto no caso das construtoras de imóveis quanto no caso das empreiteiras. No primeiro grupo, anos de euforia levaram a um excesso de ofertas em algumas grandes cidades — e, em consequência disso, uma “paradeira” geral nos lançamentos.

No segundo, o problema, como bem se sabe, é o estouro do escândalo de corrupção flagrado pela Operação Lava-Jato. Mas o lado mais particular — e perverso — da crise da construção é o potencial que ela tem de piorar ainda mais a economia brasileira. A

começar pelo seu tamanho — o setor é responsável por cerca de 6,5% do produto interno bruto do país e emprega, diretamente, mais de 3 milhões de pessoas.

Uma crise, portanto, provoca um efeito dominó em toda a economia. A prisão dos executivos das maiores empreiteiras do país, por exemplo, levanta uma dúvida sobre o andamento das principais obras de infraestrutura do país.

As dívidas das empreiteiras — que passam de 100 bilhões de reais — também podem levar os principais bancos do país a perdas que, por sua vez, restrinjam ainda mais a concessão de crédito. Apenas a Odebrecht, cujo presidente, Marcelo Odebrecht, foi preso em 19 de junho, tem 63 bilhões de reais em dívidas.

Para entender a lentidão na recuperação, é preciso analisar separadamente a situação das empreiteiras e a do mercado imobiliário. No segmento de imóveis comerciais e residenciais, o maior problema é o excesso de estoque das companhias. Incorporadoras como Even, Gafisa e PDG têm imóveis prontos ou em construção que equivalem a quase dois anos de vendas. Na Rossi, o estoque é de 50 meses.

Até 2016, pelo menos, a principal missão dessas empresas será se livrar de todos esses apartamentos. Para isso, elas estão dando descontos de até 50% no preço dos imóveis. A ordem é colocar dinheiro em caixa o mais rápido possível para pagar as dívidas e parar de perder dinheiro.

A volta dos lançamentos ainda não está no radar. No primeiro trimestre, as incorporadoras de capital aberto cortaram 68% dos lançamentos na comparação com o início de 2014. Seis das 13 incorporadoras de capital aberto, como Tecnisa e Brookfield, não lançaram um único empreendimento neste ano.

O problema é que, quanto mais agressivas as promoções, maior o número de clientes que desistem de pagar apartamentos comprados nos últimos anos e que estão sendo entregues agora — valendo menos do que na hora da compra. Os distratos, como são chamadas as devoluções, deverão somar 7 bilhões de reais no ano, segundo a agência de risco Moody's.

“Enquanto não se livrarem dos estoques atuais, as empresas não têm como pensar no futuro. Dificilmente o cenário melhorará antes de 2017”, diz Lucas Gregolin Dias, analista do Banco Fator. Tentar recuperar o valor de mercado perdido é uma tarefa de prazo ainda mais longo. Desde o pico, em 2010, as incorporadoras listadas perderam 41 bilhões de reais de valor de mercado.

No mercado de imóveis comerciais, cujo preço do aluguel chegou a cair 40% nos últimos dois anos em cidades como São Paulo, a recuperação pode ser ainda mais lenta. Segundo cálculos de João da Rocha Lima Jr., coordenador do núcleo de mercado imobiliário da Universidade de São Paulo, virá apenas em 2022.

O percentual de escritórios vazios em São Paulo passou de 30%, em 2003, para 5%, em 2008, e agora já está perto dos 20%. “A demanda por escritórios é totalmente dependente do crescimento da economia. Atualmente, há excesso de oferta e total falta de demanda por mais espaço nas grandes cidades”, diz Lima Jr.

Entre as empreiteiras, estimar o ritmo de recuperação é impossível enquanto a Operação Lava-Jato não for concluída. Por enquanto, o governo não deu sinais de que pode suspender contratos públicos com essas companhias durante as investigações. Mas, caso sejam punidas, as empreiteiras podem encontrar restrições legais para entrar em licitações.

Antes mesmo que isso aconteça, podem enfrentar problemas de liquidez e atrasos de pagamentos para obras em andamento, como as hidrelétricas de Belo Monte ou o porto do Rio de Janeiro, que estão sendo tocados pela Odebrecht, ou a Vila Olímpica do Rio de Janeiro, a cargo da Camargo Corrêa.

Mas há uma certeza no caminho das empreiteiras. A oportunidade de negócios está em queda. Apesar do novo pacote de infraestrutura, anunciado em junho pelo governo, os investimentos em obras públicas deverão cair 19% neste ano, algo como 25 bilhões de reais, segundo a consultoria InterB.

A Petrobras, principal cliente das empreiteiras investigadas na Lava-Jato, prevê cortar cerca de 30% dos investimentos até 2019 — apenas em 2015, o corte previsto é de 15

bilhões de dólares. Com o governo segurando as despesas, essas companhias também terão dificuldades de receber aditivos de obras em andamento.

A Andrade Gutierrez, cujo presidente, Otavio Azevedo, também foi preso em 19 de junho, precisou captar no fim de 2014 um empréstimo de 400 milhões de reais por causa do atraso de uma série de pagamentos. Sem caixa e sem novos contratos, o último recurso dessas companhias é entrar com recuperação judicial para renegociar as dívidas, como já fizeram a OAS e a Galvão Engenharia. O desenrolar das investigações pode forçar outras companhias a seguir esse caminho.

A velocidade com que o setor de construção sairá da crise depende, claro, do humor da economia como um todo e do insondável futuro da Lava-Jato. Mas o governo também pode ajudar. No caso das empreiteiras, fatiar novos pacotes de concessões em pedaços menores poderia trazer novas construtoras, menores e possivelmente estrangeiras, para o jogo.

Para o mercado imobiliário, o jeito seria facilitar o crédito, hoje em queda livre, liberando uma parcela maior do depósito compulsório dos bancos. Mas, em ambos os casos, seriam medidas essencialmente paliativas. Não foi fácil criar uma crise do tamanho atual. Sair dela não há de ser.

Outro lado

"A Andrade Gutierrez esclarece que a captação feita em 2014 no valor de 400 milhões de reais foi para realizar novos investimentos no mercado privado, o que demonstra que o Grupo AG está ampliando seus negócios. A unidade de negócios Andrade Gutierrez Engenharia possui robusta carteira de contratos, totalizando 30,5 bilhões de reais ao final de 2014. Esta carteira tem participação do setor público de apenas 15%. Com posição de liquidez diferenciada dentro do setor, a Andrade Gutierrez garante aos seus parceiros e investidores que não existe possibilidade de recuperação judicial de nenhuma das unidades do grupo."

http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/109202/noticias/a-crise-e-a-crise-da-construcao. **Atualizado em 16/07/2015 às 11h15*

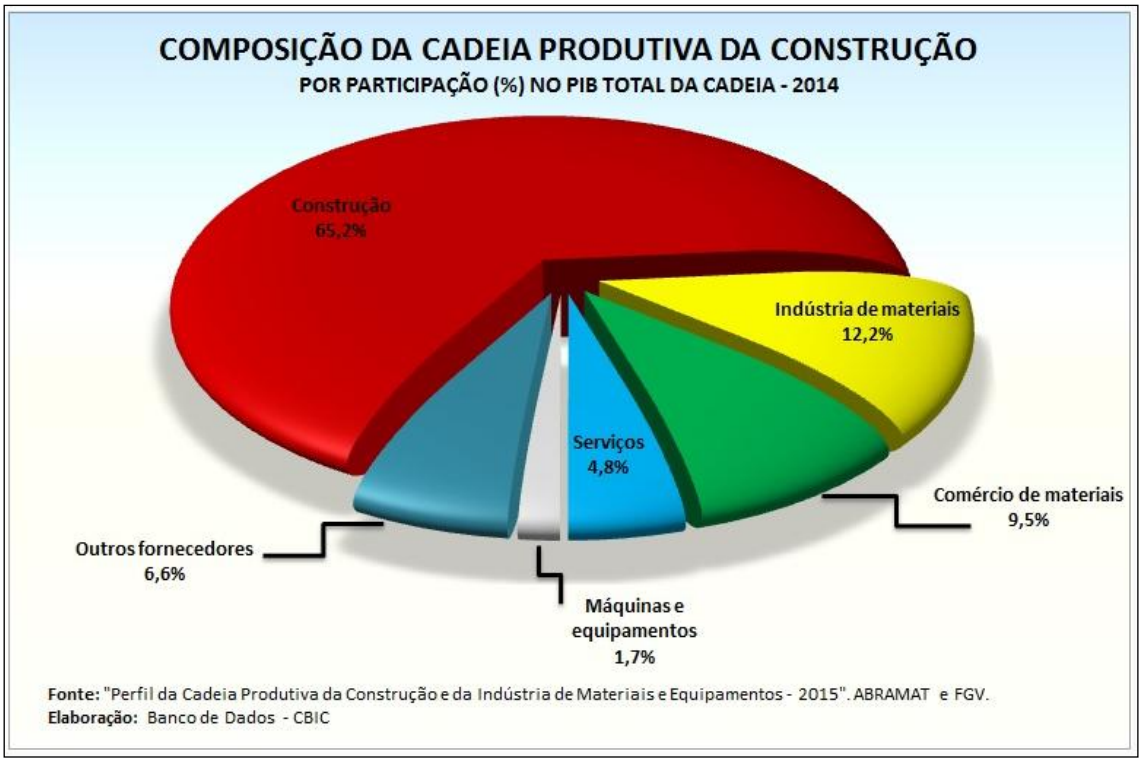
2.7.1.1. Desempenho da indústria da construção

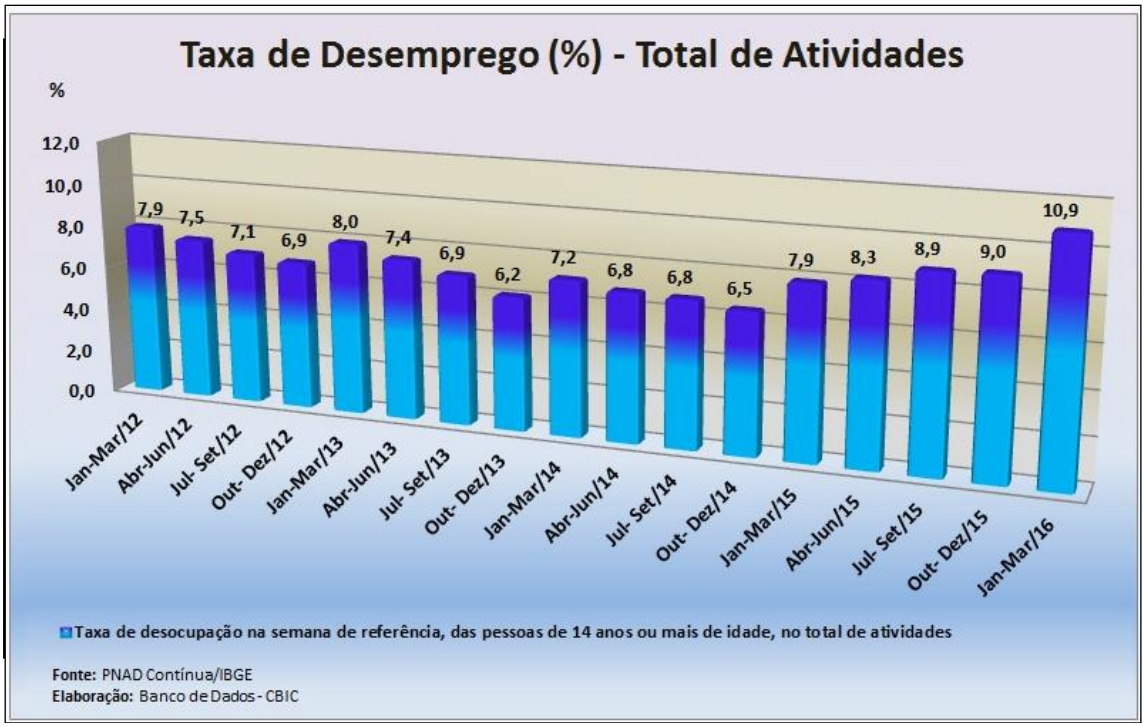
Contas Nacionais Trimestrais - 2º Trimestre / 2016

	%	%	%	%
Agropecúaria	-2,0	-3,1	-2,4	-3,4
Indústria	0,3	-3,0	-6,3	-5,2
Construção Civil	-0,2	-2,2	-5,0	-4,3
Serviços	-0,8	-3,3	-3,6	-3,5
Valor adicionado a preços básicos	-0,5	-3,3	-4,2	-3,9
PIB a preços de mercado	-0,6	-3,8	-4,9	-4,6
Despesas de consumo das famílias	-0,7	-5,0	-5,7	-5,6
Despesas de consumo da administração pública	-0,5	-2,2	-1,8	-1,9
Formação bruta de capital fixo	0,4	-8,8	-15,1	-13,3

Taxa 2º trimestre contra trimestre imediatamente anterior - Com ajuste sazonal (%)
Taxa 2º trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano anterior (%)
Taxa acumulada nos últimos quatro trimestres (encerrados no 2º trim/16) em relação aos quatro trimestres imediatamente anteriores (%)
Taxa acumulada no ano (primeiro semestre) em relação igual período anterior (%)

Fonte: Contas Nacionais Trimestrais- IBGE.





http://www.cbicdados.com.br/home/

2.7.1.2. Cenário menos pessimista para os próximos meses

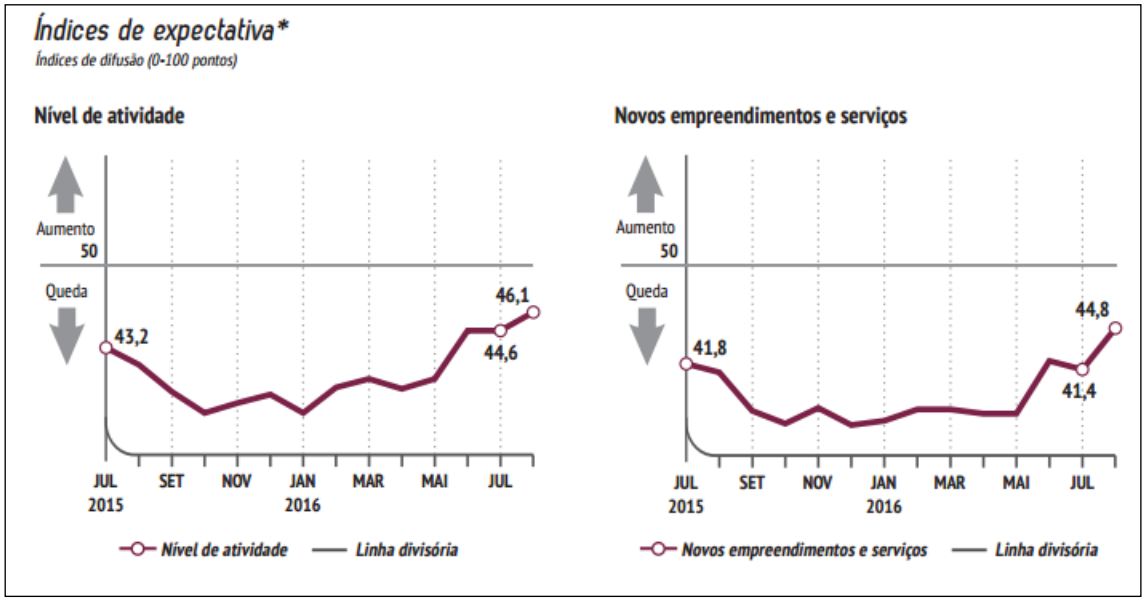
A indústria da construção permanece operando abaixo do usual. Contudo, os indicadores da Sondagem Indústria da Construção têm apresentado redução do ritmo de queda da atividade e do número de empregados desde janeiro. Os índices de evolução da atividade e do número de empregados acumularam alta no ano de 9,0 e 6,7 pontos e atingiram em julho 42,3 pontos e 39,7 pontos, respectivamente.

Os indicadores de expectativa também sugerem um cenário menos adverso para os próximos meses. Todos apresentaram crescimento na passagem de julho para agosto, o que mostra menor pessimismo dos empresários.

2.7.1.3. Nível de atividade e emprego reduz ritmo de queda

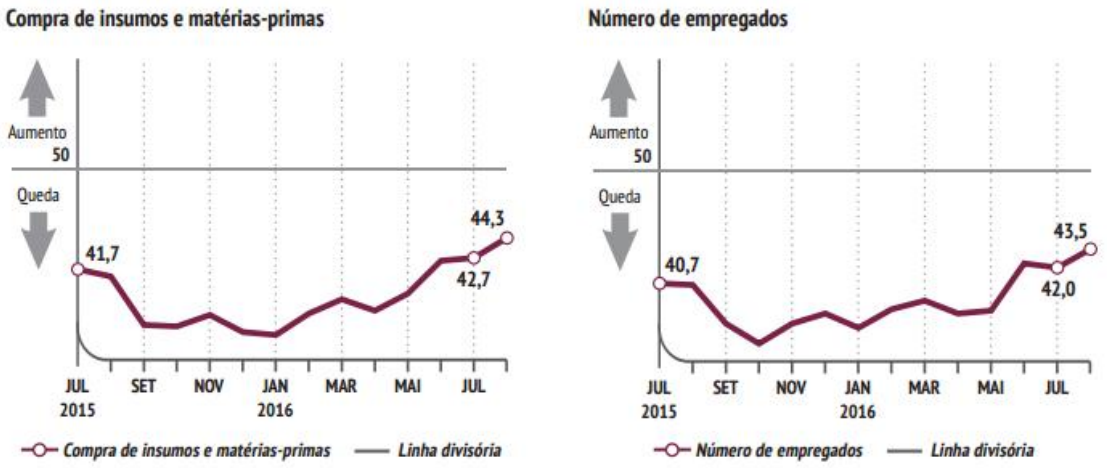
Os indicadores de atividade e de número de empregados cresceram 1,1 e 1,6 ponto, respectivamente, na passagem de junho para julho. Apesar do aumento, os

indicadores permanecem abaixo dos 50 pontos, o que indica queda do nível de atividade e do número de empregados em relação ao mês anterior. Quanto mais abaixo dos 50 pontos, mais intensa e disseminada é a queda.



2.7.1.4. Empresários cada vez menos pessimistas

As expectativas dos empresários estão cada vez menos pessimistas. Na passagem de julho para agosto todos os indicadores apresentaram alta, sendo essa a tendência observada desde abril de 2016. Os índices de expectativa do nível de atividade e de novos empreendimentos e serviços variaram 1,5 ponto e 3,4 pontos entre julho e agosto, respectivamente. Na mesma base de comparação, os indicadores de expectativa de compras de insumos e matérias-primas e do número de empregados variaram 1,6 ponto e 1,5 ponto, respectivamente. Os índices de expectativa variam de 0 a 100 pontos. Valores abaixo dos 50 pontos indicam expectativa de queda.



*Índices variam no intervalo de 0 a 100 pontos. Valores acima de 50 pontos indicam expectativa de crescimento.

Resultados por porte de empresa

Desempenho da indústria da construção

	UCO(%)[1]			Nível de atividade[2]			Atividade em relação ao usual[3]			Número de empregados[2]		
	jul/15	jun/16	jul/16	jul/15	jun/16	jul/16	jul/15	jun/16	jul/16	jul/15	jun/16	jul/16
CONSTRUÇÃO	**60**	**56**	**57**	**38,2**	**41,2**	**42,3**	**28,5**	**27,2**	**28,8**	**36,0**	**38,1**	**39,7**
PEQUENA	55	54	54	36,7	43,8	43,2	31,5	31,7	32,9	34,8	41,2	40,7
MÉDIA	59	56	56	39,3	41,3	44,4	29,3	26,8	29,5	37,5	38,4	41,3
GRANDE	62	57	58	38,1	40,1	40,8	27,0	25,7	26,9	35,6	36,7	38,4

Expectativas da indústria da construção

	Nível de Atividade[4]			Novos empreendimentos e serviços[4]			Compra de insumos e matérias primas[4]			Número de empregados[4]			Intenção de investimento[5]		
	ago/15	jul/16	ago/16	ago/15	jul/16	ago/16	ago/15	jul/16	ago/16	ago/15	jul/16	ago/16	ago/15	jul/16	ago/16
CONSTRUÇÃO	41,7	44,6	**46,1**	41,1	41,4	**44,8**	41,1	42,7	**44,3**	40,5	42,0	**43,5**	26,6	25,3	**26,8**
PEQUENA	40,4	47,6	**48,1**	40,0	44,4	**45,9**	39,2	45,5	**46,6**	40,6	44,0	**46,4**	24,9	24,6	**25,4**
MÉDIA	44,7	45,0	**47,0**	42,4	43,5	**45,1**	43,1	44,2	**46,1**	41,8	43,9	**44,8**	28,3	24,4	**27,9**
GRANDE	40,4	43,2	**44,9**	40,8	39,1	**44,2**	40,7	40,9	**42,4**	39,7	40,1	**41,7**	26,3	26,1	**26,7**

1 Indicador varia no intervalo de 0% a 100%. Série iniciada em janeiro de 2012.
2 Indicador varia no intervalo de 0 a 100. Valores acima de 50 indicam aumento.
3 Indicador varia no intervalo de 0 a 100. Valores acima de 50 indicam atividade acima do usual.
4 Indicador varia no intervalo de 0 a 100. Valores acima de 50 indicam expectativa positiva.
5 Indicador varia no intervalo de 0 a 100. Quanto maior o valor, maior a propensão a investir.

Fonte: http://www.cbicdados.com.br/media/anexos/Sond-Jul16.pdf

2.7.1.5. Número de estabelecimentos na construção civil

Brasil, Grandes Regiões, Estados e Capitais

LOCALIDADE	ANO														
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006*	2007*	2008*	2009*	2010*	2011*	2012*	2013*	2014*
Região Norte	**3.093**	**3.319**	**3.900**	**3.614**	**3.825**	**3.870**	**4.667**	**4.775**	**5.602**	**6.093**	**6.916**	**7.725**	**8.203**	**9.020**	**9.624**
Rondônia	**526**	**612**	**773**	**670**	**740**	**688**	**906**	**932**	**1.016**	**1.105**	**1.245**	**1.437**	**1.476**	**1.633**	**1.786**
Porto Velho - RO	*225*	*265*	*296*	*275*	*291*	*259*	*305*	*335*	*357*	*416*	*476*	*548*	*506*	*564*	*529*
Acre	**240**	**229**	**277**	**215**	**307**	**295**	**444**	**420**	**517**	**590**	**590**	**632**	**645**	**655**	**702**
Rio Branco - AC	*197*	*193*	*231*	*175*	*257*	*231*	*400*	*371*	*457*	*514*	*486*	*521*	*537*	*553*	*578*
Amazonas	**492**	**539**	**628**	**617**	**626**	**616**	**692**	**705**	**867**	**916**	**1.017**	**1.200**	**1.337**	**1.494**	**1.472**
Manaus - AM	*474*	*516*	*603*	*599*	*606*	*589*	*650*	*669*	*803*	*857*	*936*	*1.115*	*1.243*	*1.387*	*1.359*
Roraima	**153**	**142**	**148**	**124**	**144**	**146**	**269**	**268**	**303**	**330**	**300**	**302**	**300**	**279**	**326**
Boa Vista - RR	*140*	*129*	*132*	*109*	*132*	*137*	*246*	*238*	*274*	*307*	*284*	*280*	*283*	*263*	*311*
Pará	**959**	**1.043**	**1.112**	**1.116**	**1.188**	**1.274**	**1.398**	**1.449**	**1.705**	**1.872**	**2.271**	**2.589**	**2.794**	**3.102**	**3.341**
Belém - PA	*566*	*598*	*564*	*554*	*580*	*567*	*659*	*624*	*732*	*804*	*888*	*921*	*979*	*1.060*	*1.192*
Amapá	**164**	**185**	**255**	**240**	**219**	**214**	**226**	**241**	**289**	**288**	**317**	**332**	**327**	**389**	**410**
Macapá - AP	*137*	*162*	*220*	*205*	*185*	*174*	*188*	*198*	*242*	*239*	*260*	*262*	*254*	*316*	*322*
Tocantins	**559**	**569**	**707**	**632**	**601**	**637**	**732**	**760**	**905**	**992**	**1.176**	**1.233**	**1.324**	**1.468**	**1.587**
Palmas - TO	*266*	*287*	*326*	*302*	*296*	*277*	*348*	*346*	*407*	*404*	*452*	*555*	*605*	*674*	*767*
Região Nordeste	**14.434**	**15.135**	**16.557**	**15.505**	**15.077**	**15.131**	**17.585**	**18.226**	**20.466**	**22.719**	**27.300**	**31.069**	**34.301**	**37.124**	**39.924**
Maranhão	**875**	**979**	**1.110**	**1.033**	**898**	**855**	**959**	**1.073**	**1.238**	**1.409**	**1.822**	**1.956**	**2.079**	**2.294**	**2.591**
São Luís - MA	*617*	*693*	*794*	*722*	*613*	*592*	*663*	*689*	*716*	*843*	*1.072*	*1.035*	*1.150*	*1.200*	*1.393*
Piauí	**703**	**770**	**814**	**786**	**735**	**823**	**968**	**992**	**1.186**	**1.329**	**1.567**	**1.697**	**1.889**	**2.138**	**2.378**
Teresina - PI	*528*	*595*	*636*	*594*	*556*	*593*	*688*	*675*	*812*	*1.001*	*1.068*	*1.169*	*1.275*	*1.348*	*1.487*
Ceará	**2.662**	**2.764**	**2.993**	**2.742**	**2.597**	**2.521**	**3.035**	**3.051**	**3.677**	**4.042**	**4.830**	**5.690**	**6.473**	**6.819**	**7.286**
Fortaleza - CE	*1.823*	*1.929*	*2.168*	*1.909*	*1.773*	*1.737*	*2.097*	*2.091*	*2.651*	*2.850*	*3.364*	*3.919*	*4.355*	*4.506*	*4.598*
Rio Grande do Norte	**1.439**	**1.397**	**1.490**	**1.448**	**1.608**	**1.779**	**2.095**	**2.076**	**2.284**	**2.597**	**3.014**	**3.399**	**3.859**	**4.504**	**4.831**
Natal - RN	*856*	*815*	*802*	*751*	*842*	*937*	*1.106*	*1.098*	*1.207*	*1.419*	*1.614*	*1.822*	*2.078*	*2.205*	*2.433*
Paraíba	**1.444**	**1.609**	**1.871**	**1.668**	**1.479**	**1.428**	**1.545**	**1.623**	**1.875**	**2.144**	**2.759**	**3.218**	**3.835**	**4.063**	**4.663**
João Pessoa - PB	*833*	*929*	*1.109*	*985*	*856*	*833*	*916*	*966*	*1.143*	*1.309*	*1.722*	*1.960*	*2.363*	*2.387*	*2.649*
Pernambuco	**2.161**	**2.320**	**2.493**	**2.342**	**2.365**	**2.199**	**2.670**	**2.754**	**2.898**	**3.312**	**3.942**	**4.468**	**4.867**	**5.336**	**5.696**
Recife - PE	*1.134*	*1.184*	*1.270*	*1.210*	*1.232*	*1.186*	*1.303*	*1.365*	*1.364*	*1.556*	*1.857*	*2.024*	*2.162*	*2.289*	*2.398*
Alagoas	**585**	**593**	**610**	**663**	**689**	**674**	**779**	**837**	**856**	**928**	**1.203**	**1.380**	**1.652**	**1.778**	**1.798**

Maceió - AL	*438*	*427*	*428*	*484*	*534*	*511*	*575*	*607*	*642*	*687*	*833*	*933*	*1.131*	*1.203*	*1.188*
Sergipe	**840**	**832**	**947**	**879**	**884**	**907**	**1.076**	**1.127**	**1.186**	**1.168**	**1.303**	**1.407**	**1.408**	**1.452**	**1.566**
Aracaju- SE	*591*	*557*	*613*	*570*	*544*	*515*	*608*	*731*	*715*	*682*	*724*	*749*	*772*	*810*	*865*
Bahia	**3.725**	**3.871**	**4.229**	**3.944**	**3.822**	**3.945**	**4.458**	**4.693**	**5.266**	**5.790**	**6.860**	**7.854**	**8.239**	**8.740**	**9.115**
Salvador - BA	*1.408*	*1.458*	*1.532*	*1.412*	*1.359*	*1.446*	*1.595*	*1.686*	*1.837*	*2.079*	*2.323*	*2.556*	*2.794*	*2.951*	*2.920*
Região Sudeste	**51.198**	**50.686**	**51.550**	**48.756**	**47.935**	**48.052**	**54.068**	**58.649**	**65.797**	**70.288**	**80.853**	**90.989**	**94.675**	**100.527**	**106.118**
Minas Gerais	**20.015**	**19.303**	**19.326**	**17.670**	**16.848**	**17.570**	**19.207**	**20.752**	**23.275**	**24.697**	**28.592**	**31.015**	**31.822**	**33.271**	**34.677**
Belo Horizonte - MG	*4.465*	*4.507*	*4.537*	*4.192*	*4.118*	*4.140*	*4.256*	*4.579*	*4.824*	*4.940*	*5.511*	*5.993*	*6.653*	*6.749*	*6.737*
Espírito Santo	**2.734**	**2.777**	**2.994**	**2.774**	**2.723**	**2.870**	**3.188**	**3.423**	**3.821**	**3.808**	**4.273**	**4.677**	**4.945**	**4.961**	**5.137**
Vitória - ES	*681*	*754*	*692*	*658*	*633*	*673*	*784*	*803*	*818*	*782*	*816*	*807*	*805*	*790*	*757*
Rio de Janeiro	**6.683**	**6.578**	**6.611**	**6.208**	**6.289**	**5.923**	**6.663**	**6.857**	**7.433**	**7.786**	**8.678**	**10.013**	**10.618**	**11.682**	**12.477**
Rio de Janeiro - RJ	*3.133*	*3.177*	*3.156*	*2.919*	*2.866*	*2.646*	*3.040*	*3.184*	*3.350*	*3.551*	*3.895*	*4.451*	*4.790*	*5.219*	*5.590*
São Paulo	**21.766**	**22.028**	**22.619**	**22.104**	**22.075**	**21.689**	**25.010**	**27.617**	**31.268**	**33.997**	**39.310**	**45.284**	**47.290**	**50.613**	**53.827**
São Paulo - SP	*6.755*	*6.893*	*7.031*	*6.757*	*6.627*	*6.436*	*7.910*	*8.895*	*9.915*	*10.603*	*11.856*	*13.531*	*14.317*	*15.194*	*16.030*
Região Sul	**22.175**	**22.211**	**22.979**	**22.524**	**22.534**	**22.135**	**24.793**	**26.664**	**32.046**	**35.009**	**41.621**	**47.637**	**50.834**	**54.944**	**59.595**
Paraná	**7.782**	**7.784**	**8.311**	**8.091**	**8.109**	**7.716**	**8.801**	**9.716**	**11.629**	**12.942**	**15.653**	**17.838**	**18.947**	**20.583**	**21.887**
Curitiba - PR	*2.127*	*2.102*	*2.057*	*1.845*	*1.762*	*1.637*	*1.930*	*2.059*	*2.306*	*2.550*	*3.019*	*3.502*	*3.858*	*4.042*	*4.137*
Santa Catarina	**4.708**	**4.890**	**5.104**	**5.110**	**5.335**	**5.430**	**6.131**	**6.786**	**8.191**	**9.040**	**10.383**	**12.169**	**13.442**	**14.814**	**16.513**
Florianópolis - SC	*384*	*411*	*396*	*384*	*378*	*405*	*458*	*462*	*576*	*657*	*704*	*772*	*856*	*903*	*954*
Rio Grande do Sul	**9.685**	**9.537**	**9.564**	**9.323**	**9.090**	**8.989**	**9.861**	**10.162**	**12.226**	**13.027**	**15.585**	**17.630**	**18.445**	**19.547**	**21.195**
Porto Alegre - RS	*1.938*	*1.733*	*1.662*	*1.553*	*1.490*	*1.410*	*1.688*	*1.653*	*1.934*	*1.919*	*2.293*	*2.488*	*2.582*	*2.794*	*2.999*
Região Centro-Oeste	**5.967**	**6.387**	**7.053**	**6.791**	**7.233**	**7.474**	**8.313**	**9.146**	**11.253**	**13.066**	**16.013**	**18.534**	**20.524**	**22.158**	**22.658**
Mato Grosso do Sul	**1.011**	**1.050**	**1.226**	**1.196**	**1.225**	**1.159**	**1.214**	**1.361**	**1.753**	**1.968**	**2.163**	**2.484**	**2.773**	**2.953**	**3.211**
Campo Grande - MS	*646*	*646*	*692*	*658*	*718*	*649*	*727*	*786*	*926*	*1.055*	*1.203*	*1.375*	*1.583*	*1.598*	*1.710*
Mato Grosso	**1.095**	**1.154**	**1.228**	**1.218**	**1.416**	**1.498**	**1.650**	**1.835**	**2.466**	**2.803**	**3.574**	**3.838**	**4.207**	**4.701**	**4.931**
Cuiabá - MT	*516*	*539*	*552*	*521*	*554*	*566*	*601*	*651*	*939*	*993*	*1.147*	*1.251*	*1.386*	*1.498*	*1.498*
Goiás	**2.481**	**2.699**	**3.125**	**2.894**	**3.031**	**3.179**	**3.578**	**3.826**	**4.394**	**5.079**	**6.313**	**7.270**	**7.875**	**8.562**	**8.953**
Goiânia - GO	*1.299*	*1.318*	*1.541*	*1.546*	*1.617*	*1.655*	*1.879*	*1.966*	*2.200*	*2.501*	*2.872*	*3.197*	*3.456*	*3.575*	*3.762*
Distrito Federal	**1.380**	**1.484**	**1.474**	**1.483**	**1.561**	**1.638**	**1.871**	**2.124**	**2.640**	**3.216**	**3.963**	**4.942**	**5.669**	**5.942**	**5.563**
Brasília - DF	*1.380*	*1.484*	*1.474*	*1.483*	*1.561*	*1.638*	*1.871*	*2.124*	*2.640*	*3.216*	*3.963*	*4.942*	*5.669*	*5.942*	*5.563*
TOTAL BRASIL	**96.867**	**97.738**	**102.039**	**97.190**	**96.604**	**96.662**	**109.426**	**117.460**	**135.164**	**147.175**	**172.703**	**195.954**	**208.537**	**223.773**	**237.919**

Fonte: RAIS 2000-2014 / MTE.

Elaboração: Banco de Dados-CBIC.

(*) De acordo com a nova Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 2.0 de novembro/2006.

2.7.2. O Estado do Pará

O Pará é uma das 27 unidades federativas do Brasil, sendo a segunda maior delas em território. Com uma área de 1 247 954,666 km², o Pará é pouco maior que Angola e é também a 13ª maior entidade subnacional do mundo. Se fosse um país, seria o 22º. do mundo em área. É maior que a área da Região Sudeste brasileira, com seus quatro estados, e um pouco menor que o estado norte-americano do Alasca. É dividido em 144 municípios, que possuem área média de 8 664,50 km². O maior deles é Altamira com 159 696 km², o quinto município mais extenso do mundo, e o menor é Marituba, com 103,279 km².

Sua capital é o município de Belém, que reúne em sua região metropolitana cerca de 2,3 milhões de habitantes, sendo a região metropolitana mais populosa da região Norte. Outras cidades importantes do estado são: Ananindeua, Santarém, Castanhal, Abaetetuba, Capanema, Bragança, Salinópolis, Altamira, Barcarena, Cametá, Itaituba, Marituba, Marabá, Paragominas, Parauapebas, Soure e Tucuruí. O relevo é baixo e plano; 58% do território se encontram abaixo dos 200 metros. As altitudes superiores a 500 metros estão nas seguintes serras: Serra dos Carajás, Serra do Cachimbo e Serra do Acari.

Pertencente à Região Norte, é a unidade federativa mais populosa desta macrorregião, com seus 7,9 milhões de habitantes em 2013, e ao mesmo tempo a de maior PIB. O estado é subdividido em 22 microrregiões e 6 mesorregiões. Seus limites são com o estado do Amapá a norte, Roraima a noroeste, Amazonas a oeste, Mato Grosso a sul, Tocantins a sudeste, Maranhão a leste; além do Suriname e Guiana ao extremo norte.

O Pará possui 144 municípios, dentre os quais, importantes para a economia do estado são, Altamira, Ananindeua, Barcarena, Belém, Canaã dos Carajás, Castanhal, Itaituba, Marabá, Paragominas, Parauapebas, Redenção, Salinópolis, Tucuruí e Santarém.

Municípios mais populosos do Pará Estimativa Populacional IBGE 2015[25]							
Posição	Localidade	Mesorregiões	Pop.	Posição	Localidade	Mesorregião	Pop.
1	Belém	Metropolitana	1 439 561	11	São Félix do Xingu	Sudeste	116 186
2	Ananindeua	Metropolitana	505 404	12	Barcarena	Metropolitana	115 779
3	Santarém	Baixo Amazonas	292 520	13	Altamira	Sudoeste	108 382
4	Marabá	Sudeste	262 085	14	Tucuruí	Sudeste	107 189
5	Parauapebas	Sudeste	189 921	15	Paragominas	Sudoeste	107 010
6	Castanhal	Metropolitana	189 784	16	Itaituba	Sudoeste	98 446
7	Abaetetuba	Nordeste	150 431	17	Breves	Marajó	98 231
8	Cametá	Nordeste	130 868	18	Tailândia	Nordeste	97 161
9	Marituba	Metropolitana	122 916	19	Redenção	Sudeste	80 797
10	Bragança	Nordeste	121 528	20	Moju	Nordeste	77 385

2.7.2.1. A Economia do Estado do Pará

A economia é baseada no extrativismo mineral (ferro, bauxita, manganês, calcário, ouro, estanho), vegetal (madeira), na agricultura, pecuária, indústria e no turismo.

A mineração é atividade preponderante na região sudeste do estado, sendo Parauapebas a principal cidade que a isso se dedica. Já as atividades agrícolas são mais intensas na região nordeste do estado, onde destaca-se o município de Castanhal; a agricultura também se faz presente, desde a década de 1960, ao longo da malfadada Rodovia Transamazônica (BR-230). O Pará é o maior produtor de pimenta do reino do Brasil e está entre os primeiros na produção de coco da Bahia e banana. São Félix do Xingu é o município com maior produção de banana do país.

A pecuária é mais presente no sudeste do estado, que possui um rebanho calculado em mais de 14 milhões de cabeças de bovinos. A indústria do estado concentra-se mais na região metropolitana de Belém, com os distritos industriais de Icoaraci e Ananindeua, e também vem se consolidando em municípios como Marituba, Barcarena e Marabá através de investimentos na verticalização dos minérios extraídos, como bauxita e ferro, que ao serem beneficiados, agregam valor ao se transformarem em alumínio e aço no próprio Estado. Pela característica natural da região, destacam-se também como fortes ramos da economia as indústrias madeireira e moveleira, tendo um polo moveleiro instalado no município de Paragominas.

O extrativismo mineral vem desenvolvendo uma indústria metalúrgica cada vez mais significativa. No município de Barcarena é beneficiada boa parte da bauxita extraída no município de Paragominas e na região do Tapajós em Oriximiná. No momento Barcarena é um grande produtor de alumínio, e sedia uma das maiores fábricas desse produto no mundo, boa parte é exportado, o que contribui para o município desenvolver um dos principais portos do Pará, no distrito de Vila do Conde. Ao longo da Estrada de Ferro Carajás, que vai da região sudeste do Pará até São Luís do Maranhão, é possível atestar a presença crescente de siderúrgicas.

O governo federal implementou em Marabá um polo siderúrgico e metalúrgico, além das companhias já presentes na cidade. O polo siderúrgico de Marabá utilizava intensamente o carvão vegetal para aquecer os fornos que produzem o ferro gusa, contribuindo assim, para a devastação mais rápida das florestas nativas da região. Mas recentemente este cenário vem mudando, as indústrias estão investindo no reflorestamento de áreas devastadas e na produção de carvão do coco da palmeira Babaçu, que não devasta áreas da floresta nativa porque consiste somente na queima do côco e não do coqueiro, este é produzido principalmente no município de Bom Jesus do Tocantins.

Nos últimos anos, com a expansão da cultura da soja por todo o território nacional, e também pela falta de áreas livres a se expandir nas regiões sul, sudeste e até mesmo no centro-oeste (nas quais a soja se faz mais presente), as regiões sudeste e sudoeste do Pará tornaram-se uma nova área para essa atividade agrícola. Pela rodovia Santarém-Cuiabá (BR-163) é escoada boa parte da produção sojeira do Mato Grosso, que segue até o porto de Santarém, aquecendo a economia da cidade tanto pela exportação do grão como pela franca expansão de seu plantio: a produção local já representa 5% do total de grãos exportados.
A pauta de exportação do Pará, no ano de 2012, foi baseada em minério de ferro (59,46%), óxido de alumínio (8,19%), minério de cobre (6,06%), alumínio bruto (5,09%) e bovinos (3,60%).

O estado do Pará possui localização privilegiada em relação aos principais mercados globais; Infraestrutura para implantação de diversos empreendimentos e acesso multimodal.

O Estado do Pará busca constantemente modernizar e tornar eficiente a gestão pública. Busca também qualificar a força de trabalho para atender a demanda de investimentos crescente nos próximos anos. O Estado do Pará receberá R$ 130 bilhões em investimentos até 2016.

Apresenta oportunidades em diversos setores entre estes se destacam: mineração, agronegócio, pecuária, pesca, biodiversidade, gemas e joias, turismo, além de contar com um ambiente multicultural, povo hospitaleiro, rica gastronomia e natureza exuberante.

Possui clima equatorial amazônico agradável que favorece o desenvolvimento de diversas atividades produtivas, agricultura e pecuária.

O Estado do Pará é o segundo maior estado brasileiro em extensão territorial. Com suas riquezas naturais e seu imenso potencial hídrico alavanca a economia e o desenvolvimento do Brasil.

- Área: 1,24 milhão de km2 (14,6% do território brasileiro)
- População: 7.688.593 habitantes (dados Censo 2011)
- Expectativa de Vida: 72 anos
- Idioma: Português
- PIB: R$ 88 bilhões em 2011
- Estimativa da taxa de crescimento médio do PIB: De 2013-2016 é de 5%
- O Comércio Exterior Paraense caracteriza-se como o 6º maior exportador do Brasil e o 2º maior saldo da Balança Comercial (2012);
- Exportações: USD 14.795.448.748
- Principais Destinos: China, Japão e Estados Unidos,
- Importações: USD 1.370.432.626
- Principais Fornecedores: Estados Unidos, Argentina e China.

Em 2011, O PIB do estado do Pará ocupou o 1° lugar no ranking, no contexto dos sete estados da Região Norte do Brasil. É uma liderança regional em franco crescimento.

2.7.2.2. PIB da região Norte, por Estados

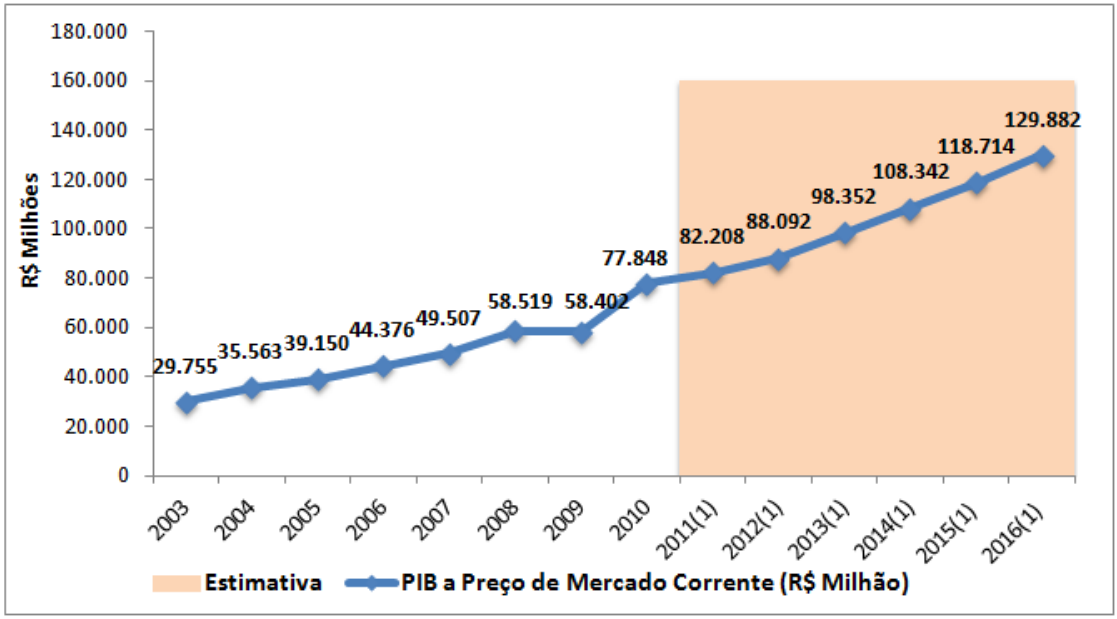
ESTADO DA REGIÃO NORTE	POPULAÇÃO TOTAL 2011	PIB 2011 - R$ MILHÕES	% PIB
Pará	7.688.593	88.371	39,53
Amazonas	3.538.387	64.555	28,88
Rondônia	1.576.455	27.839	12,45
Tocantins	1.400.892	18.059	8,08

ESTADO DA REGIÃO NORTE	POPULAÇÃO TOTAL 2011	PIB 2011 - R$ MILHÕES	% PIB
Acre	746.386	8.794	3,93
Amapá	684.309	8.968	4,01
Roraima	460.165	6.951	3,11
Total	**16.095.187**	**223.537**	**100**

Fonte: IBGE - IDESP 2013

2.7.2.3. Evolução do PIB

Entre 2009 e 2010, o PIB do Estado do Pará cresceu 8,01% em termos reais, crescimento acima da taxa de crescimento de 7,5% do PIB nacional.



Elaboração: *IDESP- Inst. de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará.*

2.7.3. O município de Redenção – PA

O município de Redenção pertence à Mesorregião Sudeste Paraense e à Microrregião Redenção. Apresenta uma área territorial de 3.823,809 km2.

A sede municipal apresenta as seguintes coordenadas geográficas: 08º 01' 39" de latitude Sul e 50º 01' 42" de longitude a Oeste de Greenwich.

Redenção limita-se com os seguintes municípios:

- Norte: Pau D'arco

- Sul: Santa Maria das Barreiras

- Leste: Conceição do Araguaia

- Oeste: Cumaru do Norte

Síntese das Informações

Área da unidade territorial - 2015: 3.823,809: km²

Estabelecimentos de Saúde SUS: 18: estabelecimentos

Matrícula - Ensino fundamental - 2015: 13.899: matrículas

Matrícula - Ensino médio - 2015: 3.937: matrículas

Número de unidades locais: 1.537: unidades

Pessoal ocupado total: 14.681: pessoas

PIB per capita a preços correntes - 2013: 13.933,46: reais

População residente : 75.556: pessoas

População residente - Homens: 38.016: pessoas

População residente - Mulheres: 37.540: pessoas

População residente alfabetizada: 59.286: pessoas

População residente que frequentava creche ou escola : 24.590: pessoas

População residente, religião católica apostólica romana: 38.720: pessoas

População residente, religião espírita: 384: pessoas

População residente, religião evangélicas: 23.626: pessoas

Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar, por situação do domicílio - Rural: 1.273,50: reais

Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar, por situação do domicílio - Urbana: 2.051,91: reais

Valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes - Rural: 340,00: reais

Valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes - Urbana: 351,17: reais

Fonte:IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

2.7.3.1. Redenção é destaque em poder de consumo

Pesquisa nacional da Fundação Getúlio Vargas aponta Redenção entre os municípios paraenses que mais cresceram no Estado.

Em recente pesquisa divulgada pela Fundação Getúlio Vargas, Redenção aparece entre os quatro municípios paraenses com o maior índice de acessão econômica. A pesquisa incluiu todos os municípios brasileiros. No Pará, Belém lidera a lista, em seguida aparecem Novo Progresso, Parauapebas, Ananindeua e Redenção.

Na classificação dos maiores redutos consumidores do Estado, depois de Belém que ocupa a primeira posição, Novo Progresso, vem em segundo lugar com 59,9% da população classificada acima da classe C; Parauapebas, com 58,4%; Ananindeua, com 54,5%; Redenção, com 51,8%; Canaã dos Carajás, 51,3%; Tucumã, com 50,8%; e Rio Maria, com 50,1%.

ECONOMIA: O município de Redenção vive uma incógnita, a renda da população cresce, porém o município está estagnado no que diz respeito a investimentos sociais e estruturais. O poder de compra dos redencenses cresceu nos últimos anos, e com isso surgiram lojas grandes de eletroeletrônicos, carros, telefonia, bancos, supermercados, boutiques, oficinas especializadas, escritórios de consultoria técnica em diversas áreas, entre outras atividades e produtos.

A força da pecuária é grande em Redenção, pois os escritórios das grandes fazendas estão instalados na sede do município, gerando emprego e renda. O setor imobiliário também vem crescendo bastante nos últimos anos, com o surgimento de grandes loteamentos e conjuntos residenciais. No centro da cidade estão surgindo grandes edifícios, ofertando mão de obra, contribuindo para o poder aquisitivo do município.

GESTÃO: Pelo outro lado, a infraestrutura da cidade cresce a passos lentos, pois falta esgoto, asfalto (a maioria dos bairros não possui asfalto), as vias que ligam os setores ao centro comercial são

estreitas, as ruas paralelas às principais avenidas não são asfaltadas, e por isso, ocorre o acúmulo de veículos nas avenidas com asfalto.

2.7.3.2. Raio x da construção civil no Pará

Demissões, recuo nas vendas de unidades, queda nos lucros e escândalos políticos envolvendo as maiores empreiteiras do Brasil atormentam hoje o mercado da construção civil no Brasil. A crise econômica, agravada pela crise política brasileira, afeta drasticamente o setor produtivo e consequentemente a engenharia paraense de modo amplo. Para ter uma dimensão do desemprego provocado, em 2015 estima-se que 1,7 milhão de brasileiros perderam o emprego.

Engenheiros recém-formados que antes podiam escolher onde trabalhar, agora encontram dificuldades para se posicionar no mercado de trabalho. Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), de 2003 a 2013, com o aquecimento da economia, o número de empregos para engenheiros subiu cerca de 87%. Mas em 2014 o número de profissionais demitidos superou o número de contratados.

Entre os 52.012 contratados e os 55.160 demitidos, houve um saldo negativo de 3.148. O saldo permaneceu negativo no ano passado e as demissões continuam este ano. As empresas demitem os mais novos profissionais e isso cria instabilidade e preocupação. O presidente do Sindicato da Indústria da Construção do Estado do Pará (Sinduscon-PA), Marcelo Gil Castelo Branco, estima que o setor perdeu apenas este ano na Região Metropolitana de Belém cerca de 20 mil empregos. Dos cerca de 100 mil postos de trabalho que existiam há três anos no Estado, hoje permanecem apenas a metade. Segundo ele, o setor precisa principalmente de decisões de governo para reagir e para ele a crise é de confiança.

O balanço do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese-PA) afirma que o setor acumula nos últimos 12 meses a perda de 26 mil postos de trabalho. O último levantamento, realizado em março, constatou um saldo negativo de 1.333 postos, quando comparado o número de admissões (4.229) contra os desligamentos (5.562).

No mesmo período do ano passado, também houve saldo negativo entre contratados e demitidos, mas ele foi bem menor, num total de 792, na diferença entre 6.080 admissões contra 6.872 desligamentos. Ou seja, além do saldo ser menor, o total absoluto de contratações ainda demonstrava certo volume de trabalho. Ainda segundo o Dieese-PA, em toda a Região Norte apenas os estados de Tocantins (122) e Roraima (61) tiveram saldo positivo naquele mês.

Dos sete estados, o Pará teve o maior déficit, com número negativo quase cinco vezes maior do que o segundo colocado no ranking dos piores, o estado de Rondônia, que teve 277 postos perdidos no mês.

Provavelmente essa colocação negativa no Pará se deve ao fato do Estado ainda concentrar investimentos principalmente em obras de infraestrutura. Para se ter uma ideia mais clara do cenário enfrentado na construção civil por aqui, o Sinduscon-PA tem hoje 128 associados. Muitas dessas empresas surgiram no boom do crescimento imobiliário. “As nossas (empresas paraenses e filiadas) devem sobreviver porque são as fortes. Mas ainda há muita desunião no nosso setor”, afirma o presidente do Sinduscon Marcelo Gil.

Outro índice que mostra que o mercado não vai bem pode ser constatado nos cartórios de registro de imóveis, onde a referência é o Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI). Segundo Marcelo Gil, houve 30% de queda na arrecadação desse tributo. “Quando existe desconfiança tudo cai, ainda mais com a limitação do crédito, aí mesmo é que as coisas pioram. Com juros altos e sem crédito, não tem comprador, se não tem investimento, caem as vendas no comércio também, enfim, toda a cadeia sofre”, explica.
http://www.creapa.com.br/CreaPaNorte/InformeCrea/revista_crea_20.pdf

2.7.3.3. Obra pública também enfrenta dificuldades e paralisação de projetos

O presidente da Associação das Construtoras de Obras Públicas do Estado do Pará (ACOP-PA), Luiz Maia Jr., garante que o setor de obras públicas (ligado principalmente às estradas, aos portos e outras) está desorganizado. “A gente não tem uma resposta efetiva do governo, não sabe se vai continuar ou como vai continuar, porque o governo, em todas as esferas, municipal, estadual ou federal, não chama a gente para conversar e renegociar as obras”, reclama.

Para ele, existem obras de programas que são consideradas prioridades, mas as prioridades não são comunicadas. “Essas (obras) que são prioridades continuam recebendo, mas as outras ficam paradas sem respostas à nossa demanda. É uma situação drástica, em que falta confiança e seriedade para definir as coisas”, opina.

O programa que ainda sustenta parte do setor no Pará é o Minha Casa, Minha Vida, onde há cerca de 50 mil unidades sendo construídas, aproximadamente 10 mil estão em Belém. Alex Carvalho, que é vice-presidente do Sinduscon tem uma empresa que trabalha com o programa e afirma que houve momentos difíceis no passado, entre 2014 e 2015, mas que o governo está repactuando as obras especificamente desse programa. “Foram anos dificílimos quando tivemos altos investimentos em nível de competência e, por outro lado, uma lucratividade baixíssima. E no último ano eleitoral houve muitos atrasos nos pagamentos”, contou.

O que garantiu a continuidade do Minha Casa, Minha Vida foi a medida do Governo Federal, que em novembro do ano passado, permitiu que recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) fossem usados para obras de cunho social como as do programa. “Foi então que conseguimos repactuar esses contratos, em seis meses, oito meses. É menos pior ter esse tipo de prejuízo do que não ter recurso suficiente para tocar as obras”.

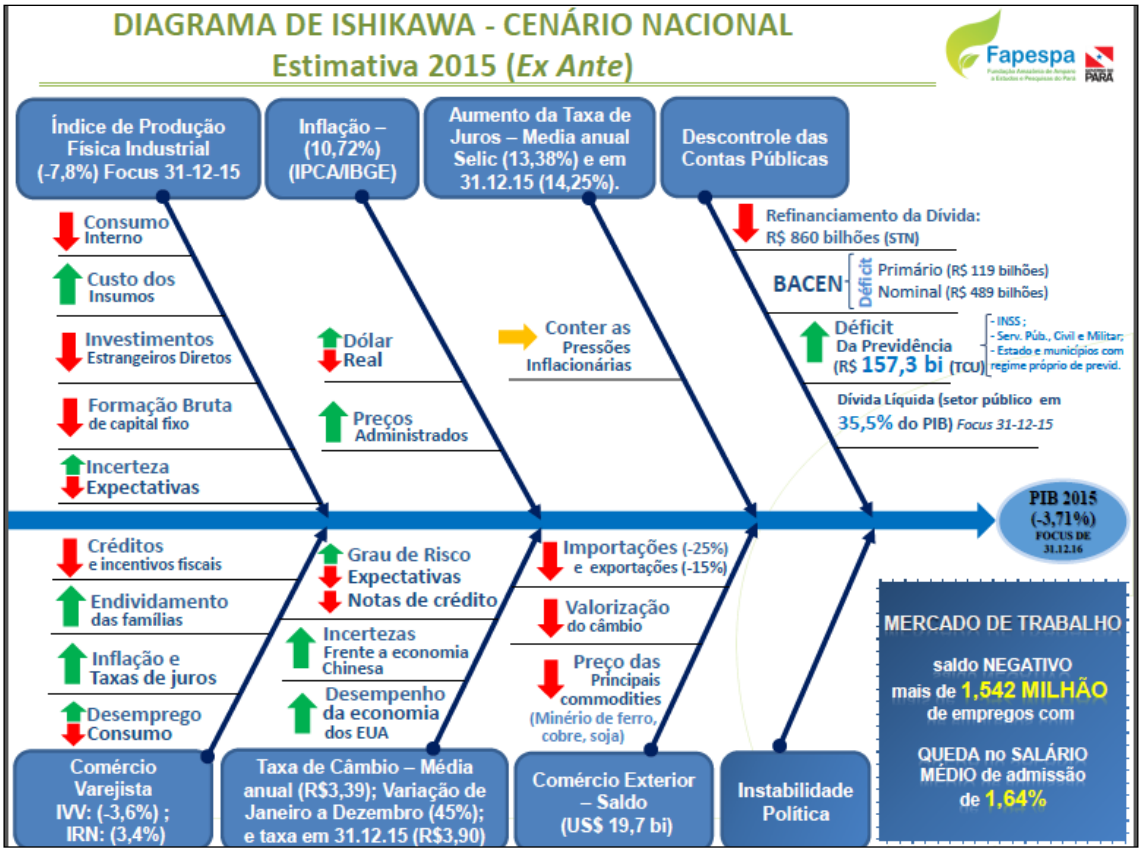
“Para as empresas que se planejam, esses são contratos de extremo risco porque a gente compra material em larga escala”, explicou Carvalho. Dos entrevistados pela Revista CREA-PA para fazer esse panorama da crise no setor, o presidente da Associação de Dirigentes de Empreendimentos Imobiliários (Ademi), Andrei Morgado, foi o mais otimista. Basicamente, ele afirmou que o setor vai se recuperar em algum tempo. Ele também disse que a Caixa não está cumprindo muitos contratos hoje, mas isso é por causa do momento de instabilidade e porque teve que redirecionar recursos para outros programas. Mas Morgado acredita que assim que a estabilidade do governo for retomada, a iniciativa privada e os bancos públicos devem voltar a investir.

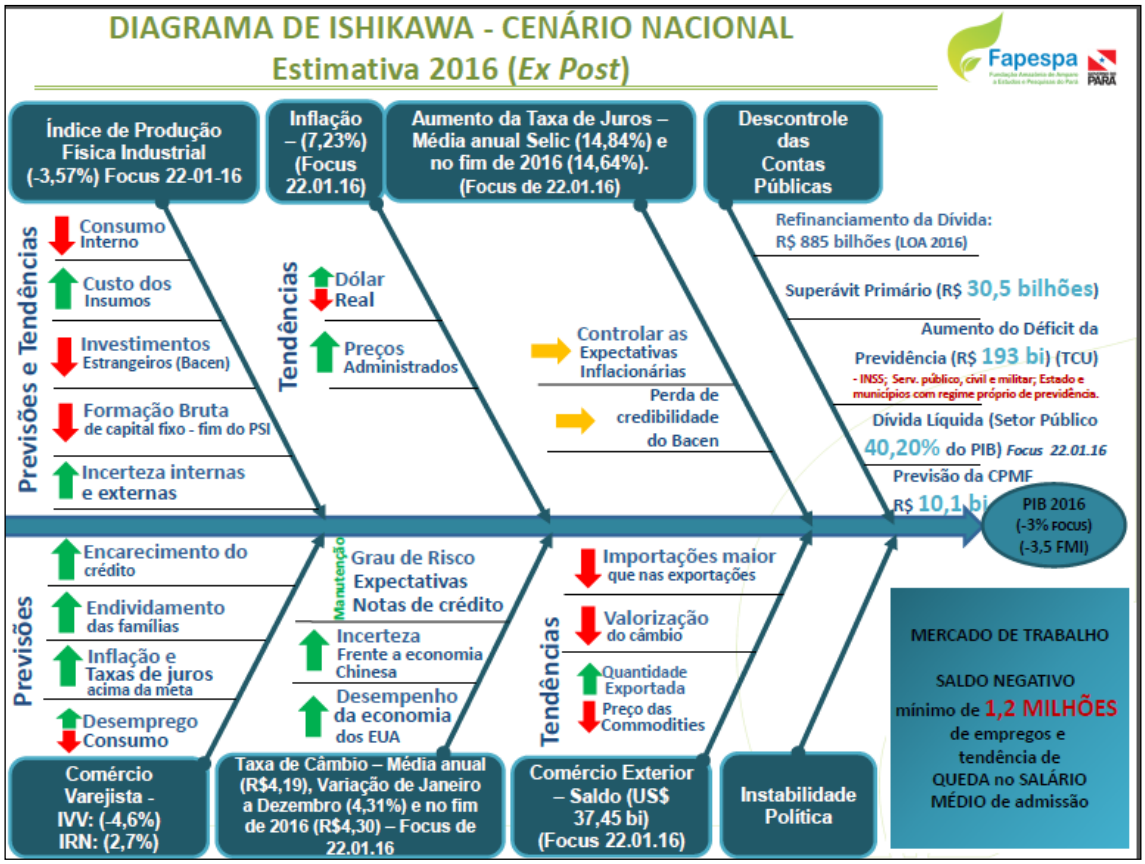
“Os bancos privados que ainda não estão investindo com força poderão voltar a investir tão logo a crise política passe. Os bancos nunca pararam de investir, na verdade. Diminuíram apenas os investimentos, hoje com a situação instável não é tão fácil conceder crédito porque muita gente

está no vermelho, mas as coisas podem melhorar. O déficit habitacional é muito grande e isso não vai mudar de uma hora para outra, vai ser preciso voltar a construir", resumiu. Já para o empresário Alex Carvalho a crise política-econômica ainda vai piorar bastante antes do País se estabilizar. Ele lembrou que parte da situação foi promovida pela relação promíscua entre o governo e a iniciativa privada.

"O noticiário é claro. A Operação Lava Jato tem punido não somente no setor político como também no setor empresarial. As relações precisam ser renascidas porque o sistema está desgastado. É preciso que as relações entre setor público e setor privado sejam renascidas dentro de um critério da prática de boas condutas", afirmou. O empresário concluiu sua entrevista com uma reflexão sobre a questão. "Essa talvez seja a maior crise que o Brasil já enfrentou. Para que a gente possa sair dela, temos que ter equilíbrio, bom senso, e trabalhar o máximo na razoabilidade, porque é preciso ter um esforço coletivo e o setor da construção precisa se engajar procurando cada vez mais ações éticas, respaldadas. É preciso cumprir os contratos e fazer a sua parte. Acho que nos cabe, assim como a todos os entes do setor produtivo, fazer uma reflexão sobre o que se pode fazer melhor em prol do Brasil. O Brasil só vai conseguir sair dessa crise se a sociedade organizada e cada indivíduo procurar fazer o melhor para sair dessa crise", resumiu.

2.7.4. Perspectivas para a economia paraense em 2016

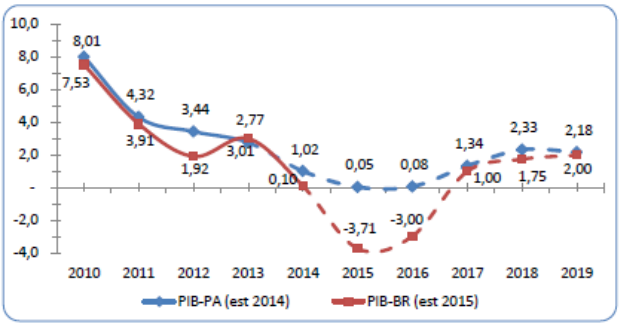




Produto Interno Bruto - PIB

Fapespa

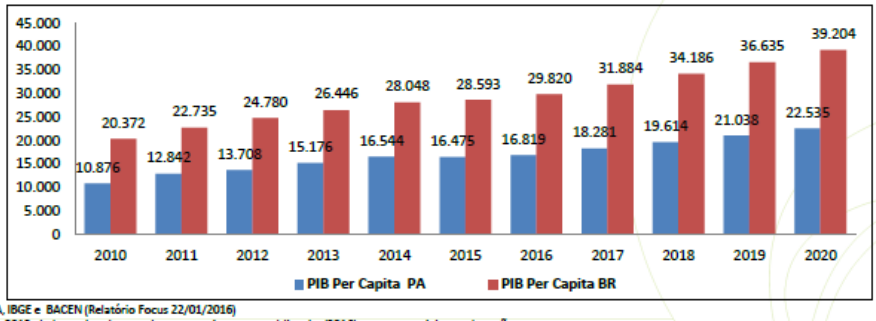
Crescimento Real (%) do PIB, Brasil e Pará 2010-2020



PIB, a preços de mercado corrente, Brasil e Pará 2010-2020

Ano	PIB (R$ 1.000.000)		Partic.PIB Pará no PIB Brasil
	Brasil	Pará	
2010	**3.885.847**	**82.691**	**2,13%**
2011	**4.373.658**	**98.740**	**2,26%**
2012	**4.805.913**	**106.819**	**2,22%**
2013	**5.316.455**	**120.949**	**2,27%**
2014	5.687.309	133.576	2,35%
2015	5.845.825	134.660	2,30%
2016	6.145.344	139.117	2,26%
2017	6.621.016	152.945	2,31%
2018	7.151.174	165.907	2,32%
2019	7.717.501	179.818	2,33%
2020	8.314.338	194.556	2,34%

PIB Per Capita (R$), a preços de mercado corrente ,Brasil e Pará 2010-2020

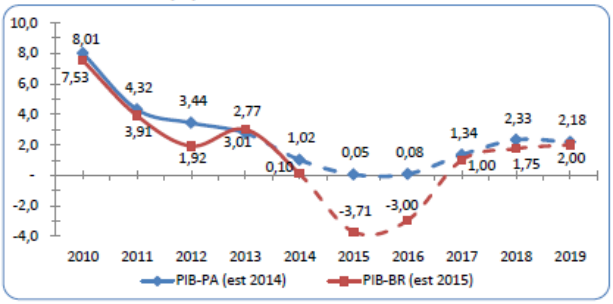


Fonte: FAPESPA, IBGE e BACEN (Relatório Focus 22/01/2016)
Nota: de 2014 a 2019, dados estimados com base na conjuntura atual (janeiro/2016), portanto sujeitos a alteração.
População de 2010-2014 estimadas pelo IBGE enviadas ao TCU referentes a 1º de julho do ano. De 2015-2020 projeção populacional do IBGE, revisão 2013.

Produto Interno Bruto – PIB Projeções

Fapespa

Crescimento Real (%) do PIB, Brasil e Pará 2010-2019



Fonte: FAPESPA, IBGE e BACEN (Relatório Focus 22/01/2016)
Nota: de 2014 a 2020, dados estimados com base na conjuntura atual (janeiro/2016), portanto sujeitos a alteração.

Pará 2015

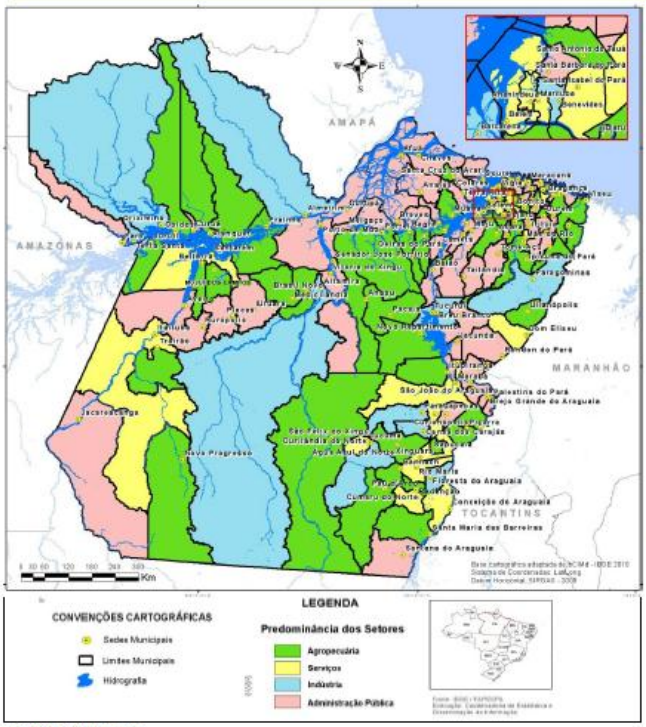
- Rebatimentos da Instabilidade econômica e política nacional;
- Queda no Preço das Exportações (ferro, cobre, alumínio e soja);
- Manutenção dos Investimentos do Governo Estadual (10%);
- Atividades com desempenho positivo: Serviços, indústria extrativa mineral e agropecuária;
- Atividades com desempenho negativas: Indústria de transformação e comércio.

Estagnação econômica

Cenário 2016: Oportunidades e Desafios		
Manutenção da tendência de queda dos preços das *commodities* (FMI) ↓	Incerteza quanto à resolução da instabilidade econômica e política ↓	Diminuição dos investimentos estrangeiros de diretos (BACEN) e adiamento de investimentos previstos no Pará ↓
Perspectiva de aumento da Taxa SELIC e da taxa de câmbio (BACEN) ↓	Tendência de redução da Formação Bruta de Capital Fixo, consumo das famílias e consumo do governo ↓	Aumento do volume das exportações (S11D e manutenção das receitas das mineradoras) ↑
Situação Fiscal do Estado ↑	Desmobilização da obra de Belo Monte ↓	Adiamento das obras do complexo Tapajós ↓
Projeções do desempenho positivo para a Agroindústria (MAPA). O Estado é a nova fronteira agrícola com vantagens competitivas climáticas. As Regiões Sul, Nordeste, Baixo Amazonas e Marajó despontarão na produção de grãos (soja, arroz e milho), além das atividades tradicionais (mandioca, cacau e gado bovino) ↑		

PIB Pará - Projeção para o período 2014-2020: Crescimento Real Acumulado 9,34% e Crescimento Real Médio Anual 1,28%

Produto Interno Bruto – PIB Municipal

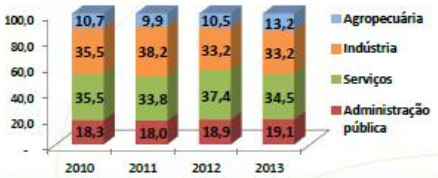


Fonte: IBGE e FAPESPA, 2015
Elaboração: FAPESPA

Quantidade de municípios por setores econômicos predominantes na formação do VAB, Pará 2013

Setores	Nº de municípios	
	Administração Pública inserida em Serviços	Administração Pública separada de Serviços
Agropecuária	26	49
Indústria	8	13
Serviços	110	18
Administração Pública	-	64
Total	144	144

Participação (%) do Setores econômicos no Valor Adicionado, Pará 2010-2013



Cenário 2016: importância da Agropecuária e Administração Pública

Oportunidades na agropecuária	Manutenção dos serviços públicos influencia as demais atividades	Necessidades de utilização dos transbordamentos da indústria extrativa
Tendência de queda nos repasses e investimentos federais aos municípios		

MERCADO DE TRABALHO

Pará 2015

- Desmonte das obras de Belo Monte e finalização das obras S11D;
- Finalização das obras dos programas habitacionais – Governo Federal;
- Desaquecimento da Indústria de Transformação;
- Pará teve o 9º salário de admissão em 2015;
- Redução no nº de admitidos (-17%) maior que no de desligados (-4%)
- Retração do emprego em 7 dos 8 setores pesquisados.

Saldo negativo na geração de emprego

Fonte: MTE, 2016. Elaboração: FAPESPA, 2016.*Dados estimados.

Cenário 2016: Empregabilidade como maior desafio

Redução dos incentivos no mercado imobiliário	Fim das obras de Belo Monte e desmonte da S11D	Redução dos gastos públicos
Previsão de início da 3ª etapa do PMCMV	Tendência de alta na QTD de desligados e redução dos admitidos	

MERCADO DE TRABALHO 2015

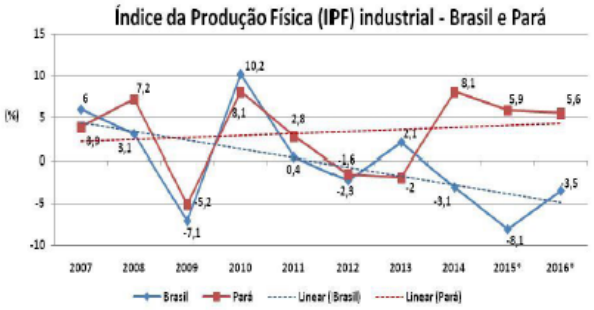
Fapespa

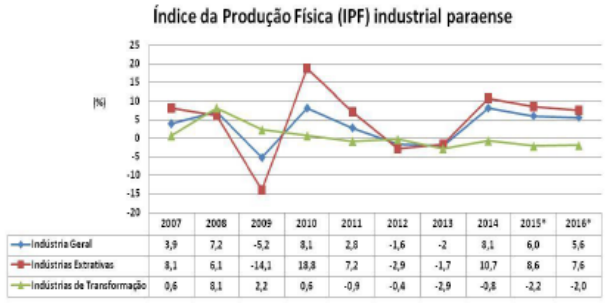
- **No Brasil** foram perdidos **1.542.371** empregos celetistas, equivalentes à retração de **3,74** % no estoque de assalariados com carteira assinada;
- **Todos os estados** brasileiros apresentaram **saldos negativos**;
- A **Indústria de Transformação** vem sendo **impactada pela crise** com desaquecimento de quase **todos os segmentos produtivos**;
- **No Pará** houve retração de **37.828** postos **(-3,44% no estoque)**, tendo na Construção Civil a atividade com a maior perda (-25.104), 67% do total do saldo negativo do estado;
- As atividades relacionadas às **Obras para Geração e Distribuição de Energia Elétrica e para Telecomunicações** suprimiram **17.305** postos de trabalho;
- Os municípios paraenses com maiores perdas de postos de trabalho, em 2015, foram: **Altamira** (-19.063), **Belém** (-10.331), **Parauapebas** (-3.053), **Marabá** (-1.882), **Tailândia** (-1.524), **Ananindeua** (-1.218) e **Castanhal** (-1.003);
- **A perda de 17.044** vínculos esteve ligada a **Usina Hidrelétrica de Belo Monte.**

Pará - Saldo dos Setores	Saldo	Par.(%)
	-37.828	100
Extrativa Mineral	500	-
Indústria de Transformação	-3.036	8
Serviço Industrial de Utilidade Pública	-262	1
Construção Civivl	-25.104	67
Comércio	-3.373	9
Serviços	-3.197	8
Administração Pública	-247	1
Agropecuária	-3.109	8

INDÚSTRIA

Fapespa





	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015*	2016*
Indústria Geral	3,9	7,2	-5,2	8,1	2,8	-1,6	-2	8,1	6,0	5,6
Indústrias Extrativas	8,1	6,1	-14,1	18,8	7,2	-2,9	-1,7	10,7	8,6	7,6
Indústrias de Transformação	0,6	8,1	2,2	0,6	-0,9	-0,4	-2,9	-0,8	-2,2	-2,0

Pará 2015

- Retração na fabricação de alimentos e bebidas;
- Retração da demanda chinesa por minério de ferro paraense em 7,28%, dada a desaceleração dessa economia;
- A retração da demanda mundial de alumínio (-3%) em 2015 com impacto na Indústria de Transformação;
- Crescimento da demanda mundial por minério de ferro (12%) favorecido pelo baixo preço da commodities.

Crescimento industrial abaixo de 2014

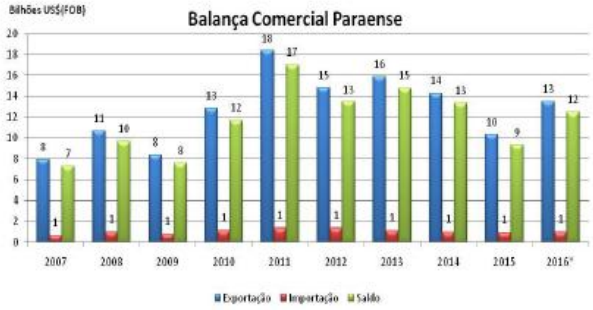
Cenário 2016: A importância da indústria extrativa mineral

Queda nos preços das commodities minerais e do alumínio	Desaquecimento da economia chinesa	Elevação dos preços dos insumos produtivos importados
Ampliação da extração de minério de ferro - S11D	Ampliação de mercados internacionais (Malásia, Filipinas e Polônia)	Fim do Programa de Sustentação do Investimento – PSI (BNDS)

Fonte: IBGE; BACEN, 2016; Elaboração: FAPESPA, 2016. * Dados estimados.

COMÉRCIO EXTERIOR

Fapespa



Pará 2015

- O aumento da taxa de câmbio amenizou as perdas no valor das exportações;
- Desaquecimento da economia chinesa e retração na demanda por minério de ferro;
- Baixa cotação do minério de ferro encerrando 2015 a US$ 42 a tonelada;
- Baixa importação de hidróxido de sódio em virtude da queda na produção de Alumínio;
- Crescimento na quantidade exportada das principais *commodities* (mineral e agrícola);

Saldo comercial de 2015 menor com retração nas exportações e importações

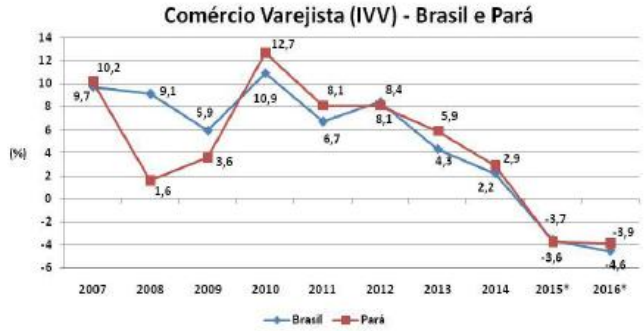
Cenário 2016: Aumento do saldo comercial em função do volume de exportação

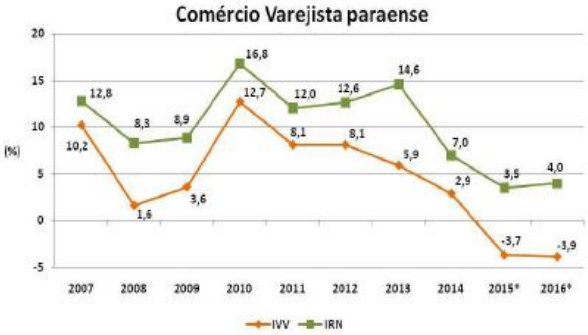
Previsão de baixa do preço do minério de ferro ↓	Menor demanda de ferro pelo mercado chinês ↓	Redução na QTD importada de insumos para Indústria de Transformação ↑
Ampliação de mercados internacionais (Malásia, Filipinas e Polônia) ↑	Alta nas exportações de *commodities* favorecida pela Tx. de câmbio ↓	Início de funcionamento da S11D ↑

Fonte: MDIC/Aliceweb, 2016; Elaboração: Fapespa, 2016; *Dados estimados.

COMÉRCIO VAREJISTA

Fapespa





Pará 2015

- Aumento da taxa de juros e diminuição do crédito (12,5% - 14,25%);
- Aumento da inadimplência das famílias (12,4%/2014 - 38,1%/2015);
- Alto endividamento das famílias (76,2%);
- Redução da confiança do consumidor.

Retração no volume de vendas

Cenário 2016: Queda no consumo das famílias

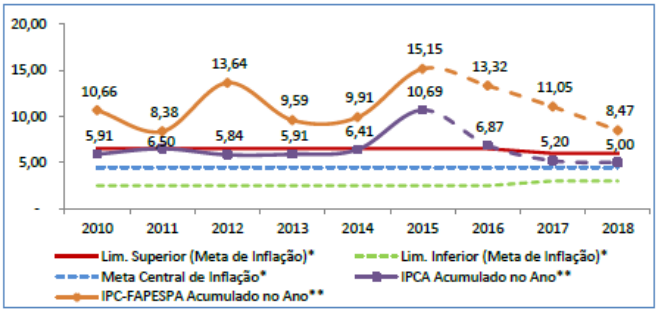
Retração no estoque de emprego pelo 2º ano seguido ↓	Redução da Massa salarial disponível ↓	Manutenção do endividamento e aumento da inadimplência das famílias ↓
Créditos mais caros e restritos ↓	Inflação permanecerá acima da meta ↓	Elevação da inadimplência pessoa jurídica ↓

Fonte: IBGE, 2016;Elaboração: Fapespa, 2016; * Dados estimados.

INFLAÇÃO

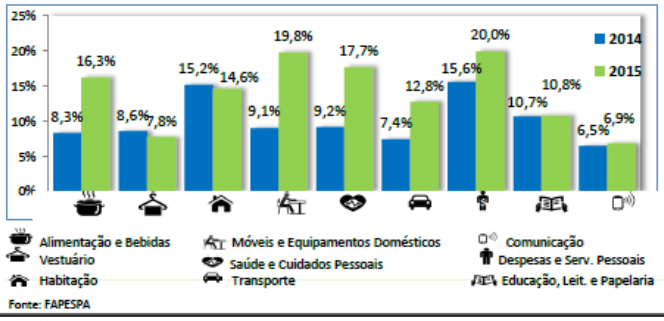
Fapespa

Índices de Preços, IPCA/IBGE e IPC FAPESPA-RMB consolidados e projetados, comparados aos Limites de Inflação do Regime de Metas - 2010 a 2018



Fonte: FAPESPA, IBGE e BACEN. Nota: Projeções do IPCA/IBGE do Boletim Focus (em 31/12/2015)
*A Resolução 4.419, não prevê Limites de Inflação para 2018, dados de 2017. ** Estimados pela Fapespa (janeiro/2016)

IPC-RMB, por grupo de despesas acumulado no ano, das famílias com rendimento entre 1 e 8 salários mínimos em 2014 e 2015.



Fonte: FAPESPA

Pará 2015

- Correção dos preços administrados, que não foram reajustados em 2014;
- Desvalorização cambial fator de encarecimento dos produtos e insumos importados;
- Comportamento adverso de produtos de alimentação associados ao clima.

IPC/FAPESPA-RMB
Maior alta em sete anos 15,15%

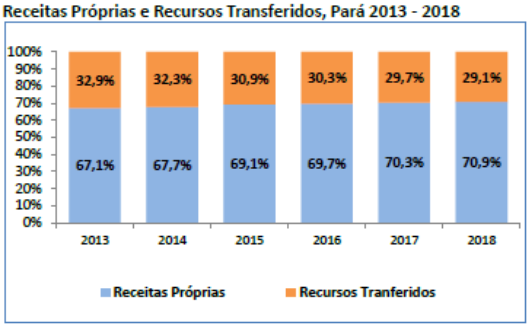
Cenário 2016: inflação de 2 dígitos

Reajustes menores dos preços administrados (transporte, energia e combustíveis) ↑	Restrições maiores ao crédito ao consumo e investimento (Selic e inadimplência PJ) ↑	Desvalorização cambial encarecendo os importados e insumos (Bacen) ↓
Reajuste do salário mínimo acima da política de valorização do salário mínimo ↓	Alimentos Plantio de verão está prejudicado pelo excesso de chuvas (hortifrutigranjeiro) ↓	

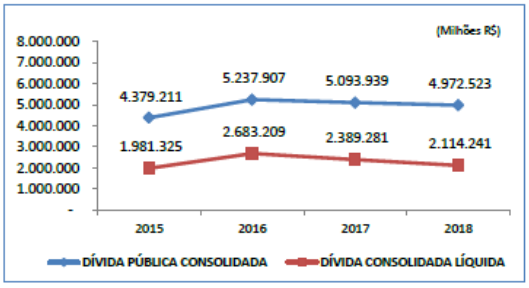
CONTAS PÚBLICAS

Fapespa

Receitas Próprias e Recursos Transferidos, Pará 2013 - 2018



Estimativa da caracterização da dívida pública, Pará 2015-2018



Fonte: SEFA / SEPLAN Dados Estimados a partir de 2015.

Pará 2015

- Aumento da Participação das Receitas Próprias no total das receitas;
- Custei com Pessoal ativos e inativos X LRF (Limites prudencial 46,17% e Legal 48,6%);
- Expansão da Arrecadação Própria. Taxas Hídrica (R$24 milhões) e Mineral (R$421 milhões);
- Manutenção dos Investimentos, em 8% da despesas (2015-2018).

Situação favorável, porém não confortável.

Cenário 2016: Desafios de Gestão

Aumento do Salário Mínimo (R$880,00) ↓	Aumento do custo operativo da administração pública (inflação e Aumento da Taxa de Juros) ↓	Aumento do custo das operações de crédito (TJLP e do spread bancário) ↓
Diminuição das receitas transferidas ↓	Aumento do custo de operação em saúde (FES) ↓	Aprovação da "PEC da Bengala ↓
Medidas de estímulo à economia ↑	Medidas de redução das despesas administrativas ↑	Medidas de combate à evasão fiscal e concorrência desleal ↑
Aumento da arrecadação (ampliação da fiscalização eletrônica, aumento da formalização devido a novos investimentos, consolidação da Taxa de Recursos Hídricos, e Concurso novos fiscais SEFA) ↑		Reforma Previdenciária Estadual (Fusão de FUNPREV com FINANPREV ↑

ESTIMATIVAS E PROJEÇÕES

Fapespa

INDICADORES - PARÁ	2015	2016
PIB	0,05	0,08
INFLAÇÃO	15,15% (IPC/FAPESPA)	13,32% (IPC/FAPESPA)
INDÚSTRIA	6% (IBGE)	5,6% (IBGE)
COMÉRCIO EXTERIOR (saldo)	US$ 9,3 bi (-30%)	US$ 12,5 bi
COMÉRCIO VAREJISTA	IVV: -3,7% ; IRN: 3,5%	IVV: -3,9%; IRN: 4%
MERCADO DE TRABALHO	-37.828 mil empregos	-30 mil empregos
CONTAS PÚBLICAS	RP: 69,1% ; RT: 30,9%	RP: 69,7% ; RT:30,3%

2.7.5 - Indicadores da construção civil

Custo Unitário Básico da Construção Civil no Estado do Pará – JULHO 2016

O Custo Unitário Básico do Pará (CUB-PA/m²) apresentou o valor de R$ 1.115,45 em julho. O número representa uma variação positiva de 0,12% em relação ao mês junho, que registrou o valor de R$ 1.114,15. Para obter este resultado mensal, o CUB/m² inclui a avaliação de um grupo de materiais com 25 itens; mão de obra de servente e pedreiro; despesas administrativas referentes ao custo da contratação ou salário, mais encargos sociais pagos ao engenheiro; e equipamento, representado pelo aluguel de betoneira.

Segue abaixo, ranking com o valor do m² divulgado em alguns estados que publicam o Cub na Região Norte.

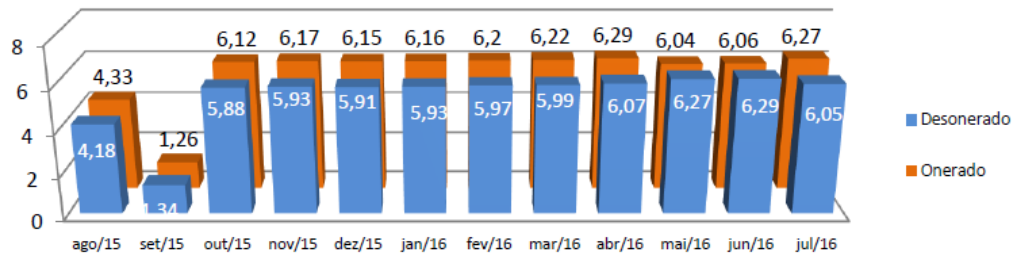
VALOR M²	ESTADO	POSIÇÃO
R$ 1.363,32	**Roraima**	**1**
R$ 1.239,98	Amazonas	2
R$ 1.192,30	Tocantins	3
R$ 1.115,45	Pará	4
R$ 1.081,85	Rondônia	5
R$ -	Amapá	6
R$ -	Acre	7

Obs Amapá e Acre não publicam o Cub.

Link relacionado:
http://www.sindusconpa.org.br/site/cub.php

1.1.1- Variação Anual Acumulada – CUBm² - Pará: Onerado e Desonerado

CUB/PA - Variação Acumulada 12 Meses



Referência R8-N – Padrão Normal: Edifício com oito pavimentos tipo.

Fonte: Sinduscon/PA

1.1.2 – Variação Acumulada do CUB Estadual, Regional e Nacional nos Últimos 12 Meses

	CUB Nacional Onerado	CUB Nacional Desonerado	CUB Pará Onerado	CUB Pará Desonerado	CUB Regional Onerado	CUB Regional Desonerado
Ago/15	5,85	5,69	4,33	4,18	5,32	5,14
Set/15	6,07	5,95	1,26	1,34	4,80	4,67
Out/15	6,07	5,94	6,12	5,88	5,64	5,45
Nov/15	6,14	6,01	6,17	5,93	5,57	5,50
Dez/15	6,33	6,21	6,15	5,91	5,61	5,42
Jan/16	6,29	6,16	6,16	5,93	5,54	5,35
Fev/16	6,36	6,23	6,20	5,97	5,61	5,42
Mar/16	6,78	6,62	6,22	5,99	5,42	5,22
Abr/16	6,32	6,17	6,29	6,07	5,39	5,19
Mai/16	5,42	5,29	6,27	6,04	5,21	5,01
Jun/16	6,30	6,10	6,29	6,06	3,07	2,75
Jul/16	*****	*****	6,27	6,05	*****	*****

(*) Informações não divulgadas

Fonte: CBIC

3.3 - Áreas Regularizadas pelo CREA/PA para Projetos de Construção Civil

Inspetorias	Totalm² 2014	Part. Relativa % 2014	Totalm² 2015	Part. Relativa % 2015	Totalm² 2016	Part. Relativa % 2016
Altamira	17.437,88	98,92%	977,00	50,15%	42,00	2,16%
Ananindeua	18.651,95	105,81%	1.369,00	70,28%	164,00	8,42%
Barcarena	45.447,34	257,81%	1.128,00	57,91%	82,00	4,21%
Belém	164.885,60	935,36%	3.569,00	183,21%	476,00	24,44%
Capanema	12.792,01	72,57%	549,00	28,18%	49,00	2,52%
Castanhal	128.932,78	731,41%	1.086,00	55,75%	124,00	6,37%
Marabá	21.013,59	119,21%	1.090,00	55,95%	113,00	5,80%
Oriximiná	3.619,14	20,53%	204,00	10,47%	26,00	1,33%
Paragominas	32.453,01	184,10%	1.687,00	86,60%	181,00	9,29%
Parauapebas	62.471,50	354,39%	1.046,00	53,70%	84,00	4,31%
Santarém	53.398,37	302,92%	1.089,00	55,90%	152,00	7,80%
Tucuruí	29.765,99	168,86%	875,00	44,92%	86,00	4,41%
Outros	55.903,87	317,13%	2.959,00	151,90%	369,00	18,94%
Total	**646.773,03**		**17.628,00**		**1.948,00**	

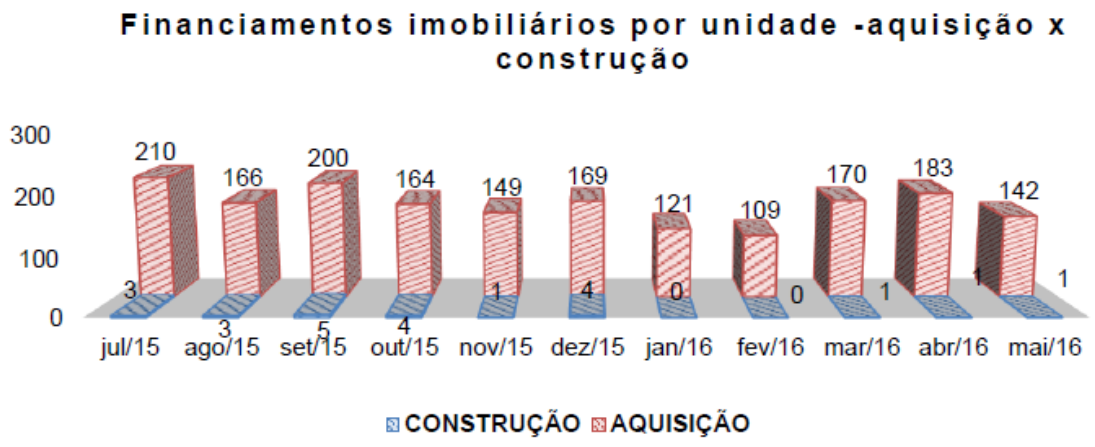
Fonte: CREA/PA

Financiamentos Imobiliários - Recursos da Caderneta de Poupança no Estado do Pará

	CONSTRUÇÃO		AQUISIÇÃO		TOTAL	
	UNIDADES	VALORES	UNIDADES	VALORES	UNIDADES	VALORES
mar/15	38	10.372.762	367	75.709.687	405	86.082.449
abr/15	69	20.281.83	394	86.332.41	463	106.614.172
mai/15	2	27.805.961	122	14.210.000	124	42.015.961
jun/15	1	0,00	184	62.112.366	185	62.112.366
jul/15	3	494.978	210	44.581.737	213	45.076.715
ago/15	3	999.456	166	39.872,72	169	1.039.328,72
set/15	5	849.587	200	44.225.237	205	45.074.824
out/15	4	726.031	164	41.106.707,00	168	41.832.738,00
nov/15	1	190.700	149	35.092.889	150	35.283.589
dez/15	4	933.306	169	43.505.863,00	173	44.439.169,00
jan/16	0	0	121	25.372.927	121	25.372.927
fev/16	0	0	109	23.907.559	109	23.907.559,00
TOTAL	**130**	**42.372.781**	**2.355**	**409.864.845**	**2.485**	**558.851.798**

Fontes: Banco Central e CBIC

Financiamento Imobiliário por Unidade - Mar/15 a Fev/16



CUSTOS DA CONSTRUÇÃO

Ano / Mês	CUB Médio Brasil(*) - R$/m²		CUB Médio Brasil(**) - R$/m² Desonerado	
	Valor (R$)	Variação %	Valor (R$)	Variação %
2015 JAN	1.152,00	0,57	1.078,77	0,57
FEV	1.154,51	0,22	1.081,16	0,22
MAR	1.156,33	0,16	1.082,99	0,17
ABR	1.165,96	0,83	1.091,88	0,82
MAI	1.180,52	1,25	1.105,10	1,21
JUN	1.187,98	0,63	1.111,86	0,61
JUL	1.205,54	1,48	1.127,41	1,40
AGO	1.206,92	0,11	1.128,72	0,12
SET	1.211,06	0,34	1.132,79	0,36
OUT	1.212,59	0,13	1.134,08	0,11
NOV	1.215,13	0,21	1.136,55	0,22
DEZ	1.217,98	0,23	1.139,29	0,24
2016 JAN	1.224,48	0,53	1.145,25	0,52
FEV	1.227,90	0,28	1.148,48	0,28
MAR	1.234,75	0,56	1.154,70	0,54
ABR	1.239,68	0,40	1.159,24	0,39
MAI	1.244,50	0,39	1.163,60	0,38
JUN	1.262,87	1,48	1.179,65	1,38
% mês	1,48		1,38	
% ano	3,69	jan/16-jun/16	3,54	jan/16-jun/16
% 12 meses	6,30	jul/15-jun/16	6,10	jul/15-jun/16

Fonte: Banco de Dados-CBIC.

Elaboração: Banco de Dados - CBIC.

(*) Calculado a partir dos CUBs Estaduais, divulgados pelos Sinduscons, de acordo com a NBR 12.721:2006. Série iniciada em fevereiro de 2007.

(**) A série histórica do CUB/m² desonerado iniciou-se em novembro/13.

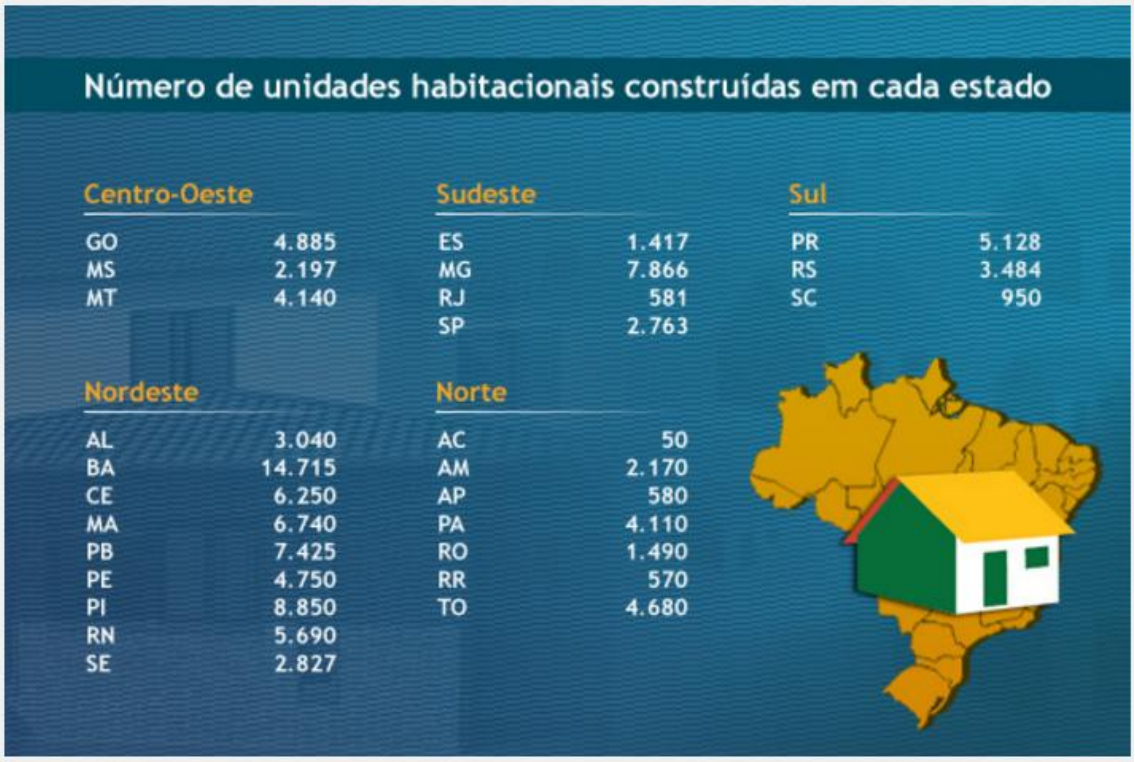
2.7.6. Programa Minha Casa Minha Vida

O Programa "Minha Casa Minha Vida" fechou acima da meta proposta para os 4 primeiros anos, que era de 2,4 milhões de unidades habitacionais. De acordo com as informações da Caixa Econômica Federal e do governo brasileiro, já foram contratadas no "Minha Casa Minha Vida" 1 e 2, mais de 4 milhões de moradias através do programa.

Durante os primeiros 4 anos o governo investiu R$ 328,1 bilhões nos projetos "Minha Casa Minha Vida", de acordo com os números do PAC. Das 4 milhões de unidades contratadas, já foram entregues 1,5 milhões de unidades.

O programa "Minha Casa Minha Vida" está disponível para famílias com renda bruta até R$ 5.000,00 (cinco mil reais) e dispõem de formatos e taxas diferentes de acordo com a faixa de renda comprovada pelo candidato.

Além disso, o referido programa possibilita o financiamento de imóveis em até 360 meses. O financiamento é feito através da aplicação da tabela SAC, nela o sistema de amortização é constante, e por isso as parcelas são decrescentes.



Fonte: http://www.feiraodacaixa2016.com.br/cadastro-minha-casa-minha-vida-2013.

3. Plano de recuperação judicial

3.1. Os motivos da crise

A RECUPERANDA vem passando por diversas intempéries, oriundas principalmente de variáveis externas. A seguir, serão expostos, aos olhos da atual gestão, os principais fatores ocorridos no negócio, que diretamente afetaram sua viabilidade. São elas:

a) A crise econômica generalizada que nosso país experimenta, que desencadeou diversos fatores agravantes para o setor da construção civil, onde destacamos:

I. A expressiva redução nas vendas de imóveis - proveniente da diminuição da demanda em aquisição de imóveis em geral, ocasionada principalmente pelo desemprego, perda de poder de compra e/ou incertezas financeiras por parte dos consumidores;

II. O expressivo desaquecimento do setor da construção civil, que reduziu de forma agressiva as demandas de obras civis em geral – eliminando assim possibilidades da empresa migrar para outros segmentos da construção civil em busca de novas oportunidades de negócios viáveis;

III. A redução de investimentos em infraestrutura proporcionando a expressiva redução de demanda em obras públicas por parte dos governos municipais, estaduais e federais;

IV. A expressiva redução de verbas para o programa "Minha Casa Minha Vida" no ano corrente, também desacelerando de forma acentuada as demandas por moradias residenciais; e

V. A escassez, burocratização e elevação das taxas de juros do crédito imobiliário, dificultando ou inviabilizando o acesso a compra de imóveis.

b) A estratégia da empresa em passar a atuar também com condomínio de alto padrão. Apesar de uma estratégia assertiva em função dos estudos demonstrarem esta carência e oportunidade de negócio para o município de Redenção, o projeto denominado Condomínio Terra Brasil, com 106 unidades distribuídas em 04 etapas, demandava expressivos investimentos e consequentemente necessidade de financiamentos bancários. Desta forma, iniciou-se os tramites de pleito junto ao Banco do Brasil. A fim de não paralisar o projeto e até por recomendação da gerência em já realizar o percentual de obras equivalente a contrapartida (recursos próprios), uma vez que a linha de crédito não financia 100% dos orçamentos, a empresa iniciou os investimentos com recursos próprios e de investidores, enquanto a instituição financeira retro mencionada realizava a análise da operação de crédito. Apesar de uma análise de crédito lenta e burocrática, a empresa foi avançando consideravelmente nas obras. Com a 1ª fase praticamente concluída e expressiva captação de recursos junto a investidores, com a promessa de acertos mediante as

primeiras liberações do financiamento em questão, durante o segundo ano em que a análise do financiamento se arrastava, o Banco do Brasil anunciou a negativa da concessão do crédito, gerando assim, no ano de 2015, uma condição de instantâneo esgotamento financeiro por parte da empresa. Esse cenário se agravou ainda mais, quando outros bancos e investidores não mostraram mais interesse em aportar novos recursos, bem como em repactuar os valores já contratados, salvo condições inviáveis.

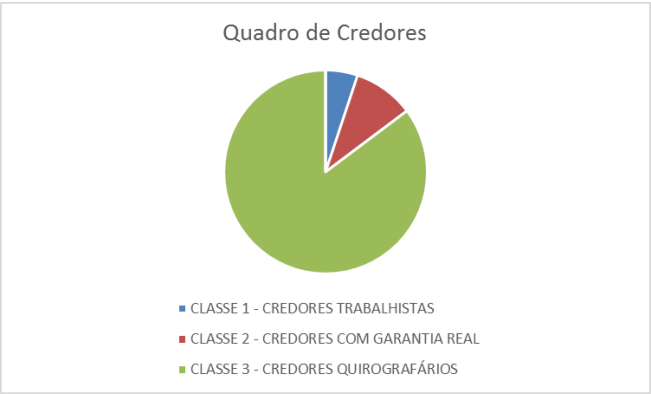
c) Atrasos de pagamentos de obras públicas devidamente licitadas, contratadas e autorizadas, com vários estágios/medições realizados. Tais atrasos são provenientes da falta de recursos financeiros por parte dos referidos órgãos contratantes, o que impossibilitou os pagamentos pontuais pelos serviços realizados. Este fator gerou um custo financeiro e operacional muito elevado e suportado exclusivamente pela Recuperanda.

3.2. Primeira relação de credores

A relação de credores encontra-se assim dividida:

Classe I – Credores Trabalhistas	Total de R$	1.525.395,82
Classe II – Credores com Garantia Real	Total de R$	2.887.122,64
Classe III – Credores Quirografários	Total de R$	25.477.078,68
		TOTAL GERAL R$ 29.889.597,14

Gráfico de representatividade de cada classe perante o total das dívidas sujeitas a RJ



Esse quadro pode ser alterado com a apresentação da segunda relação de credores elaborada pelo Administrador Judicial ou, ainda, após julgadas possíveis impugnações ou habilitações retardatárias, no momento da publicação do Quadro Geral de Credores, como dita a Lei 11.101/2005.

Sobrevindo qualquer novo credor sujeito aos efeitos da Recuperação Judicial, ou ocorrendo acréscimos aos valores ora listados por decisão judicial, ou na hipótese de credores aderentes[1], todos serão acomodados no fluxo de caixa projetado, mantidas as condições de pagamento estabelecidas, aprovadas e homologadas pelo juízo do processo.

3.2.1. Dívidas extraconcursais

> Art. 49, §3º, Lei 11.101/2005. "Tratando-se de **credor titular da posição de proprietário fiduciário de bens móveis ou imóveis**, de arrendador mercantil, de proprietário ou promitente vendedor de imóvel cujos respectivos contratos contenham cláusula de irrevogabilidade ou irretratabilidade, inclusive em incorporações imobiliárias, ou de proprietário em contrato de venda com reserva de domínio, seu crédito não se submeterá aos efeitos da recuperação judicial e prevalecerão os direitos de propriedade sobre a coisa e as condições contratuais, observada a legislação respectiva, não se permitindo, contudo, durante o prazo de suspensão a que se refere o § 4º do art. 6o desta Lei, a venda ou a retirada do estabelecimento do devedor dos bens de capital essenciais a sua atividade empresarial".

Este PLANO considerou os créditos garantidos por alienação fiduciária de terrenos pertencentes à classe III de credores, para cálculo do fluxo de caixa e nas condições de pagamento, em face de sua essencialidade para superação da situação de crise econômica e financeira da Recuperanda. Tais imóveis estão alienados a poucas instituições financeiras, em detrimento dos demais credores sujeitos aos efeitos da recuperação judicial.

3.3. Plano de reestruturação operacional

Conciliantemente a este PLANO medidas de ajustes severas foram, estão e serão tomadas pela RECUPERANDA, em especial:

[1] Credor aderente, para os efeitos legais deste PLANO, são aqueles não sujeitos legalmente aos efeitos da RJ, porém por livre iniciativa e mediante prévia formalização junto ao Administrador Judicial, adere aos termos aqui estabelecidos.

a) Meta de redução dos custos fixos em diversos setores da empresa, em referência aos apresentados nos últimos exercícios, em especial nos centros de custos, tais como energia, água, telefone, material de escritório e limpeza, despesas financeiras, entre outros;
b) Desenvolvimento de plano de conscientização em redução de custos;
c) Redução de custos com mão de obra, visando um "enxugamento" e reenquadramento às novas necessidades da empresa frente ao processo de recuperação, sem perda da capacidade técnica e produtiva para as obras em andamento;
d) Mudança da sede administrativa da empresa para um espaço menor, proporcionando redução nos custos com aluguel, uso de equipamentos, fluxo de documentos e serviços terceirizados com segurança vigilância (a RECUPERANDA saiu de uma sede de 572,27 m² para 171,87 m²);
e) Substituição do sistema de gestão RPM que era excessivamente burocrático e oneroso por outro mais compatível com as reais necessidades da empresa e com menor custo financeiro;
f) Descentralização da gestão de obras, promovendo uma gestão nos campos administrativo, financeiro e operacional por obra. Esta ação visa reduzir custos com desperdícios e com administração central, bem como gerar maior ganho de produtividade e eficiência nas compras de insumos e execução das obras;
g) Captação de novas obras públicas e busca da liberação de execução de serviços já licitados e contratados. Esta modalidade de serviços traz uma receita e condição financeira essencial para a empresa, pois os custos operacionais destas obras são menos impactantes que as obras privadas (condomínios residenciais), proporcionando assim menor necessidade de capital de giro e melhores condições de manutenção dos compromissos da empresa;
h) Realização de novos lançamentos de condomínios residenciais, com foco em padrão econômico, a partir do momento em que o fluxo de caixa e cenário econômico permitir. A previsão está demonstrada no fluxo de caixa projetado neste PLANO. Este tipo de produto requer menores investimentos, além de proporcionar melhor liquidez nas vendas, principalmente em função de um maior volume de demanda e por ser passível de apoio de programas habitacionais, tais como o MCMV;
i) Injeção de capital na empresa através de familiares da sócia Fabiana Santos Alves, que se desfizeram de bens pessoais para esta finalidade, conforme balancete. Esta ação, além de necessária, demonstra confiança e boa fé na retomada da rentabilidade da RECUPERANDA através do processo recuperacional; e
j) Apresentação de pedido judicial para liberação de áreas oferecidas em garantias para venda e realização de novos empreendimentos, obtendo assim fontes de receita/capital seguras para viabilizar o fluxo de caixa e retomada do crescimento.

3.4. Plano de reestruturação financeira

3.4.1 Proposta de pagamento aos credores sujeitos à recuperação judicial e aderentes

O PLANO tem como escopo:

a) Preservar a RECUPERANDA como unidade econômica geradora de empregos, tributos e riqueza, assegurando assim o exercício de sua função social;

b) Superar sua atual situação econômica e financeira, recuperando-se com isso o valor da empresa e de seus ativos; e

c) Atender aos interesses de seus credores indicando as fontes dos recursos e o cronograma de pagamento, sem riscos adicionais às relações originalmente estabelecidas antes do pedido de recuperação judicial.

Após análise da situação econômica e financeira no cenário de retomada, com os devidos ajustes operacionais realizados ou em andamento, considerando as possibilidades trazidas pelo artigo 50 da Lei 11.101/2005, a RECUPERANDA se utilizará dos seguintes meios de recuperação:

1. Concessão de prazos e condições especiais de pagamento das obrigações vencidas e vincendas;
2. Equalização de encargos financeiros;
3. Novação de dívidas, com substituição de garantias; e
4. Venda de ativos para recomposição do capital de giro e abreviação do prazo de pagamento aos credores.

3.4.1.1. Concessão de prazos e condições especiais de pagamento das obrigações vencidas e vincendas

CLASSE I

Aos credores inscritos na Classe I o pagamento dos valores atualizados, nos termos do item 3.4.1.2.”a”, após aplicação de deságio de 35% (trinta e cinco por cento), ocorrerá em 12 (doze) parcelas mensais, vencendo-se a primeira no 1º (primeiro) mês posterior a data de trânsito em julgado da decisão de homologação do Plano de Recuperação.

Em face da capacidade de pagamento aqui apresentada e com fulcro no art. 47 da LRF, a aprovação do presente PLANO resulta no desconto de 100% (cem por cento), para créditos derivados da relação de trabalho sujeitos a RJ, de eventuais multas trabalhistas impostas pela justiça especializada, em especial as multas por inadimplemento de acordo trabalhista, a prevista em norma coletiva (CCT ou ACT) e as que aludem os artigos 467 e 477 da CLT.

No que tange aos créditos de natureza estritamente salarial vencidos nos 3 (três) meses anteriores ao pedido de recuperação judicial, esses serão pagos no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Pará da decisão de homologação do Plano de Recuperação, observando assim plenamente o disposto no art. 54 da Lei 11.101/2005.

> Art. 54, Lei 11.101/2005. *"O plano de recuperação judicial não poderá prever **prazo superior a 1 (um) ano** para pagamento dos créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidentes de trabalho vencidos até a data do pedido de recuperação judicial".*
>
> *Parágrafo único. O plano não poderá, ainda, prever **prazo superior a 30 (trinta) dias** para o pagamento, até o limite de 5 (cinco) salários-mínimos por trabalhador, dos créditos de natureza estritamente salarial vencidos nos 3 (três) meses anteriores ao pedido de recuperação judicial."* (grifo nosso).

CLASSE II

Aos credores inscritos na Classe II o pagamento dos valores atualizados, nos termos do item 3.4.1.2."a", após aplicação de deságio de 50% (cinquenta por cento), ocorrerá em 96 (noventa e seis) parcelas mensais de principal, vencendo-se a primeira no 25º (vigésimo quinto) mês posterior a data de trânsito em julgado da decisão de homologação do Plano de Recuperação Judicial.

CLASSE III

Aos credores inscritos na Classe III o pagamento dos valores atualizados, nos termos do item 3.4.1.2."a", após aplicação de deságio de 60% (sessenta por cento), ocorrerá em 96 (noventa e seis) parcelas mensais, vencendo-se a primeira no 25º (vigésimo quinto) mês posterior a data de trânsito em julgado da decisão de homologação do Plano de Recuperação Judicial.

CLASSE IV

Aos eventuais credores inscritos na Classe IV, assim classificados pelo Administrador Judicial em sua relação de credores ou por decisão judicial, o pagamento dos valores atualizados, nos termos do item 3.4.1.2.”a”, após aplicação de deságio de 60% (sessenta por cento), ocorrerá em 96 (noventa e seis) parcelas mensais, vencendo-se a primeira no 25º (vigésimo quinto) mês posterior a data de trânsito em julgado da decisão de homologação do Plano de Recuperação Judicial.

3.4.1.2. Equalização de encargos financeiros

Em face da necessidade de equalização dos encargos financeiros, todas as dívidas sujeitas ao presente PLANO ou mesmo em caso de eventual crédito aderente ou posteriormente habilitado, estarão sujeitas a seguinte política de juros prefixados:

a) **Credores Classe I a IV**:

I. Juros: Os valores sofrerão reajuste a partir da data de publicação da decisão de homologação do PLANO, pelo juro mensal de 0,76% (zero vírgula setenta e seis por cento).
II. Inadimplemento: Até 30 (trinta) dias de atraso incidirá multa diária de 0,015% (quinze milésimos por cento) sobre o valor não pago. Acima deste prazo a não liquidação da obrigação caracterizará o não cumprimento do presente PLANO, ensejando todas as consequências previstas na LRF.

Os juros serão devidos durante o período de carência e todos os pagamentos serão pelo sistema PRICE, vencendo-se a primeira parcela de juro 30 (trinta) dias após a data de publicação da decisão de homologação do PLANO.

Valores anuais disponibilizados, por classe, para pagamento conforme fluxo de caixa apurado (já considerada aplicação do juro)

CLASSE	ANO	VALORES EM R$
I	1	R$ 1.041.114,54
II	1 e 2	R$ 131.514,21
III	1 e 2	R$ 928.425,51
II	3 ao 10	R$ 254.774,80
III	3 ao 10	R$ 1.798.584,54

Valores a serem desembolsados anualmente com pagamento de dívidas (sujeitas ou não aos efeitos da recuperação judicial)

Primeiro ano	R$ 4.344.839,93
Segundo ano	R$ 2.737.176,03
Terceiro ano	R$ 3.217.142,63
Quarto ano	R$ 2.899.539,63
Quinto ao décimo e último Ano	R$ 2.535.892,15

O ônus da recuperação foi de tal forma equilibrado entre as partes, que mesmo propondo desconto na dívida, ao longo do período do alongamento de dez anos, a RECUPERANDA estará pagando, a título de juros sobre as dívidas sujeitas aos efeitos da RJ, R$ 6.961.968,69 (seis milhões e novecentos e sessenta e um mil e novecentos e sessenta e oito reais e sessenta e nove centavos).

3.4.1.3. Novação de dívidas com substituição das garantias

Este PLANO, consoante a Lei 11.101/2005, implica em novação objetiva e real dos créditos concursais, obrigando a RECUPERANDA e todos os Credores a ele sujeitos, bem como os seus respectivos cessionários e sucessores a qualquer título.

Sua aprovação pelos credores, na forma dos art. 58 da lei 11.101/2005, e sua posterior homologação pelo juízo competente, implica na automática, irretratável e irrevogável liberação e desoneração de todos os coobrigados, garantidores solidários e subsidiários, inclusive de obrigações de natureza trabalhista, por qualquer responsabilidade derivada de garantia fidejussória de qualquer espécie, inclusive, mas não somente, por força de aval e fiança, que haja sido outorgada a credores para assegurar o pagamento de obrigações da RECUPERANDA, salvo manifestação contrária expressa do credor titular da respectiva garantia. Ocorrendo a aprovação do PLANO por ausência de objeções nos termos do art. 55 da LRF, pela sua essência, ou seja, aprovação unânime e tácita, será essa aprovação equivalente a expressa aprovação do credor quanto a supressão da garantia da qual é titular, nos termos do presente PLANO.

Os credores, por consequência, não poderão ajuizar ou prosseguir com ações ou execuções judiciais contra a RECUPERANDA e/ou seus coobrigados e/ou garantidores em geral, tais como, mas não se limitando a avalistas e fiadores, relativas e sujeitas ao presente processo de recuperação judicial enquanto o PLANO estiver sendo cumprindo. Todas as ações e execuções judiciais em curso contra a RECUPERANDA e seus garantidores, relativas aos créditos anteriores ao seu pedido de recuperação judicial, serão extintas.

Todos os credores concursais, por sua vez, com a novação ficam desde já obrigados, sob pena de responderem civilmente por prejuízos à RECUPERANDA, a cancelarem os protestos porventura

efetuados pelo fato de não mais existir dívida mercantil ou de serviços não pagos, enquanto o Plano estiver sendo cumprido. A manutenção dos protestos, além de colidir com a novação decorrente da aprovação do PLANO, causa indevida restrição ao crédito da RECUPERANDA.

Os pagamentos efetuados na forma prevista no presente PLANO implicam em quitação plena, irrevogável e irretratável de todos os créditos nele contemplados, aí se incluindo não só o valor principal, mas juros, correção monetária, penalidades e indenizações. Efetivada a quitação, esses credores não mais poderão reclamá-los contra a RECUPERANDA.

3.4.1.4. Venda de ativos para recomposição do capital de giro e abreviação do prazo de pagamento aos credores

A aprovação deste PLANO autoriza a RECUPERANDA a proceder à alienação ou permuta de ativos permanentes móveis contabilizados, individualmente, por até R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), para recomposição de seu fluxo de caixa, atendendo o disposto no art. 66, da LRF.

> Art. 66 Lei 11.101/2005. *"Após a distribuição do pedido de recuperação judicial, o devedor não poderá alienar ou onerar bens ou direitos de seu ativo permanente, salvo evidente utilidade reconhecida pelo juiz, depois de ouvido o Comitê,* ***com exceção daqueles previamente relacionados no plano de recuperação judicial****." (grifo nosso)*

A venda de bens móveis até o valor acima estabelecido, corriqueiro no meio empresarial, principalmente no que se refere à renovação de equipamentos, vem atender a importante demanda operacional da RECUPERANDA, que poderia colocar em risco o bom desenvolvimento de suas atividades se dependesse sempre de prévia autorização do juízo do processo para tais movimentações.

Durante o período em Recuperação Judicial, toda e qualquer venda de ativo será previamente comunicada ao Sr. Administrador Judicial, que poderá acompanhar todo o processo de alienação e internalização dos respectivos recursos financeiros.

Autorizada está, ainda, a venda de bens móveis contabilizados individualmente acima de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) ou a venda de bens imóveis, estes de qualquer valor, com a aprovação deste PLANO, porém os valores arrecadados deverão observar a seguinte destinação:

a) 60% (sessenta por cento) para recomposição do fluxo de caixa; e

b) 40% (quarenta por cento) para amortização de dívidas sujeitas aos efeitos da Recuperação Judicial ou aderentes, através de pagamento proporcional a cada credor. Com o montante arrecado na venda, serão quitadas ou apenas amortizadas parcelas vincendas sequencialmente, retomando o pagamento mensal apenas na próxima parcela em aberto. Para melhor entendimento apresentamos o seguinte exemplo: realizada a venda de um bem no valor de R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) **no mês de novembro,** teremos R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) destinados ao caixa da RECUPERANDA e R$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) serão utilizados para liquidar e amortizar parcelas vincendas. Supondo que as parcelas vincendas de todos os credores totalizem R$ 100.000,00 (cem mil reais) por mês, serão liquidadas as parcelas **de dezembro, janeiro e amortizada a de fevereiro** em R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), mês que retornam os pagamentos mensais.

Ocorrendo oportunidade de alienação de unidade produtiva isolada, será observado o disposto no art. 60, da LRF, garantindo ao arrematante que o bem estará livre de qualquer ônus e não haverá sucessão nas obrigações da RECUPERANDA. Também nesta hipótese os recursos arrecadados observarão a destinação prevista nas alíneas “a” e “b” deste item.

3.5. Cenário falimentar

> Art. 73, Lei 11.101/2005. *“O juiz decretará a falência durante o processo de recuperação judicial:”*
> *I. Por deliberação da assembleia geral de credores, na forma do art. 42 desta Lei;*
> *II. (...)*
> *III. Quando houver sido rejeitado o plano de recuperação, nos termos do parágrafo 4º do art. 56 desta Lei;*
> *IV. (...)*

Uma vez decretada a falência da RECUPERANDA, esta será desativada e seus proprietários afastados de suas atividades, salvo se o juiz pronunciar-se quanto a continuação provisória das atividades da empresa sob a gestão do administrador judicial (art. 99, inciso XI, LRF).

Independente de sua continuidade operacional, no entanto, o pagamento das dívidas existentes, após realização do ativo, ocorrerá na seguinte ordem conforme disposto na Lei 11.101/2005:

1º. Despesas indispensáveis à administração da falência, inclusive na hipótese de continuação provisória da operação (art. 150);
2º. Créditos trabalhistas de natureza estritamente salarial vencidos nos três meses anteriores à decretação da falência, até o limite de cinco salários mínimos por trabalhador (art. 151);

3º. Restituições dos bens de terceiros em posse da empresa e créditos extraconcursais (arts. 84, 85 e 149). Lembrando que são créditos extraconcursais as remunerações devidas ao administrador judicial e seus auxiliares, créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidentes de trabalho relativos a serviços prestados após a decretação da falência, quantias fornecidas à Recuperanda pelos credores, despesas com arrecadação, administração, realização do ativo e distribuição de seu produto e custas judiciais;
4º. Créditos derivados da legislação do trabalho, limitados a 150 salários mínimos por credor e os decorrentes de acidentes de trabalho;
5º. Créditos com garantia real até o limite do valor do bem gravado;
6º. Créditos tributários, independentemente da sua natureza e tempo de constituição, excetuadas as multas tributárias;
7º. Créditos com privilégio especial previsto no art. 964, da Lei 10.406 e 965, bem como os previstos no parágrafo único do art. 67 da Lei 11.101; e
8º. Créditos quirografários.

Os ativos permanentes da RECUPERANDA (Doc. 02) não são suficientes para liquidar com 100% (cem por cento) de suas dívidas. Desta forma, considerando as prioridades estabelecidas pela LRF, fica claro que a convolação da recuperação judicial em falência traz consigo toda uma carga de efeitos negativos a todos os envolvidos, em especial aos credores quirografários.

Falamos de dívidas que não serão pagas, novos negócios que não serão concretizados, impostos que não serão recolhidos, consumidores desatendidos e trabalhadores desempregados.

4. Laudo econômico-financeiro e demonstração da viabilidade econômica (art. 53, II e III, LRF)

O Laudo técnico integrado ao presente Plano de Recuperação Judicial da RECUPERANDA (Doc. 01), demonstra sua viabilidade econômica e financeira, promovendo a preservação de sua função social e o estímulo à atividade econômica.

4.1. Premissas

As premissas assumidas na elaboração deste PLANO, fundamentadas nos documentos e informações fornecidos pela RECUPERANDA, são apresentadas como fatos certos, seguros e reais devidamente alicerçados no dia a dia operacional da empresa e na legislação pertinente.

O PLANO foi elaborado levando em consideração que a forma de pagamento aos credores está diretamente relacionada à disponibilidade de recursos projetada ano a ano. Assim sendo, projetou-se o resultado financeiro da empresa e respectivo fluxo de caixa para os próximos anos, com a

identificação dos volumes disponíveis de recursos para liquidação das dívidas sujeitas ou não aos efeitos da recuperação judicial.

Apresenta-se nas planilhas anexas (Doc. 01):

1. Demonstração do fluxo de caixa sem a Recuperação Judicial;
2. Histórico de receitas;
3. Projeção de receitas;
4. Custos fixos e variáveis; e
5. Projeção de fluxo de caixa e capacidade de pagamento com a devida indicação de geração de recursos necessários à quitação de todos os débitos da empresa.

Os pilares básicos da projeção de Fluxo de Caixa são os seguintes:

I. Fundamentação no histórico de vendas obtido junto a RECUPERANDA. Para o ano I foi considerada uma retomada de receita mais lenta, devido à aplicação de medidas corretivas, da fragilidade financeira natural do processo, modificações na estrutura de gestão e à crise econômica brasileira, o que resultou em uma redução de quase 15% (quinze por cento) da receita total em relação ao último ano.

II. As projeções de custos variáveis e fixos são fundamentadas a partir da média histórica das empresas, considerando os ajustes operacionais realizados nos últimos meses.

III. Ao longo de todo o período projetado foi condição "*sine qua non*" que os saldos acumulados finais de caixa fossem positivos, confirmando a capacidade de recuperação da empresa e pagamento de suas obrigações dentro das hipóteses apresentadas no PLANO de forma líquida e certa.

5. Considerações finais

Para todos os efeitos legais, considera-se como data da homologação judicial do presente Plano a correspondente à publicação no diário oficial da decisão judicial proferida, pelo juízo da recuperação, que conceder a recuperação judicial.

O Plano, uma vez homologado, vincula a RECUPERANDA e todos os seus credores, bem como os seus respectivos cessionários e sucessores a qualquer título.

Caso qualquer pagamento ou ato estiver programado, de acordo com o PLANO, para ser efetivado ou realizado em dia não útil, tais como sábados, domingos, feriados ou datas em que não haja expediente bancário na Comarca onde tramitam os autos da recuperação judicial, fica automaticamente prorrogado para o próximo dia útil o prazo para o pagamento ou prática do ato respectivo.

O Plano poderá ser alterado a qualquer tempo após sua homologação judicial e antes de seu integral cumprimento, por iniciativa da RECUPERANDA e mediante a convocação de Assembleia Geral de Credores. Tais alterações dependerão da aprovação da RECUPERANDA e da maioria dos créditos presentes na Assembleia Geral de Credores, mediante a obtenção do quorum segundo art. 45 c/c o art.58, *caput* e § 1º, da Lei 11.101/2005.

Os credores poderão ceder seus créditos a outros credores ou a terceiros, à expressa aceitação pelos cessionários de que o crédito cedido está sujeito às condições do presente Plano, estando a cessão condicionada, contudo, à notificação de sua ocorrência a RECUPERANDA.

Este Plano será considerado como descumprido na hipótese de o atraso no pagamento de quaisquer parcelas previstas não ser sanado no prazo de 30 (trinta) dias a contar da notificação da RECUPERANDA pelo respectivo credor.

Decorridos dois anos da homologação judicial do presente PLANO sem que haja o descumprimento de quaisquer disposições vencidas até então ou, antecipadamente, desde que a RECUPERANDA antecipe os compromissos previstos para este período, caso venha a ocorrer cenário econômico mais otimista do que o projetado, poderá a RECUPERANDA requerer ao juízo o encerramento do processo de recuperação judicial.

O juízo da Recuperação judicial será o foro competente para dirimir toda e qualquer controvérsia ou disputa oriunda deste PLANO, até o encerramento do processo de Recuperação Judicial. Posteriormente será, para dirimir toda e qualquer controvérsia ou disputa oriunda deste PLANO o da Comarca de Redenção - PA.

6. Conclusão

A Argumento Assessoria e Projetos Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.347.265/0001-87 e CRA/GO 01450-PJ, contratada para elaboração do presente Plano de Recuperação Judicial, alicerçada na análise setorial realizada, nos documentos, informações e premissas fornecidas pela RECUPERANDA, mantidas as projeções econômicas e financeiras, certifica que a aprovação do PLANO representa a continuidade corporativa da empresa através da superação da crise financeira, retomada da rentabilidade e equalização de seu fluxo de caixa, garantindo ainda a manutenção dos

empregos e o pagamento dos credores sem riscos adicionais às relações originalmente estabelecidas antes do pedido de recuperação judicial. O valor da empresa em funcionamento, assim, não só é superior ao que seria obtido em caso de liquidação, como apenas sua continuidade atende aos múltiplos interesses envolvidos.

Redenção (PA), 19 de setembro de 2016

Construtora Terra Santa Ltda

Argumento Assessoria e Projetos Ltda.
CRA/GO 01450-PJ

DOC 01 Laudo econômico-financeiro (planilhas técnicas)

1. Demonstração do fluxo de caixa sem a Recuperação Judicial

DISCRIMINACAO	INV. INI	Ano I	%	Ano II	%	Ano III	%
1- Investimentos							
2 = Receitas Operacionais		18.225.814,00	100,00%	18.693.150,00	100,00%	23.259.807,50	100,00%
a) Faturamento		18.225.814,00	100,00%	18.693.150,00	100,00%	23.259.807,50	100,00%
3 - Custos e despesas monetarias		14.865.537,55	81,56%	16.109.719,79	86,18%	20.123.133,08	86,51%
4 = Lucro Operacional		3.360.276,45	18,44%	2.583.430,21	13,82%	3.136.674,42	13,49%
5 + Depreciação		1.147.505,61		1.147.505,61		1.147.505,61	
6 = Capacidade de Pagamento		4.507.782,07	24,73%	3.730.935,82	19,96%	4.284.180,04	18,42%
FONTES							
RECURSOS PRÓPRIOS							
Fluxo de caixa bruto		4.507.782,07		3.730.935,82		4.284.180,04	
Patrimonio líquido							
Venda de ativos (frota)							
Giro próprio							
RECURSOS DE TERCEIROS							
Fincanc. Propostos (semi-fixos)							
Fincanc. Propostos (capital de Giro)							
TOTAL DAS FONTES		4.507.782,07		3.730.935,82		4.284.180,04	
USOS							
DÉBITOS TRIBUTÁRIOS		448.000,00		454.720,00		461.540,80	
OPERAÇÕES DE LEASING		1.795.785,67		1.222.516,31		702.242,48	
1 - TRABALHISTA - CLASSE 1	1.525.395,82	661.760,56		661.760,5564		661.760,5564	
2 - GARANTIA REAL - CLASSE 2	2.887.122,64	879.767,27		879.767,27		879.767,27	
3 - QUIROGRAFÁRIOS - CLASSE 3	25.477.078,68	7.763.404,18		7.763.404,18		7.763.404,18	
TOTAL DOS USOS		11.548.717,68	63,36%	10.982.168,32	58,75%	10.468.715,29	45,01%
DISPONIBILIDADES/DEFICITS		(7.040.935,61)	-38,63%	(7.251.232,50)	-38,79%	(6.184.535,25)	-26,59%

2. Histórico – desempenho e receita

DESEMPENHO ÚLTIMOS 03 EXERCÍCIOS

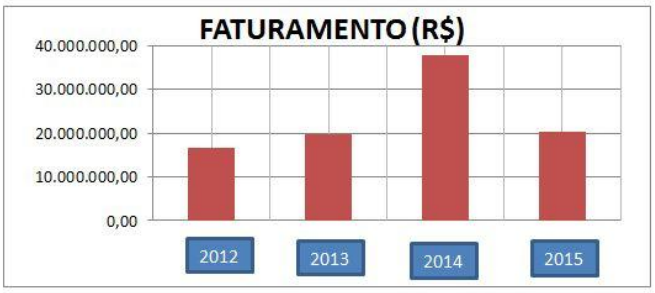
PRINCIPAIS CONTAS	2013	2014	2015	2016 (Jan a Jun)
ATIVO	36.955.233,33	57.186.613,70	70.402.131,07	59.975.677,48
PATRIMONIO LÍQUIDO	23.271.814,56	29.284.289,19	17.723.695,77	17.723.695,77
RECEITA BRUTA	19.654.045,33	37.840.655,69	20.317.536,37	16.928.831,86
DESPESAS OPERACIONAIS	4.661.398,54	3.716.885,35	5.323.051,65	1.325.380,51
IMPOSTOS INCIDENTES (DEDUÇÕES REC.)	2.966.761,75	2.347.523,33	1.348.587,38	1.011.873,44
CMV / CSP / CV	11.980.654,46	21.500.745,20	16.526.821,72	15.370.489,72
RESULTADO (LUCRO / PREJUÍZO)	5.293.113,99	10.012.474,63	-2.631.841,60	-804.609,10
MARGEM LUCRO	26,93%	26,46%	-12,95%	-4,75%

Fontes:
Balanço Patrimonial 2013 elaborado e assinado pelo Tec. em Contabilidade Sr. José Dourado de Sousa - CRC nº 12565
Balanço Patrimonial 2014 elaborado e assinado pela Contadora Sra. Katiene Alves Sobrinho - CRC nº 0154280
Balanço Patrimonial 2015 elaborado e assinado pela Contadora Sra. Gleyse da Cruz Andrade0 - CRC nº 001642
Balancete Patrimonial 2016 (jan a mar / jun) elaborado e assinado pela Contadora Sra. Katiene Alves Sobrinho - CRC nº 0154280

FAT. ÚLT. 12 MESES TOTAL EMPRESA	
MES/ANO	TOTAL
jul/15	2.100.661,59
ago/15	1.598.604,97
set/15	2.742.352,36
out/15	1.457.791,03
nov/15	1.332.644,07
dez/15	9.325.473,57
jan/16	7.442.450,50
fev/16	7.795.230,28
mar/16	970.145,74
abr/16	2.115,18
mai/16	15.112,18
jun/16	84.191,20
TOTAL	**34.866.772,67**
MÉDIA ÚLTIMOS 12 MESES	**2.905.564,39**

MÉDIA 2016	2.718.207,51
MÉDIA 2015	1.693.128,03
MÉDIA 2014	3.153.387,97
MÉDIA 2013	1.637.837,11

FATURAMENTO ÚLTIMOS ANOS		PERFORMANCE EM RELAÇÃO ANO ANTERIOR
ANO	FATURAMENTO (R$)	
2.012	16.525.865,73	
2.013	19.654.045,33	18,9%
2.014	37.840.655,69	92,5%
2.015	20.317.536,37	-46,3%
2016 (Jan a jun)	16.309.245,08	



3. Projeção de receitas

DISCRIMINAÇÃO	Ano 0-1	Ano 1-2	Ano 2-3	Ano 3-4	Ano 4-5	Ano 5-6	Ano 6-7	Ano 7-8	Ano 8-9	Ano 9-10
	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
Obras de Incorporação / Privadas										
Recebíveis 1ª Etapa Condomínio Terra Brasil	582.339,00									
Recebíveis 2ª Etapa Condomínio Terra Brasil	2.500.000,00									
Vendas 3ª Etapa Condomínio Terra Brasil - 25 casas		5.200.000,00	5.200.000,00	5.200.000,00						
Vendas 4ª Etapa Condomínio Terra Brasil - 24 casas			4.992.000,00	4.992.000,00	4.992.000,00					
Empreendimento Terra Nova (Área de parceria / Investidor)						6.000.000,00	6.000.000,00	6.000.000,00		
Vendas Condomínio Residencial Castanheiras II					8.625.000,00	8.625.000,00				
Vendas Condomínio Residencial Castanheiras III							8.625.000,00	8.625.000,00		
Novos Empreendimentos (Captação de parceiros / investidores)									14.000.000,00	14.000.000,00
Obras Públicas (Licitações)										
Obra do Presídio (SUSIPE)	7.089.521,00									
Primavera	955.000,00									
Pavimentação Asfáutica e Terraplanagem	3.803.000,00	3.993.150,00	4.192.807,50	4.402.447,88	4.622.570,27	4.853.698,78	5.096.383,72	5.351.202,91	5.618.763,05	5.899.701,21
Obras Públicas		7.500.000,00	7.875.000,00	8.268.750,00	8.682.187,50	9.116.296,88	9.572.111,72	10.050.717,30	10.553.253,17	11.080.915,83
Outras Receitas										
Outras Receitas (venda de ativos)	3.295.954,00	2.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00						
TOTAL GERAL	**18.225.814,00**	**18.693.150,00**	**23.259.807,50**	**23.863.197,88**	**26.921.757,77**	**28.594.995,66**	**29.293.495,44**	**30.026.920,21**	**30.172.016,22**	**30.980.617,03**

Obra do Presídio (SUSIPE)	Referente a obra já licitada, contratada e em fase de execução. As alocações de receita corresponde ao cronograma de obras.
Primavera	Referente ao recebimento da última parcela da obra executada e entregue do Programa MCMV.
Recebíveis 1ª Etapa Condomínio Terra Brasil	Referente a realização da venda de uma casa a receber.
Recebíveis 2ª Etapa Condomínio Terra Brasil	Referente a parte de imóveis já comercializados deste referido condomínio.
Vendas 3ª Etapa Condomínio Terra Brasil - 25 casas	Referente a construção e venda de 25 casas, estimadas a um preço médio de 624.000,00.
Vendas 4ª Etapa Condomínio Terra Brasil - 24 casas	Referente a construção e venda de 24 casas, estimadas a um preço médio de 624.000,00.
Pavimentação Asfáutica e Terraplanagem	Para o ano I, referem-se a soma de serviços já contratados e executados, ou seja, a receber (R$ 1.160.000,00), mais a licitações já contradas de R$ 2.643.000,00; Para o ano II, refere-se a previsão de captação de novas pavimentações (licitações) de 5% em relação ao ano anterior, que corresponderá a estimativa de 55.000 m² de execuções de serviços. Para os demais anos, considera-se também um crescimento de 5% em relação ao ano anterior.
Empreendimento Terra Nova (Área de parceria / Investidor)	Referente a área de investidor que já sinalizou / pré acordou interesse de incorporação com a empresa em questão.
Vendas Condomínio Residencial Castanheiras II	Projeto a ser realizado em 02 (duas etapas), com 132 unidades em padrão econômico. Área de propriedade da RECUPERANDA.
Vendas Condomínio Residencial Castanheiras III	Projeto a ser realizado em 02 (duas etapas), com 132 unidades em padrão econômico. Área de propriedade da RECUPERANDA.
Obras Públicas	Para o ano I, não estão previstas captações de obras públicas em edificações e / ou Programas MCMV em função das neces. de capital de giro a curto prazo. Para o ano II, referem-se a previsão de captação de novas obras publicas, com perfil de edificações e infra-estrutura. Para o ano III em diante, referem-se a previsão de captação de novas obras públicas, com perfis de edificações, infra-estrutura e Programa MCMV.
Novos Empreendimentos (Captação de parceiros / investidores)	Referente a futuras obras de incoporação para condominios residenciais, negociadas com investidores / parceiros / permutantes que disponham de áreas para realização de parcerias de negócios.
Outras Receitas (venda de ativos)	Referente a venda de estoque de imóveis em propriedade da empresa. Áreas estão em alienação fiduciária na instituição financeira, porém com valor de garantia superior a necessidade. Para o ano I, está sendo prevista a venda de um terreno de 25.000m² a ser remembrado, oriunda de uma área de 225.243 m², fracionada em 8 matrículas, situada no Condomínio Tropical. O imóvel está em alienção fiduciária. O mesmo está estimado em um avaliação de R$ 2.500.000,00, ou seja, R$ 100,00 o m². Ainda para o ano I, está previsto a venda de 01 terreno urbano, situado no Condomínio Residencial Cedro. O mesmo está avaliado em R$ 295.954,00. Para o ano II, está previsto a venda de mais um terreno de 25.000 m² a ser remembrado, oriunda de uma área de 225.243 m², fracionada em 8 matrículas, situada no Condomínio Tropical. O imóvel está em alienção fiduciária. O mesmo está estimado em um avaliação de R$ 2.500.000,00, ou seja, R$ 100,00 o m². Para o ano III, está previsto a venda de mais um terreno de 10.000m² a ser remembrado, oriunda de uma área de 225.243 m², fracionada em 8 matrículas, situada no Condomínio Tropical. O imóvel está em alienção fiduciária. O mesmo está estimado em um avaliação de R$ 1.000.000,00, ou seja, R$ 100,00 o m². Para o ano IV, está previsto a venda de mais um terreno de 10.000m² a ser remembrado, oriunda de uma área de 225.243 m², fracionada em 8 matrículas, situada no Condomínio Tropical. O imóvel está em alienção fiduciária. O mesmo está estimado em um avaliação de R$ 1.000.000,00, ou seja, R$ 100,00 o m².

4. Custos fixos e variáveis

DISCRIMINAÇÃO	Ano 0-1	Ano 1-2	Ano 2-3	Ano 3-4	Ano 4-5	Ano 5-6	Ano 6-7	Ano 7-8	Ano 8-9	Ano 9-10
Custos Fixos										
Custas de RJ (Adm, processo e advogados)	520.000,00	520.000,00	400.000,00							
M.O. Fixa / Encargos	599.015,93	698.060,48	755.480,48	823.790,48	927.478,13	1.151.922,62	1.266.851,72	1.266.851,72	1.266.851,72	1.266.851,72
Pro Labore	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00
Despesas Administrativas	308.160,00	308.160,00	308.160,00	308.160,00	308.160,00	308.160,00	308.160,00	308.160,00	308.160,00	308.160,00
CUSTOS FIXOS MONETÁRIOS	**1.487.175,93**	**1.586.220,48**	**1.523.640,48**	**1.191.950,48**	**1.295.638,13**	**1.520.082,62**	**1.635.011,72**	**1.635.011,72**	**1.635.011,72**	**1.635.011,72**
Depreciação / Exaustão	1.147.505,61	1.147.505,61	1.147.505,61	1.147.505,61	1.147.505,61	1.147.505,61	1.147.505,61	1.147.505,61	1.147.505,61	1.147.505,61
Amortização de Gastos Diferidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CUSTOS FIXOS NÃO MONETÁRIOS	1.147.505,61	1.147.505,61	1.147.505,61	1.147.505,61	1.147.505,61	1.147.505,61	1.147.505,61	1.147.505,61	1.147.505,61	1.147.505,61
CUSTOS FIXOS TOTAIS	**2.634.681,55**	**2.733.726,10**	**2.671.146,10**	**2.339.456,10**	**2.443.143,75**	**2.667.588,23**	**2.782.517,33**	**2.782.517,33**	**2.782.517,33**	**2.782.517,33**
Custos Variáveis:										
CMV / CSP	9.606.251,24	10.761.753,00	14.462.600,65	14.836.702,68	17.508.509,82	18.606.397,31	19.039.467,17	19.494.190,53	19.546.650,06	20.047.982,56
Despesas tributárias	2.624.604,76	2.614.240,70	2.989.386,33	3.101.194,57	3.381.795,71	3.572.902,70	3.702.334,71	3.838.238,32	3.938.874,61	4.088.708,34
CUSTOS VARIÁVEIS TOTAIS	12.230.856,00	13.375.993,70	17.451.986,98	17.937.897,25	20.890.305,53	22.179.300,00	22.741.801,88	23.332.428,85	23.485.524,66	24.136.690,90
CUSTOS MONETÁRIOS TOTAIS	13.718.031,93	14.962.214,18	18.975.627,46	19.129.847,73	22.185.943,67	23.699.382,62	24.376.813,60	24.967.440,56	25.120.536,38	25.771.702,62
CUSTOS TOTAIS	**14.865.537,55**	**16.109.719,79**	**20.123.133,08**	**20.277.353,35**	**23.333.449,28**	**24.846.888,23**	**25.524.319,21**	**26.114.946,18**	**26.268.042,00**	**26.919.208,23**

INSUMOS REQUERIDOS (CMV/CSP)

DISCRIMINAÇÃO	Unidade de medida	% sobre a receita
Obras de Incorporação / Privadas		
Custo do Terreno (Incorporação / Permuta)	vb	18,00%
Custo com projetos	vb	1,50%
Custos com Construção (Material, Manut, MOD,e outros)	cub	42,50%
Custos com Comercialização	vc	3,00%
Custos com Publicidade	vb	3,00%
Obras Públicas (Licitações)		
Custo Financeiro	vb	2,00%
Custo com projetos	vb	0,00%
Custos com Construção (Material, Manut, MOD,e outros)	cub	60,00%
Custos com Comercialização	vc	0,00%
Custos com Publicidade	vb	0,00%
Outras Receitas		
Custo Financeiro	vb	0,00%
Custo com projetos	vb	0,00%
Custos com Construção (Material, Manut, MOD,e outros)	cub	0,00%
Custos com Comercialização	vc	5,00%
Custos com Publicidade	vb	0,00%
CUSTO TOTAL COM INSUMOS -->		

5. Projeção de fluxo de caixa e capacidade de pagamento com a devida indicação de geração de recursos necessários à quitação de todos os débitos da empresa.

DISCRIMINACAO	INV. INI	Ano I	%	Ano II	%	Ano III	%	Ano IV	%	Ano V	%	Ano VI	%	Ano VII	%	Ano VIII	%	Ano IX	%	Ano X	%
1- Investimentos																					
2 = Receitas Operacionais		18.225.814,00	100,00%	18.693.150,00	100,00%	23.259.807,50	100,00%	23.863.197,88	100,00%	26.921.757,77	100,00%	28.594.995,66	100,00%	29.293.495,44	100,00%	30.026.920,21	100,00%	30.172.016,22	100,00%	30.980.617,03	100,00%
a) Faturamento		18.225.814,00	100,00%	18.693.150,00	100,00%	23.259.807,50	100,00%	23.863.197,88	100,00%	26.921.757,77	100,00%	28.594.995,66	100,00%	29.293.495,44	100,00%	30.026.920,21	100,00%	30.172.016,22	100,00%	30.980.617,03	100,00%
3 - Custos e despesas monetarias		14.865.537,55	81,56%	16.109.719,79	86,18%	20.123.133,08	86,51%	20.277.353,35	84,97%	23.333.449,28	86,67%	24.846.888,23	86,89%	25.524.319,21	87,13%	26.114.946,18	86,97%	26.114.946,18	86,55%	26.114.946,18	84,29%
4 = Lucro Operacional		3.360.276,45	18,44%	2.583.430,21	13,82%	3.136.674,42	13,49%	3.585.844,53	15,03%	3.588.308,49	13,33%	3.748.107,42	13,11%	3.769.176,23	12,87%	3.911.974,03	13,03%	4.057.070,04	13,45%	4.865.670,86	15,71%
5 = Depreciação		1.147.505,61		1.147.505,61		1.147.505,61		1.147.505,61		1.147.505,61		1.147.505,61		1.147.505,61		1.147.505,61		1.147.505,61		1.147.505,61	
6 = Capacidade de Pagamento		4.507.782,07	24,73%	3.730.935,82	19,96%	4.284.180,04	18,42%	4.733.350,14	19,84%	4.735.814,10	17,59%	4.895.613,04	17,12%	4.916.681,84	16,78%	5.059.479,65	16,85%	5.204.575,66	17,25%	6.013.176,47	19,41%
FONTES																					
RECURSOS PRÓPRIOS																					
Fluxo de caixa bruto		4.507.782,07		3.730.935,82		4.284.180,04		4.733.350,14		4.735.814,10		4.895.613,04		4.916.681,84		5.059.479,65		5.204.575,66		6.013.176,47	
Patrimonio líquido																					
Venda de ativos (frota)																					
Giro próprio																					
RECURSOS DE TERCEIROS																					
Fincanc. Propostos (semi-fixos)																					
Fincanc. Propostos (capital de Giro)																					
TOTAL DAS FONTES	-	4.507.782,07		3.730.935,82		4.284.180,04		4.733.350,14		4.735.814,10		4.895.613,04		4.916.681,84		5.059.479,65		5.204.575,66		6.013.176,47	
USOS																					
DÉBITOS TRIBUTÁRIOS		448.000,00		454.720,00		461.540,80		468.463,91		475.490,87		482.623,23		489.862,58		497.210,52		504.668,68		512.238,71	
OPERAÇÕES DE LEASING		1.795.785,67		1.222.516,31		702.242,48		377.716,37		7.041,93		-		-		-		-		-	
1 - TRABALHISTA - CLASSE 1	991.507,28	1.041.114,54		-		-		-		-		-		-		-		-		-	
2 - GARANTIA REAL - CLASSE 2	1.443.561,32	131.514,21		131.514,21		254.774,80		254.774,80		254.774,80		254.774,80		254.774,80		254.774,80		254.774,80		254.774,80	
3 - QUIROGRAFÁRIOS - CLASSE 3	10.190.831,47	928.425,51		928.425,51		1.798.584,54		1.798.584,54		1.798.584,54		1.798.584,54		1.798.584,54		1.798.584,54		1.798.584,54		1.798.584,54	
TOTAL DOS USOS		4.344.839,93	23,84%	2.737.176,03	14,64%	3.217.142,63	13,83%	2.899.539,63	12,15%	2.535.892,15	9,42%	2.535.982,58	8,87%	2.543.221,93	8,68%	2.550.569,87	8,49%	2.558.028,03	8,48%	2.565.598,06	8,28%
DISPONIBILIDADES/DEFICITS		162.942,13	0,89%	993.759,79	5,32%	1.067.037,41	4,59%	1.833.810,51	7,68%	2.199.921,96	8,17%	2.359.630,45	8,25%	2.373.459,91	8,10%	2.508.909,78	8,36%	2.646.547,63	8,77%	3.447.578,41	11,13%

6. Cronograma de pagamento por classe

CLASSE DE CREDORES I - PGTO SISTEMA PRICE

Negociado	991.507,28					
Carência	0					
Prazo Total	12					
Taxa	0,76% am					
0	991.507,28	Correção	Amortização	Parcela	VLR ACUM	
1	912.275,26	7.527,52	79.232,02	86.759,55		
2	832.441,71	6.925,99	79.833,55	86.759,55		
3	752.002,06	6.319,90	80.439,65	86.759,55		
4	670.951,72	5.709,20	81.050,35	86.759,55		
5	589.286,04	5.093,87	81.665,68	86.759,55		
6	507.000,35	4.473,86	82.285,69	86.759,55		
7	424.089,95	3.849,15	82.910,40	86.759,55		
8	340.550,10	3.219,69	83.539,85	86.759,55		
9	256.376,01	2.585,46	84.174,09	86.759,55		
10	171.562,87	1.946,41	84.813,14	86.759,55		
11	86.105,83	1.302,51	85.457,04	86.759,55		
12	-	653,72	86.105,83	86.759,55	1.041.114,54	ANO I
		49.607,26	991.507,28	1.041.114,54		

CLASSE DE CREDORES II - PGTO SISTEMA PRICE

Negociado	1.443.561,32	
Carência	24,00	
Prazo Total	120,00	
Taxa	0,76%	am

		Correção	Amortização	Parcela	VLR ACUM	
0	1.443.561,32					
1	1.443.561,32	10.959,52	-	10.959,52		
2	1.443.561,32	10.959,52	-	10.959,52		
3	1.443.561,32	10.959,52	-	10.959,52		
4	1.443.561,32	10.959,52	-	10.959,52		
5	1.443.561,32	10.959,52	-	10.959,52		
6	1.443.561,32	10.959,52	-	10.959,52		
7	1.443.561,32	10.959,52	-	10.959,52		
8	1.443.561,32	10.959,52	-	10.959,52		
9	1.443.561,32	10.959,52	-	10.959,52		
10	1.443.561,32	10.959,52	-	10.959,52		
11	1.443.561,32	10.959,52	-	10.959,52		
12	1.443.561,32	10.959,52	-	10.959,52	131.514,21	ANO I
13	1.443.561,32	10.959,52	-	10.959,52		
14	1.443.561,32	10.959,52	-	10.959,52		
15	1.443.561,32	10.959,52	-	10.959,52		
16	1.443.561,32	10.959,52	-	10.959,52		
17	1.443.561,32	10.959,52	-	10.959,52		
18	1.443.561,32	10.959,52	-	10.959,52		
19	1.443.561,32	10.959,52	-	10.959,52		
20	1.443.561,32	10.959,52	-	10.959,52		
21	1.443.561,32	10.959,52	-	10.959,52		
22	1.443.561,32	10.959,52	-	10.959,52		
23	1.443.561,32	10.959,52	-	10.959,52		
24	1.443.561,32	10.959,52	-	10.959,52	131.514,21	ANO II
25	1.433.289,60	10.959,52	10.271,72	21.231,23		
26	1.422.939,91	10.881,53	10.349,70	21.231,23		
27	1.412.511,63	10.802,96	10.428,27	21.231,23		
28	1.402.004,19	10.723,79	10.507,45	21.231,23		
29	1.391.416,97	10.644,02	10.587,22	21.231,23		
30	1.380.749,37	10.563,64	10.667,60	21.231,23		
31	1.370.000,79	10.482,65	10.748,58	21.231,23		
32	1.359.170,60	10.401,05	10.830,19	21.231,23		
33	1.348.258,19	10.318,82	10.912,41	21.231,23		
34	1.337.262,93	10.235,98	10.995,26	21.231,23		
35	1.326.184,20	10.152,50	11.078,73	21.231,23		
36	1.315.021,36	10.068,39	11.162,84	21.231,23	254.774,80	ANO III
37	1.303.773,76	9.983,64	11.247,59	21.231,23		
38	1.292.440,78	9.898,25	11.332,98	21.231,23		
39	1.281.021,76	9.812,21	11.419,02	21.231,23		
40	1.269.516,04	9.725,52	11.505,72	21.231,23		
41	1.257.922,97	9.638,17	11.593,07	21.231,23		
42	1.246.241,89	9.550,15	11.681,08	21.231,23		
43	1.234.472,13	9.461,47	11.769,77	21.231,23		
44	1.222.613,01	9.372,11	11.859,12	21.231,23		
45	1.210.663,85	9.282,08	11.949,16	21.231,23		
46	1.198.623,98	9.191,36	12.039,87	21.231,23		
47	1.186.492,70	9.099,95	12.131,28	21.231,23		
48	1.174.269,31	9.007,85	12.223,38	21.231,23	254.774,80	ANO IV
49	1.161.953,13	8.915,05	12.316,18	21.231,23		
50	1.149.543,45	8.821,55	12.409,69	21.231,23		
51	1.137.039,55	8.727,33	12.503,90	21.231,23		
52	1.124.440,72	8.632,40	12.598,83	21.231,23		
53	1.111.746,24	8.536,75	12.694,48	21.231,23		
54	1.098.955,38	8.440,38	12.790,86	21.231,23		
55	1.086.067,42	8.343,27	12.887,96	21.231,23		
56	1.073.081,61	8.245,42	12.985,81	21.231,23		
57	1.059.997,21	8.146,84	13.084,40	21.231,23		
58	1.046.813,48	8.047,50	13.183,73	21.231,23		
59	1.033.529,65	7.947,41	13.283,83	21.231,23		
60	1.020.144,97	7.846,56	13.384,68	21.231,23	254.774,80	ANO V
61	1.006.658,68	7.744,94	13.486,29	21.231,23		

62	993.070,00	7.642,55	13.588,68	21.231,23		
63	979.378,15	7.539,39	13.691,85	21.231,23		
64	965.582,36	7.435,44	13.795,79	21.231,23		
65	951.681,83	7.330,70	13.900,53	21.231,23		
66	937.675,76	7.225,17	14.006,07	21.231,23		
67	923.563,36	7.118,83	14.112,40	21.231,23		
68	909.343,82	7.011,69	14.219,54	21.231,23		
69	895.016,33	6.903,74	14.327,50	21.231,23		
70	880.580,06	6.794,96	14.436,27	21.231,23		
71	866.034,19	6.685,36	14.545,87	21.231,23		
72	851.377,89	6.574,93	14.656,30	21.231,23	254.774,80	ANO VI
73	836.610,31	6.463,66	14.767,57	21.231,23		
74	821.730,63	6.351,55	14.879,69	21.231,23		
75	806.737,97	6.238,58	14.992,65	21.231,23		
76	791.631,49	6.124,75	15.106,48	21.231,23		
77	776.410,32	6.010,07	15.221,17	21.231,23		
78	761.073,60	5.894,51	15.336,73	21.231,23		
79	745.620,44	5.778,07	15.453,16	21.231,23		
80	730.049,95	5.660,75	15.570,48	21.231,23		
81	714.361,26	5.542,54	15.688,69	21.231,23		
82	698.553,46	5.423,43	15.807,80	21.231,23		
83	682.625,64	5.303,42	15.927,82	21.231,23		
84	666.576,90	5.182,49	16.048,74	21.231,23	254.774,80	ANO VII
85	650.406,32	5.060,65	16.170,58	21.231,23		
86	634.112,97	4.937,88	16.293,35	21.231,23		
87	617.695,92	4.814,19	16.417,05	21.231,23		
88	601.154,23	4.689,55	16.541,69	21.231,23		
89	584.486,96	4.563,96	16.667,27	21.231,23		
90	567.693,16	4.437,43	16.793,81	21.231,23		
91	550.771,85	4.309,93	16.921,31	21.231,23		
92	533.722,07	4.181,46	17.049,77	21.231,23		
93	516.542,86	4.052,02	17.179,22	21.231,23		
94	499.233,22	3.921,59	17.309,64	21.231,23		
95	481.792,16	3.790,18	17.441,05	21.231,23		
96	464.218,70	3.657,77	17.573,47	21.231,23	254.774,80	ANO VIII
97	446.511,81	3.524,35	17.706,89	21.231,23		
98	428.670,50	3.389,92	17.841,32	21.231,23		
99	410.693,73	3.254,47	17.976,77	21.231,23		
100	392.580,48	3.117,99	18.113,25	21.231,23		
101	374.329,72	2.980,47	18.250,76	21.231,23		
102	355.940,40	2.841,91	18.389,32	21.231,23		
103	337.411,46	2.702,30	18.528,93	21.231,23		
104	318.741,86	2.561,63	18.669,61	21.231,23		
105	299.930,51	2.419,89	18.811,35	21.231,23		
106	280.976,35	2.277,07	18.954,16	21.231,23		
107	261.878,29	2.133,17	19.098,06	21.231,23		
108	242.635,24	1.988,18	19.243,05	21.231,23	254.774,80	ANO IX
109	223.246,09	1.842,09	19.389,15	21.231,23		
110	203.709,74	1.694,88	19.536,35	21.231,23		
111	184.025,07	1.546,56	19.684,67	21.231,23		
112	164.190,96	1.397,12	19.834,12	21.231,23		
113	144.206,26	1.246,54	19.984,70	21.231,23		
114	124.069,84	1.094,81	20.136,42	21.231,23		
115	103.780,54	941,94	20.289,30	21.231,23		
116	83.337,21	787,90	20.443,33	21.231,23		
117	62.738,68	632,70	20.598,54	21.231,23		
118	41.983,75	476,31	20.754,92	21.231,23		
119	21.071,26	318,74	20.912,49	21.231,23		
120	- 0,00	159,37	21.071,26	21.231,23	254.774,80	ANO X
		857.665,52	1.443.561,32	2.301.226,84		

CLASSE DE CREDORES III - PGTO SISTEMA PRICE

Negociado	10.190.831,47	
Carência	24,00	
Prazo Tota	120,00	
Taxa	0,76%	am

		Correção	Amortização	Parcela	VLR ACUM	
0	10.190.831,47					
1	10.190.831,47	77.368,79	-	77.368,79		
2	10.190.831,47	77.368,79	-	77.368,79		
3	10.190.831,47	77.368,79	-	77.368,79		
4	10.190.831,47	77.368,79	-	77.368,79		
5	10.190.831,47	77.368,79	-	77.368,79		
6	10.190.831,47	77.368,79	-	77.368,79		
7	10.190.831,47	77.368,79	-	77.368,79		
8	10.190.831,47	77.368,79	-	77.368,79		
9	10.190.831,47	77.368,79	-	77.368,79		
10	10.190.831,47	77.368,79	-	77.368,79		
11	10.190.831,47	77.368,79	-	77.368,79		
12	10.190.831,47	77.368,79	-	77.368,79	928.425,51	ANO I
13	10.190.831,47	77.368,79	-	77.368,79		
14	10.190.831,47	77.368,79	-	77.368,79		
15	10.190.831,47	77.368,79	-	77.368,79		
16	10.190.831,47	77.368,79	-	77.368,79		
17	10.190.831,47	77.368,79	-	77.368,79		
18	10.190.831,47	77.368,79	-	77.368,79		
19	10.190.831,47	77.368,79	-	77.368,79		
20	10.190.831,47	77.368,79	-	77.368,79		
21	10.190.831,47	77.368,79	-	77.368,79		
22	10.190.831,47	77.368,79	-	77.368,79		
23	10.190.831,47	77.368,79	-	77.368,79		
24	10.190.831,47	77.368,79	-	77.368,79	928.425,51	ANO II
25	10.118.318,22	77.368,79	72.513,25	149.882,05		
26	10.045.254,45	76.818,27	73.063,77	149.882,05		
27	9.971.635,97	76.263,57	73.618,47	149.882,05		
28	9.897.458,59	75.704,66	74.177,39	149.882,05		
29	9.822.718,05	75.141,51	74.740,54	149.882,05		
30	9.747.410,08	74.574,08	75.307,97	149.882,05		
31	9.671.530,37	74.002,34	75.879,71	149.882,05		
32	9.595.074,58	73.426,26	76.455,79	149.882,05		
33	9.518.038,34	72.845,81	77.036,24	149.882,05		
34	9.440.417,24	72.260,95	77.621,10	149.882,05		
35	9.362.206,85	71.671,65	78.210,40	149.882,05		
36	9.283.402,68	71.077,87	78.804,17	149.882,05	1.798.584,54	ANO III
37	9.204.000,22	70.479,59	79.402,45	149.882,05		
38	9.123.994,95	69.876,77	80.005,28	149.882,05		
39	9.043.382,27	69.269,37	80.612,68	149.882,05		
40	8.962.157,58	68.657,36	81.224,69	149.882,05		
41	8.880.316,24	68.040,70	81.841,35	149.882,05		
42	8.797.853,56	67.419,36	82.462,68	149.882,05		
43	8.714.764,81	66.793,30	83.088,74	149.882,05		
44	8.631.045,26	66.162,49	83.719,55	149.882,05		
45	8.546.690,11	65.526,90	84.355,15	149.882,05		
46	8.461.694,54	64.886,47	84.995,57	149.882,05		
47	8.376.053,68	64.241,18	85.640,86	149.882,05		
48	8.289.762,63	63.591,00	86.291,05	149.882,05	1.798.584,54	ANO IV
49	8.202.816,47	62.935,88	86.946,17	149.882,05		
50	8.115.210,20	62.275,78	87.606,26	149.882,05		
51	8.026.938,83	61.610,68	88.271,37	149.882,05		
52	7.937.997,31	60.940,52	88.941,53	149.882,05		
53	7.848.380,54	60.265,28	89.616,77	149.882,05		
54	7.758.083,40	59.584,91	90.297,14	149.882,05		
55	7.667.100,72	58.899,37	90.982,68	149.882,05		
56	7.575.427,30	58.208,63	91.673,42	149.882,05		
57	7.483.057,90	57.512,64	92.369,40	149.882,05		
58	7.389.987,23	56.811,38	93.070,67	149.882,05		
59	7.296.209,97	56.104,78	93.777,26	149.882,05		
60	7.201.720,75	55.392,83	94.489,22	149.882,05	1.798.584,54	ANO V
61	7.106.514,17	54.675,46	95.206,58	149.882,05		

62	7.010.584,78	53.952,66	95.929,39	149.882,05		
63	6.913.927,09	53.224,36	96.657,69	149.882,05		
64	6.816.535,58	52.490,53	97.391,51	149.882,05		
65	6.718.404,68	51.751,14	98.130,91	149.882,05		
66	6.619.528,76	51.006,13	98.875,92	149.882,05		
67	6.519.902,18	50.255,46	99.626,58	149.882,05		
68	6.419.519,23	49.499,10	100.382,95	149.882,05		
69	6.318.374,17	48.736,99	101.145,06	149.882,05		
70	6.216.461,22	47.969,10	101.912,95	149.882,05		
71	6.113.774,55	47.195,37	102.686,67	149.882,05		
72	6.010.308,28	46.415,78	103.466,27	149.882,05	1.798.584,54	ANO VI
73	5.906.056,50	45.630,26	104.251,78	149.882,05		
74	5.801.013,23	44.838,78	105.043,26	149.882,05		
75	5.695.172,48	44.041,29	105.840,75	149.882,05		
76	5.588.528,18	43.237,75	106.644,30	149.882,05		
77	5.481.074,25	42.428,11	107.453,94	149.882,05		
78	5.372.804,52	41.612,32	108.269,73	149.882,05		
79	5.263.712,80	40.790,33	109.091,71	149.882,05		
80	5.153.792,86	39.962,11	109.919,94	149.882,05		
81	5.043.038,41	39.127,60	110.754,45	149.882,05		
82	4.931.443,12	38.286,75	111.595,30	149.882,05		
83	4.819.000,59	37.439,52	112.442,53	149.882,05		
84	4.705.704,39	36.585,85	113.296,19	149.882,05	1.798.584,54	ANO VII
85	4.591.548,06	35.725,71	114.156,34	149.882,05		
86	4.476.525,04	34.859,03	115.023,01	149.882,05		
87	4.360.628,78	33.985,78	115.896,27	149.882,05		
88	4.243.852,62	33.105,89	116.776,15	149.882,05		
89	4.126.189,91	32.219,33	117.662,72	149.882,05		
90	4.007.633,90	31.326,03	118.556,01	149.882,05		
91	3.888.177,81	30.425,96	119.456,09	149.882,05		
92	3.767.814,81	29.519,05	120.363,00	149.882,05		
93	3.646.538,01	28.605,25	121.276,80	149.882,05		
94	3.524.340,48	27.684,52	122.197,53	149.882,05		
95	3.401.215,23	26.756,79	123.125,25	149.882,05		
96	3.277.155,21	25.822,03	124.060,02	149.882,05	1.798.584,54	ANO VIII
97	3.152.153,33	24.880,16	125.001,88	149.882,05		
98	3.026.202,43	23.931,15	125.950,90	149.882,05		
99	2.899.295,32	22.974,93	126.907,12	149.882,05		
100	2.771.424,72	22.011,45	127.870,60	149.882,05		
101	2.642.583,33	21.040,66	128.841,39	149.882,05		
102	2.512.763,78	20.062,49	129.819,55	149.882,05		
103	2.381.958,64	19.076,90	130.805,14	149.882,05		
104	2.250.160,42	18.083,83	131.798,22	149.882,05		
105	2.117.361,59	17.083,22	132.798,83	149.882,05		
106	1.983.554,56	16.075,01	133.807,04	149.882,05		
107	1.848.731,66	15.059,15	134.822,90	149.882,05		
108	1.712.885,18	14.035,57	135.846,47	149.882,05	1.798.584,54	ANO IX
109	1.576.007,36	13.004,22	136.877,82	149.882,05		
110	1.438.090,36	11.965,05	137.917,00	149.882,05		
111	1.299.126,30	10.917,98	138.964,06	149.882,05		
112	1.159.107,22	9.862,97	140.019,08	149.882,05		
113	1.018.025,12	8.799,94	141.082,10	149.882,05		
114	875.871,92	7.728,85	142.153,20	149.882,05		
115	732.639,49	6.649,62	143.232,43	149.882,05		
116	588.319,65	5.562,20	144.319,85	149.882,05		
117	442.904,13	4.466,52	145.415,52	149.882,05		
118	296.384,61	3.362,53	146.519,52	149.882,05		
119	148.752,71	2.250,15	147.631,89	149.882,05		
120	0,00	1.129,33	148.752,71	149.882,05	1.798.584,54	ANO X
		6.054.695,91	10.190.831,47	16.245.527,38		

DOC 02 Laudo de avaliação dos bens e ativos (art. 53 LRF)